

REVISTA CATARINENSE DE

HISTÓRIA

3

Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República

Eunice Nodari, Élio Cantalicio Serpa, Flávia Mergener e Claudio Del Pra Netto

O grande teatro público - Oktoberfest

Maria Bernardele Ramos Flores, Cristina Scheibe Wolff e Lígia de Oliveira Czesnat

História, experiência, narrativa

Joana Maria Pedro e Maria Bernardele Ramos Flores

Tratamento a um doente chamado Brasil

Artur Cesar Isaia

Descaminhos da modernidade:

Identidade e Movimentos Sociais no Brasil

Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Per speculum in aenigmate: construção de

identidades culturais nas ficções de interpretação nacional

Raúl Antelo

O primeiro grande êxito da

Agência Central de Inteligência (CIA) na América Latina

Waldir José Rampinelli

Michel Foucault em el espejo de Clio

Carlos Antônio Aguirre Rojas

Resenhas



1955

O Nascimento da Estrela

1995

Um currículo de Brilho



Há quarenta anos, a Celesc fornece a luz e a energia que os catarinenses precisam para construir uma sociedade justa e desenvolvida.

Na história de Santa Catarina este nome tem luz própria.



Governo do Estado
de Santa Catarina

Sumário

Apresentação	3
Laguna e Lages: reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República, dos professores assistente Eunice Nodari e adjunto Élio Cantalício Serpa, do Departamento de História, e dos alunos bolsistas Flávia Mergener e Claudio Del Pra Netto, do Curso de Graduação em História, da UFSC.	7
O grande teatro público - Oktoberfest (a construção cultural de uma festa municipal), das professoras do Departamento de História da UFSC, Maria Bernardete Ramos Flores, Cristina Scheibe Wolff e Lígia de Oliveira Czesnat.	15
História, experiência, narrativa, de professores e alunos do Laboratório de História Social do Departamento de História da UFSC, sob a coordenação das professoras Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Ramos Flores.	28
Tratamento a um doente chamado Brasil: a visão católica sobre a sociedade brasileira, do professor do Departamento de História da UFSC, Artur Cesar Isaia.	35
Descaminhos da modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil, da professora do Departamento de História da USP, Zilda Márcia Gricoli Iokoi.	41
Per speculum in aenigmate: construção de identidades culturais nas ficções de interpretação nacional, do professor do Departamento de Línguas e Literatura Vernáculas da UFSC, Raúl Antelo.	53
O primeiro grande êxito da Agência Central de Inteligência (CIA) na América Latina, de Waldir José Rampinelli, do Departamento de História da UFSC.	65
Michel Foucault em el espejo de Clio, texto em espanhol de Carlos Antônio Aguirre Rojas, pesquisador do Instituto de Investigaciones Sociales da Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM.	77
Resenhas:	
Luteranismo e Germanidade em Santa Catarina Valberto Dirksen	89
Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de história Cristina Scheibe Wolff	91

1875

1) - 1000 - 1110

The first part of the document is a list of names and dates, possibly representing a ledger or a record of transactions. The entries are arranged in columns, with names on the left and dates on the right. The names are written in a cursive script, and the dates are in a more formal, printed style. The list includes names such as "John Smith", "Mary Jones", and "Robert Brown", among others. The dates range from the early 1870s to the late 1870s.

Below the list, there is a section of text that appears to be a narrative or a report. The text is written in a cursive script and is somewhat difficult to read due to the handwriting. It seems to describe a series of events or a process, possibly related to the names listed above. The text is organized into paragraphs, with some lines indented.

The final part of the document consists of a few lines of text, which may be a conclusion or a signature block. The handwriting is consistent with the rest of the document.

1875

1) - 1000 - 1110

The bottom section of the page contains additional text, which is also written in cursive. It appears to be a continuation of the narrative or report from the middle section. The text is somewhat faded and less legible than the middle section.

Caminhos abertos

Chegamos ao terceiro número da Revista Catarinense de História orgulhosos pelos resultados alcançados. O caminho está aberto às futuras edições, que se orientarão no sentido de aperfeiçoar a nossa produção, buscando ampliar os nossos leitores. É a consequência da crescente adesão dos historiadores, do apoio cultural de empresas públicas e privadas à publicação, e da recepção que tivemos nas escolas e instituições nacionais e internacionais com as quais intercambiamos.

Nesta edição, destacamos os trabalhos dos historiadores Artur Cesar Isaia, Élio Serpa, Waldir Rampinelli, das historadoras Cristina Scheibe Wolff, Eunice Nodari, Joana Maria Pedro, Lígia de Oliveira Czesnat, Maria Bernardete Ramos Flores, do Departamento de História, e do professor Raúl Antelo, do Departamento de Línguas e Literatura Vernáculas, todos docentes da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Ressaltamos que muitos destes textos originaram-se de atividades com alunos. A contribuição nacional vem da professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo-USP, Zilda Márcia Gricoli Iókoí. Do exterior publicamos, em espanhol, a colaboração do pesquisador da Universidade Nacional Autónoma do México-UNAM, Carlos Antônio Aguirre Rojas.

Nosso paradigma editorial tem a perspectiva de investir pelos caminhos da atual produção historiográfica da UFSC e de outras instituições do Estado de Santa Catarina. Porém, atentemente solícitos às contribuições de todos órgãos de ensino e pesquisa do país e do exterior, das diversas áreas afins, estamos criando mão dupla, renovando-nos a cada edição e tendo como propósito mais eficiência na aproximação com os nossos leitores.

THE HISTORY OF THE

The history of the world is a vast and complex subject, encompassing the lives and actions of countless individuals and the events that have shaped our planet. From the dawn of civilization to the present day, the human story is one of constant change and evolution. This book aims to provide a comprehensive overview of this history, exploring the major events, figures, and trends that have defined our world.

In the beginning, the world was a chaotic and unorganized mass of matter. Over time, the forces of nature shaped the earth into the landmasses and oceans we know today. The first life forms emerged in the oceans, and eventually, life moved onto land. The evolution of man is a key part of this history, showing how we have developed from our primate ancestors into the modern human species. The rise of agriculture and the formation of the first civilizations marked the beginning of human history as we know it.

The ancient world was a time of great discovery and achievement. The Greeks and Romans made significant contributions to art, science, and philosophy. The Middle Ages saw the rise of the Christian Church and the development of the feudal system. The Renaissance brought a renewed interest in the arts and sciences, leading to the scientific revolution of the 17th and 18th centuries. The Industrial Revolution transformed the world, bringing about the modern age of machinery and mass production. Today, we live in a world of global communication and technological advancement, facing new challenges and opportunities.

A Revista Catarinense de História publica semestralmente artigos, ensaios, monografias, traduções, documentos, relatos e projetos de pesquisa, além de outras informações de interesse na área de história. É uma publicação não-partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões aqui expressas. Cabe ao Conselho Editorial, integrado por representantes dos estudantes e professores do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e da Associação Nacional de Professores de História-Anpuh/SC, estabelecer os temas prioritários, selecionar as colaborações a serem publicadas e definir os aspectos gerais da edição. A Comissão Executiva, com a mesma representação do Conselho Editorial, administra a pauta e o fechamento de cada edição junto à Editora Insular.

Conselho Editorial: Élio Cantalício Serpa (Anpuh), Luiz Felipe Falcão (Anpuh), Maria Bernadete Ramos Flores (Mestrado) e Thais Luzia Colaço (Departamento de História).

Comissão Executiva: Eunice Sueli Nodari (Anpuh), Joana Maria Pedro (Mestrado), Nelson Rolim de Moura (Editora Insular) e Paulo Pinheiro Machado (Departamento de História).

Preparação de originais e revisão: Nelson Rolim de Moura

Tradução inglês: Eunice Sueli Nodari e Paul Richard Miller

Layout capa: Giovani André da Silva

Editoração eletrônica e projeto gráfico: Carlos Serrao

Editora Insular Ltda. ME
Rua Felipe Schmidt, 51, sala 111, Center Plaza
Fone/Fax: 0055-048-223-34-28
CEP 88010-000 - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

Cartas

Espanha

"En relación a su propuesta de intercambio, estamos interesados en establecer un intercambio científico regular entre su *Revista Catarinense de História* y nuestra revista *Studia Histórica História Moderna*".

Luciano Alonso Alonso
Universidade de Salamanca
Salamanca-Espanha

Registro

"Acusamos o recebimento do número 2 da *Revista Catarinense de História* que passará a integrar os bancos de dados e será catalogada no próximo número de *Repertório Semestral*".

Prof. Ronald Polito
Centro Nacional de Referência Historiográfica
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana/MG

Itália

"Ho ricevuto con grande piacere il n. 2/1944 della *Revista Catarinense de História*; saremmo molto lieti di continuare a riceverla in cambio dei nostri *Annali*".

Dr. Maurizio Tarantino
Bibliotecario do Istituto Italiano di Studi Storici
Napoli/Itália

Escola I

"Recebemos em nossa Escola o nº 2 da *Revista Catarinense de História*. Declaramos nosso interesse em receber os números futuros".

Ruth Berg Prüsse
Diretora do Colégio Estadual Arnaldo
Moreira Douat
Joinville/Santa Catarina

Portugal

"É com muito gosto que aceitamos a permuta da *Revista Catarinense de História* com a nossa *Revista de História das Idéias...*"

Joaquim Ramos de Carvalho
Instituto de História e Teoria das Idéias
Universidade de Coimbra
Coimbra-Portugal

Peru

"Aprovecho para comunicarle nuestra aceptación de su propuesta de ampliación de canje con su *Revista Catarinense de História*, nosotros les enviaremos nuestra revista *Histórica*".

Alexander Mendoza Francia
Pontificia Universidade Católica do Peru
Lima/Peru

Escola II

"Nossos agradecimentos por nos enviar a *Revista Catarinense de História* nº 2 e gostaríamos que esta Unidade Escolar recebesse os números futuros da mesma"

Loni Velt - Diretor do Colégio Estadual
Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto
Dionísio Cerqueira/Santa Catarina

Unicamp

"Estamos enviando Boletim do Centro de Memória e solicitamos permuta com a *Revista Catarinense de História*".

Rosaelena Scarpelino
Supervisora da Biblioteca da Unicamp
Campinas/São Paulo

Professor

"Através do Boletim Informativo da Anpuh tive notícias de diversas publicações na área...observei que um, dentre os vários periódicos relacionados trata-se de vossa revista".

José Maia Bezerra Neto
Professor da Universidade Federal do Pará
Belém/Pará.

Registramos ainda as *Cartas* de:

Mariléia Vanin, da Coordenadoria de Ensino do Colégio Agrícola de Camboriú - Camboriú/SC

Vilde Luzia Dalmônico, diretor do Colégio Estadual Dr. Jorge Lacerda - Joinville/SC

Delma Negri, administradora escolar do C.E. Professora Neusa Massolini - Xaxim/SC

Lídia Mafra, diretora adjunta do C.E. Dom João Becker - Brusque/SC

Francisco Grings, diretor do C.E. Santo Antônio - Itapiranga/SC

Zilá Ribeiro Cardoso, diretora do C.E. Antônio Vitor de Souza - Criciúma/SC

Silvana Kepplin, orientadora educacional do C.E. Deodoro - Concórdia/SC

Maria Gorete Michels Godinho, supervisora do Conjunto Educacional Almirante Lamego - Laguna/SC

Maria Aparecida Santana Anastácio, secretária do C.E. Irmã Maria Teresa - Ponte do Imaruim, Palhoça/SC

Barbara Porto, diretora do C.E. Dr. Aderbal Ramos da Silva - Governador Celso Ramos/SC

Dilma Possamai Rosso, diretora do C.E. Coronel Marcos Rovaris - Pinheirinho, Criciúma/SC

Eunice Loide da Silva Marcos, diretora do C.E. Presidente João Goulart - Balneário Camboriú/SC

José Alves Fernandes, Diretor-adjunto do C.E. Ana Gondin - Laguna/SC

Valmor Wolff Weber, diretor do C.E. Francisco Toletino - São José/SC

Ereny Longen Rotermann, diretora do C.E. Alberto Bauer - Jaraguá do Sul/SC



Laguna e Lages: Reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República

*Eunice S. Nodari,
Élio Cantalício Serpa,
Flávia Mergener e
Claudio Del Pra Netto**

Resumo: As elites de Laguna e Lages vislumbravam a possibilidade de *civilizar* o povo a partir de paradigmas europeus, criando novas formas de condutas e sociabilidades que denotassem as mudanças dos hábitos culturais, considerados rústicos e obsoletos numa população marcada pela heterogeneidade étnica e cultural.

Palavras-chave: Condutas — Sociabilidades — Elites — Poder

Abstract: The elites of the cities of Laguna and Lages saw a possibility to *civilize* the people using European paradigms. These changes would be possible through the development of new patterns of behavior and social customs that showed a change in cultural habits, considered backwards and outmoded in an ethnically and culturally heterogeneous population.

Key-words: Behavior — Social customs — Elites — Power

De forma generalizada pode-se dizer que, a partir do século XIX, a sociedade brasileira começa a receber e a reelaborar um conjunto de discussões que se vivenciavam na Europa, e que integravam aquilo que Norbert Elias chama de processo civilizador.¹ Neste contexto, destacamos as preocupações com a reformulação das condutas e das sociabilidades.

É importante salientar que se entende como condutas os padrões de comportamentos propostos por instituições, visando disciplinar as maneiras de ser e agir de homens, mulheres e crianças, tanto na esfera pública como na privada. Como sociabilidades entendem-se os meios que os homens e mulheres se valem para expressar as relações

* Na ordem: professora assistente e professor adjunto do Departamento de História, aluna e aluno (Bolsistas) do Curso de Graduação em História, todos da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

sociais e culturais. Estas preocupações, acima mencionadas, estão visíveis nos discursos feitos através da imprensa.

Santa Catarina não esteve isenta desse processo civilizador que, embora iniciasse essas discussões a partir da segunda metade do século XIX, somente nas últimas décadas do século passado e por toda a Primeira República é que adquiriu força em Laguna e em Lages.

Peter Burke, no seu texto *História e Sociologia*, diz que as comparações são, antes de mais nada, úteis porque nos permitem ver o que não é evidente, na busca de explicações e também para compreender e perceber diferenças.² O que se percebe é que as elites locais dos municípios de Laguna e Lages se diferenciavam quanto às formas de obtenção de riquezas. Em Laguna, o comércio e as atividades portuárias despontam como atividades relevantes, enquanto em Lages, o comércio e a pecuária assumem posição de destaque.

O horizonte vislumbrado pelas elites locais foi o de *civilizar* o povo a partir dos paradigmas europeus, criando novas formas de sociabilidades que denotassem mudanças de hábitos culturais considerados rústicos e obsoletos, enraizados numa população marcada pela heterogeneidade étnica e cultural. De que forma pode-se reformular as condutas e sociabilidades de cidades como Laguna e Lages, cujas populações eram compostas majoritariamente por descendentes de africanos, índios e luso-brasileiros?

Ambas cidades estavam fortemente ligadas às elites da capital do Estado. Laguna, pelas atividades portuárias, desponta na Primeira República como uma das cidades mais importantes de Santa Catarina. Levando-se em conta que as atividades portuárias em Florianópolis estavam em decadência, erguia-se, então, como a cidade portuária mais importante do Sul do Estado. Enquanto Lages, despontava como principal centro de difusão de práticas sociais ditas civilizatórias no contexto da região serrana. Colocava-se também, neste período, como centro de decisões políticas do Estado pelo fato de ser o berço da família Ramos. Esta, durante toda a República Velha e Era de Vargas, ocupou postos importantes no poder político catarinense. Laguna e Lages diferenciavam-se, mas, no que tange às questões de ordem política, Oscar Pinho, que por muito tempo foi superintendente municipal em Laguna, e Belizário de Oliveira Ramos, superintendente em Lages, mantinham relações políticas e familiares muito próximas.

Desterro, nas últimas décadas do século XIX, vivenciou um significativo processo de acumulação de riquezas, oriundas da importância comercial do porto, que proporcionou a diversificação das atividades na área urbana, levando-se em conta ainda, o significado da produção e comercialização da farinha de mandioca. Foi nesse contexto que se formou uma elite vinculada às atividades comerciais e ao transporte de mercadorias e, imbricado a isto, a possibilidade de mobilidade social. Esta nova elite procurou reformular o espaço urbano, delimitar espaços sociais e vivenciar uma nova ordem burguesa em construção.³ Isto se torna evidente não somente na capital do Estado, mas também em Laguna e Lages.

Mas afinal de contas quem é esta elite? Evidentemente não se tem dados numéricos e relações de nomes precisos para dizer quantos habitantes de Lages e de Laguna podem estar inclusos na categoria elite. Pode-se identificar esta elite pelos nomes que se projetam na sociedade local, como sendo fazendeiros, comerciantes, armadores, altos funcionários públicos e profissionais liberais. Torna-se difícil identificar quais grupos possuíam status, poder e riqueza nestes dois municípios durante a Primeira República. Frequentemente nos

² BURKE, Peter. *Sociologia e História*. Porto: Afrontamento, 1980.

³ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe: papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis 1880-1920*. São Paulo: 1992. Tese de Doutorado-USP. p.21.

detemos naqueles que ocupam cargos importantes para definir a questão do status, mas com certeza corre-se o risco de deixar de lado pessoas, eminências pardas, que por vezes exercem mais poder do que aqueles que efetivamente estão no exercício de uma função pública. Assim, começando pelo óbvio e porque a historiografia os cita com bastante frequência, temos, por exemplo, as famílias Ramos e Costa em Lages e as famílias Pinho e Ulyseia em Laguna.

São os membros das elites que irão tomar a iniciativa de fundar jornais, criar clubes, investir na educação, organizar blocos carnavalescos, escrever nos jornais, fazer discursos, criar grupos teatrais, organizar fundações beneficentes, fazer campanhas em prol da construção de um hospital. Irão, ainda, elaborar leis que intervêm na organização e reorganização do espaço público e até da esfera privada, sugerir a criação de organismos de repressão e criar formas ou eventos que denotam a intenção de estabelecer parâmetros de distinção social.

Dentro deste contexto social, nota-se o aparecimento de um número significativo de jornais e, com certeza, a imprensa constitui-se num espaço importantíssimo de "criação de verdades a até de conceitos universais"⁴ e de difusão de comportamentos que denotassem a busca de parâmetros, criando tipificações no cotidiano para dar visibilidade à diferenciação e distinção de classe. Bethania Sampaio C. Mariani, em seu texto *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*, afirma que:

"Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do imaginário de uma época, ele tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma o discurso jornalístico integra uma sociedade, sua história."⁵

Isto se torna evidente em Laguna e Lages, onde se observa, através da imprensa, a constituição de novos sujeitos sociais como comerciantes, armadores, profissionais liberais e funcionários públicos que, fortemente ligados às elites dirigentes locais ou a elas pertencentes, estimulavam a remodelação do espaço urbano, criando novas formas de condutas e de sociabilidades. Essas elites estavam se afastando das manifestações culturais públicas, preferindo lugares privados, valendo-se da imprensa com o intuito de tornar públicas as suas aspirações ou as suas expectativas políticas, culturais e sociais.

Uma das principais formas de remodelar a sociedade está intimamente ligada à temática de urbanização, que traz consigo um discurso específico, onde a ordem pública

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia da Letras, 1987. p.284.

⁵ MARIANI, Bethania Sampaio Correa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso Jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p.33.

passa a ser percebida na necessidade de reordenação do espaço público, e as classes dominantes fundam seu poder sobre as cidades ao intervir no espaço para coibir “usos e abusos.”⁶ A intervenção na vida da população pode ocorrer através dos Códigos de Posturas Municipais, que são aparatos legais, propondo a ordenação da vida da cidade e a sua higienização. Os códigos legislam sobre os mais diversos aspectos da vida da cidade, desde o alinhamento de ruas e edificações, placas de ruas e embelezamento da cidade, até a tentativa de disciplinar as variadas formas de comportamento individual que pudessem afetar o que se entendia como sendo o “interesse público”⁷. Assim, por exemplo, em Lages, o Código de Postura de 1845 proibia que “cães, cabras e carneiros andassem soltos nas villas” e ainda, entre outras proibições, “que todo aquelle que consentir jogos de parada em sua caza, seja pública ou particular, com escândalo público scrá multado pela primeira vez em 1\$ reis e pelas mais vezes 2\$000 reis”.⁸ Enquanto em Laguna, encontra-se a imprensa veiculando a notícia: “pedem-nos que chamemos a atenção do sr. zelador municipal para que faça observar o disposto no Código de Posturas Municipais no que resguarda as horas do fechamento, á noite, das casas de négocio. Não é raro verem-se abertas até ás 11 horas da noite e até mais tarde (...)”⁹

Através da análise dos discursos dos jornais de Laguna e Lages, nota-se que uma das principais preocupações das elites municipais era o embelezamento das cidades. As mesmas idéias que Ana Luiza Martins encontra em seu estudo sobre a memória da cidade paulista, onde *aformoseamento* é um dos termos mais empregados nas decisões da municipalidade, como justificativa do remodelamento urbano. Aformoseamento das praças, largos, ruas e edificações, introduzindo uma nova roupagem. Aformoseamento apenas na aparência, nas fachadas e assentado sobre uma infra-estrutura precária, que encobria as mazelas urbanas, denunciadas por odores fétidos de águas estagnadas, córregos que atravessavam a cidade e recebiam seus detritos, epidemias que rondavam e dizimavam a população.¹⁰

Dar à cidade de Laguna uma nova fisionomia, mais condizente com a idéia de progresso reinante na época, era uma das prioridades de inúmeros membros da elite local. Embelezar a cidade, nem que fosse só na fachada, fazia com que se adequasse à nova era, como afirma o artigo nº 21 do Código de Posturas Municipais de Laguna: “os proprietários farão retocar, cair ou cobrir de dois em dois annos, nos mezes de Setembro a Dezembro, a frente de seus prédios, e, pintar a óleo ou verniz de tres em tres annos, nos referidos mezes, as portas, janelas, postigos, caixilhas, varandas, grades e gradis de ferro que ficarem para as ruas”.¹¹

Dar à cidade de Lages uma nova fisionomia, afinada com a perspectiva de progresso e de embelezamento reinante na época, era também uma das prioridades de inúmeros membros da elite local, cujo porta voz era o poder público municipal. Neste sentido, já em 1845, o Código de Posturas estabelecia penalidades para o proprietário “que a partir da

⁶ PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo-Marco Zero, 1994. p.31-32

⁷ PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: *Revista Brasileira de História*, vol.5, nº8/9 - Set. de 1984/Abr. de 1985. São Paulo: ANPUH/Editora Marco Zero. p.148

⁸ COLEÇÃO DE LEIS 1841-1847. *Lei de 05 de maio de 1845*. Florianópolis: Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina.

⁹ INFRACÇÃO DE POSTURAS. *Jornal O Albor*. Laguna, 18 de março de 1904.

¹⁰ MARTINS, Ana Luiza. A invenção e/ou Eleição de símbolos Urbanos: História e memória da Cidade Paulista. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo-Marco Zero Fapesp, 1994. p. 185.

¹¹ CABRAL, Antonio G. *Editaes*. *Jornal O Albor*, 30 de novembro de 1911.

publicação desta a seis meses, não tiver calçado seis palmos em frente de suas cazas".¹²

Todavia só a reforma da cidade por parte das autoridades não era o suficiente, exigia-se que também seus habitantes abandonassem certos hábitos costumeiros. Robert M. Pechman, em seu artigo intitulado *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*, afirma que:

"Limpendo a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizado cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar, evitando os aglomerados por um lado e os perigos do vazio por outro."¹³

Dentro desta idéia de intervenção, por parte do governo, em sua tentativa de higienizar a cidade, transcrevemos parte de uma notícia publicada em um dos jornais de Laguna:

"(...)com o intuito de fazer desaparecer uma scena que tanto nos envergonhava, como era a formada pela turma de pedintes que, quasi diariamente, andava de porta em porta esmolando, o nosso commercio...num gesto que muito o dignifica, encarregou as bondosas senhoras que constituem a Associação Damas de Caridade de distribuirem semanalmente..., as quantias que por elle lhes fossem entregues...Pois bem. O saneamento foi feito...É preciso que aquelas scenas degradantes, desenroladas ás nossas vistas, de verdadeiro assalto aos viajantes por occasião da chegada de um trem ou vapor, não mais se reproduzam. A policia cumpre zelar pelo que está feito, prendendo se necessário for estes individuos(...)"¹⁴

Enquanto o Código de Posturas de 1895 da cidade de Lages, afirma que é proibido:

"(...)fazer bulhas ou vozeirias, dar gritos altos sem necessidade reconhecida, fazer sambas ou batuques quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas da cidade, das povoações, estar na própria casa ou na alheia, de modo indecente ou imoral, de sorte que possa ser notado pelos transeuntes ou vizinhos."¹⁵

Com estas atitudes, percebe-se por parte das elites locais sugestões de práticas segregacionistas, determinando aos excluídos sociais ocupação de espaços distante da cidade, cuja elite se considera sua fundadora. Com isto desejam uma esfera pública que seja expressão de seus anseios e de sua maneira de ser. E, ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade, através da caridade assistencialista, de dar uma resposta a estes sujeitos sociais, mas o apelo às forças policiais torna-se um expediente costumeiro. Desta forma, a reordenação do espaço público continha em seu discurso e em sua prática a exclusão de todos aqueles que não se inseriam nesta nova sociedade, e que podiam macular a imagem da cidade idealizada pelas elites.

A reformulação das condutas e sociabilidades torna-se mais visível no momento em que Lages e Laguna passam também por um processo de construção de instituições, que vão

¹² COLEÇÃO DE LEIS 1841-1847. Lei de 05 de maio de 1845. Florianópolis: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹³ PECHMAN, p. 33.

¹⁴ OS PEDINTES. Jornal O Albor, Laguna, 26 de janeiro de 1919

¹⁵ CÓDIGO DE POSTURAS. Lei n. 06 de 09 de julho de 1895. Lages, Fundação Cultural Danilo Thiago de Castro.



permitir à sociedade a sua reorganização e reprodução, atualizando-se com as transformações maiores que todo o Estado estava atravessando culturalmente. Entre as instituições que são criadas ou remodeladas destacam-se os teatros, clubes recreativos e esportivos, clubes musicais e sociedades carnavalescas. Existem em Laguna, nesta época, em torno de 17 sociedades recreativas e esportivas, destacando-se o Club Blondin e a Sociedade Recreativa Congresso Lagunense, além das sociedades musicais: Sociedade Musical União dos Artistas, Club Musical Lyra Commercial, Sociedade Musical Perseverança e Banda Musical Carlos Gomes. Acrescente-se ainda, as sociedades dramáticas, a exemplo do Grêmio Dramático Musical Lagunense, e entidades filantrópicas como a Associação Damas de Caridade. Laguna tinha três cinemas — Central, Saturno e Natal —, cujas programações, de acordo com os

jornais, eram as mais variadas.

Em Lages, percebe-se através da imprensa o papel do teatro¹⁶ como forma de sociabilidade, que aglutina parte significativa da elite lageana e que, por sua vez, constituía-se num meio eficaz de reformulação de condutas e até de divulgação de princípios civilizatórios, onde o humor escandaliza o desajeitado, o deseducado, o grosseiro e o texto informa e civiliza. As elites locais criaram também O Club Primeiro de Julho (1896) e o Club 14 de Junho (1920), objetivando construir espaços de coesão social, em virtude de rivalidades de cunho político entre as elites locais. A letra do hino do Club Primeiro de Julho expressa esta questão quando diz que:

“E cesse a animosidade/ no seio da sociedade/ salte o prazer com fervor/ Laços de união estreitando/ quanta alegria raiando/ dos sentimentos de amor”.¹⁷

Surge também a Sociedade Recreativa Ramallete Róseo, que aglutinava as “gentis Senhoritas da Sociedade Lageana”, tendo como parceira e ou rival a Sociedade Cravo Preto, composta por homens. Ambas possuíam estatutos que normatizavam sua função social e disciplinavam condutas. Assim, o Estatuto da Sociedade Cravo Preto, fundada em

¹⁶ Em 1847 houve a fundação da primeira casa de teatro, intitulada Sociedade Particular Phenix Lageana. Em 1887 houve a fundação da Sociedade Perseverança. Ambas funcionaram até 1896. Em 1901 o Teatro São João é assumido pelo poder público municipal. Em 1901 houve a fundação do Grupo Melpomense. Outros grupos teatrais são fundados como Gremio Thalia, Grupo Dramático Satélite do Progresso e Amadores da Arte. (Notas em Arquivo. Fundação Cultural Danilo Thiago de Castro. Lages).

¹⁷ HINO DO CLUB PRIMEIRO DE JULHO. Fundação Cultural Danilo Thiago de Castro. Lages.

1919, colocava no artigo primeiro, parágrafo segundo, que um dos fins da sociedade é unir na maior cordialidade os moços de Lages, e como sendo um dos deveres, artigo oitavo, parágrafo terceiro, “portar-se com a devida decência no recinto da sociedade, tratando todos com cortezia própria de cavalheiros”¹⁸.

Analisando as sociedades recreativas, com suas programações semanais e mensais, além das festividades religiosas e laicas, observamos que Laguna tinha uma vida sócio-cultural bem mais dinâmica do que outras cidades do mesmo porte ou importância, como é o caso de Lages. Dentro das festividades nota-se que o carnaval em Laguna, já neste período, superava as festas religiosas. É possível acompanhar pelos jornais toda a discussão a respeito do entrudo versus carnaval, sendo o primeiro considerado como algo que depunha contra os padrões de *civilização*, e o segundo como aquele que a sociedade deveria adotar nos bailes dos clubes. “Effectivamente assim succedeu: o Entrudo, foi pouco molhado e Momo pode-se dizer, só apareceu, mas de fôrma brilhantíssima, nos bailes.”¹⁹

O fato de Laguna destacar-se como cidade portuária, permite-lhe entrar em contato com as informações de outros centros com relativa facilidade. Já em Lages, o contato com as chamadas idéias civilizadoras era, de certa forma, difícil e restrito a determinados membros das elites, no caso, ricos fazendeiros envolvidos com atividades políticas, que freqüentemente iam ao Rio de Janeiro, comerciantes que se deslocavam para Florianópolis e profissionais liberais — médicos, que estudavam nos grandes centros do país e até mesmo na França. Ao retornar a Lages, falavam das novidades e procuravam dar exemplos em sua terra natal daquilo que se vivenciava nos grandes centros do país. Certamente, Laguna recebia e dava mostras dos princípios da *Belle Epoque* já no final do século XIX, e com mais freqüência, até mesmo pela facilidade de acesso às informações pela relação próxima com a capital do Estado. Diferenças haviam até mesmo no seio das próprias elites

locais, mas, no entanto, algumas vozes que expressavam sonhos eram comuns, como: construção de estradas, energia elétrica, ensino, saneamento, olhar avesso à pobreza, interesse em reformular as manifestações culturais populares e, ainda, intenso discurso no sentido de reformulação de condutas e sociabilidades.

Asociedade criada no contexto da mercantilização das relações sociais procurou valorizar significativamente a vida privada, que deveria



ser protegida e organizada, porque era em seu seio que se reproduziam condutas. O lado de fora, ou seja, a esfera pública, era um espaço marcado pela diversidade, por interesses heterogêneos, onde as elites procuravam fazer valer as suas diferenças e concretizar a sua hegemonia. Foi neste contexto, que as elites dirigentes tiveram como prepostos intelec-

¹⁸ ESTATUTO DO CRAVO PRETO - 1919. Fundação Cultural Danilo Thiago de Castro. Lages

¹⁹ JORNAL O ALBOR, Laguna, 11 de março de 1905.

tuais, que defendiam seus interesses privados através da imprensa e deram combate a todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse comprometer o desejo de constituição de uma sociedade civilizada. O que interessava era a implantação definitiva do progresso e da civilização com base em padrões culturais europeus.

Para concluir, podemos afirmar que, nas primeiras décadas do século XX, estava aparecendo no cenário catarinense uma *nova* cidade, com calçamento, coreto na praça, luz elétrica, cinema, uma mistura do figurino francês com o modelo inglês de parques e jardins, com seus chafarizes de ferro fundido. Nessa rede urbana, uma sociedade remodelada, com grupos sociais diferenciados, exercitava-se em movimentos de ajuste e ordenamento, procurando abrir caminhos e ocupar novos espaços dentro dos parâmetros do processo civilizador. Assim, então, Laguna aparece nas páginas do Jornal O Albor com a seguinte feição:

“(...)de um decennio a esta parte, vem despertando da apathia que se achava mergulhada. Ruas nivelladas e bem macadomisadas... prédios de vários estylos architectonicos, erguem-se com arte e donaire, em todos os recantos da nossa urbs, demonstrando...que abandona-mos por completo aqueles moldes archaicos e anti-hygienicos que tanto depunham contra as nossas noções de hygiene e contra o nosso senso esthetico...e para remate, como um bendito florão a todos esses louváveis esforços de uma arrancada para um futuro melhor, a nossa illumination elétrica, trazendo o esplendor para o nosso templo e, para as nossas sociedades, o conforto para o nosso lar, e a diademar luminosamente a fronte da nossa Laguna.”²⁰

Laguna, como uma das principais cidades de Santa Catarina, queria ser identificada pelo seu espírito *progressista*, pois era “uma das mais bellas e pitorescas cidades do nosso Estado.”²¹

Em Lages, na poesia de Paulo Setúbal, que lá esteve por volta de 1919, com o intuito de curar-se de uma tuberculose, registrou fragmentos da História de Lages, seja em prosa ou em verso. Podemos perceber “nessa terreola fúnebre e burguesa”²² o contraditório na sociedade civilizada: “E ali, na vila, nessa pobre aldeia, / Tão incolor, tão rústica, tão feia, / Povoada de caboclos indigentes, / A forasteira, com seu ar touriste, / Com seu chapéu de plumas, com seu chiste, / Chocava o povo e deslumbrava as gentes!”²³

²⁰ LEO. A nossa cidade. Jornal O albor, Laguna, 16 de junho de 1919.

²¹ Idem

²² SETÚBAL, Paulo. A Vila. In: Alma cabocla. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.

²³ Idem.

O GRANDE TEATRO PÚBLICO: OKTOBERFEST*

(A construção cultural de uma festa municipal)

Maria Bernardete Ramos Flores

Cristina Scheibe Wolff

*Lígia de Oliveira Czesnat**

Resumo: A Oktoberfest de Blumenau, inserida na problemática das festas municipais, suscita questões sobre a sociedade do lazer. Num trabalho de *bricolage*, enquadrando elementos apresentados como tradicionais às tecnologias modernas do lazer e à cultura como espetáculo, transmuta a cidade em “cidade turística”, estetizando sua imagem, tornando-a atraente, erotizando-a para o jogo de sedução, isto é, de consumação.

Palavras-chaves: Festa-espetáculo — Turismo — Cultura de massa — Blumenau

Abstract: The Oktoberfest of Blumenau, a municipal celebration, raises questions regarding the leisure culture. Traditional customs, modern leisure technology, and cultural events are overlaid as in a collage, transforming the city into a tourist destination.

Key-words: Celebration — Tourism — Mass culture — Blumenau

Houve um tempo em que a ociosidade era a mãe de todas as virtudes. “Se a lançadeira tecesse sozinha a tela, se o arco tirasse sozinho de uma cítara o som desejado, os arquitetos não precisariam de operários, nem os mestres de escravos”, pensava Aristóteles.¹ Este foi o velho sonho da humanidade, a liberação do trabalho, que se expressou em mitos e utopias.

* Professoras do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

† Este texto compõe-se dos resultados iniciais do Projeto de Pesquisa Integrada, financiado pelo CNPQ., intitulado A Estação do Chopp - História das festas teuto-brasileiras em Santa Catarina. Além das professoras fazem parte do grupo de pesquisa Reinaldo Lindolfo Lohn, com bolsa de aperfeiçoamento, Rosilene Maria Alves e Giane Belizária Figueiredo com bolsa de iniciação à pesquisa.

¹ ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, p.10-11



Com a ascensão da burguesia, edificando o trabalho como causa nobre, este sonho caiu em desgraça. A ociosidade tornou-se um vício a ser combatido; “concretizou-se a decadência do homem que não trabalha e do ocioso que vive de rendas”.²

No século XIX, quando este processo já se encontrava bastante definido, passaram a coexistir dois movimentos, aparentemente contraditórios: enquanto a ociosidade continuava a ser combatida, aparecia a noção do lazer, como o tempo do não-trabalho. E o dia, a semana, o ano fragmentaram-se em tempo de trabalho e tempo de não-trabalho. Não obstante, ao persistirem as longas jornadas, o direito ao lazer era uma prerrogativa apenas das elites. Foi somente quando os grandes movimentos populares lutaram por *Bem-estar e Liberdade*, impondo a lei de 40 horas, as férias pagas e a prática do *week-end*, que o lazer pode constituir-se num tema da sociologia contemporânea.³ Com a sociedade pós-industrial, no campo da tercerização da economia, o investimento nos espaços de lazer tornou-se

um negócio rentável. Atualmente, fala-se mesmo em uma cultura do lazer, que tende a transformar aos poucos nossas maneiras de sentir, pensar e agir; um espaço privilegiado de uma revolução cultural de natureza ética e estética,⁴ ou um retorno do *Homo ludens*,⁵ revalorizando as festas tradicionais e o artesanato como uma atividade, ao mesmo tempo, utilitária, lúdica e artística.

Sob outro aspecto, o aparecimento das grandes cidades desempenharam o desejo de fuga dos amontoamentos urbanos, da vida sedentária, do convívio em apartamentos, na procura de sol, mar e campo, primeiro como viagens de recreio das elites despertadas pelo romantismo e hoje, um gosto acrescido pelo chamado turismo de massa.

A Oktoberfest de Blumenau, inventada em 1884 e reeditada anualmente, sempre recriada e orientada por costumes tradicionais, muitos dos quais esquecidos e abandonados há longo tempo, corresponde a todas estas perspectivas contemporâneas, além de suscitar outras questões. Uma delas é a seguinte: “toda festa só pode pertencer ao seu próprio tempo” e, por outro lado, “ocorre que os idiomas da festa não se inventam da noite

² FEBVRE, L. Apud. DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p.54.

³ DUMAZEDIER, J. Op. Cit. pp. 51/58.

⁴ ———, *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, pp. 172/173.

⁵ HUIZINGA. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

para o dia".⁶ A festa municipal inventada, orientada pelos costumes tradicionais, fixa um quadro ritual incorporado pelo lazer mecânico e moderno, que confere aos costumes tradicionais outros significados e ao mesmo tempo, estes desempenham funções novas.⁷

Na verdade, para a montagem desta festa, há um elaborado trabalho de *bricolage*, a criação de algo novo a partir de elementos pré-existentes. Ou seja; um trabalho de enquadramento de elementos novos e velhos para compor um cenário, onde se destacam as tradições. Aliás, a festa inteira, apesar de realizada com as tecnologias modernas do lazer, é apresentada e vivenciada como uma tradição. Mas temos então que pensar em "tradição inventada", conceito forjado por Eric Hobsbawm.⁸ Uma invenção que tem reafirmado identidades, remexido lugares de memória, criado cenários simbólicos, representado valores e aspirações.

Mas a problemática desta festa inventada, como já vínhamos apontando anteriormente, não se encerra na perspectiva do retorno das tradições para reforçar identidades étnicas, embora este aspecto seja, definitivamente, um vetor mobilizador. José Geraldo Pfau, membro da Comissão Organizadora da Oktoberfest-93, disse que o motivo imediato da criação da festa foi um esforço para reerguer a cidade depois das grandes cheias. No entanto, a motivação e o envolvimento verificados não se dariam, por exemplo, com um baile de carnaval e com desfile à fantasia, pois isso não teria nada a ver com a população blumenauense. "Era preciso tocar aquela musiquinha alemã para o cara chorar, para o cara sentir no coração que é uma coisa dele que está sendo valorizada. Foi isto que foi feito. Foi isto que deu certo."⁹

A Oktoberfest foi integrada ao calendário turístico de Blumenau e da Embratur no mês de outubro. Partiu dos empresários locais, na tentativa de melhorar o humor e as finanças da cidade que havia sofrido uma seqüência de trágicas enchentes. Como iniciativa do governo municipal, a festa foi realizada pela Proeb (Centro de Promoções) e contou com o apoio da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Blumenau), CDL (Clube de Diretores Lojistas), sindicatos patronais, empresas ligadas ao ramo turístico-hoteleiro e de outras entidades com fins lucrativos.

O sucesso, já na primeira Oktoberfest foi estrondoso, transformando Blumenau, na cidade da Oktoberfest, a *Alemanha Brasileira*. Segundo a imprensa, os próprios organizadores levaram um susto. Esperavam no máximo 40 mil pessoas, tiveram 102 mil, somando-se o público das quatro noites. Foi aí que Blumenau descobriu definitivamente sua *vocação turística*,¹⁰ através da festa de administração municipal.¹¹

Na verdade, o que se pode depreender é que, na lógica da economia terciária, os investimentos em espaços de lazer podem garantir a promoção de empregos destinados à fabricação de bens e serviços de lazer a fim de compensar a regressão do emprego na produção dos bens primários e secundários. Aliás, hoje, um consumo acrescido de lazer que, na prática, é uma necessidade sem limites, torna-se premente ao próprio funcionamen-

⁶ Cf. VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 240-244.

⁷ Cf. DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. Op. Cit.

⁸ HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. in: RANGER, Terence (org) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.10.

⁹ Entrevista gravada, realizada em Blumenau, 24/06/1993.

¹⁰ *Já* - Edição Especial, out./1988, no20. "A festa que saiu da Enchente"

¹¹ Umberto Eco aborda a cultura contemporânea como cultura-espetáculo, *happening*, incluindo nesta reflexão, as festas como objeto de administração municipal. ECO, Umberto. *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.213.

to de uma economia que pertencerá mais e mais ao setor terciário. Nesta perspectiva, a festa perdeu seu caráter de celebração, própria das festas integradas no calendário litúrgico ou agrícola, para transformar-se em festa-espetáculo, penetrada pela lógica do valor, concebida em função do consumo de mercadoria.¹² E como tal, como objeto de consumo, para consumir-se, ela deve transmutar-se em objeto de desejo.

Assim, Blumenau, ao transformar-se em uma *cidade turística*, estetizou a sua imagem, tornando-a atraente, erotizando-a, para o jogo da sedução, isto é, de consumação. A formulação desta imagem é proposta através da cultura-espetáculo, que constrói a narrativa do discurso da germanidade, *celebrada* o ano todo, mas principalmente, na Oktoberfest que, na perspectiva da mídia, constitui-se no retorno da história, da tradição e dos costumes da cultura germânica. Inspirada na festa de Munique, realizada há 200 anos, os organizadores prometem mostrar ao público “toda a tradição dos colonizadores alemães servida em desfiles alegóricos e em clubes de atiradores, bem como através de inúmeras competições de tiro, bocha, bolão, além das bandinhas típicas e corais da região.”¹³ Quando da realização da primeira Oktoberfest, em 1984, o prefeito de Blumenau, Dalto dos Reis, exclamava na língua alemã: “*Lassen die Sorgen zu Haus*”¹⁴. Seu Secretário de Turismo, Antônio Pedro Nunes, encarregou-se dos preparativos e garantia: “Serão dez dias de muita alegria, música, folclore, cores, comidas típicas. Dez dias de dança e cerveja à vontade.”¹⁵ O forro do pavilhão da Proeb (local da festa) foi coberto com fitas azuis, 150 estrelas e 200 nuvens. No alto, a inscrição “*Im Himmel gibt's kein Bier, drum trinken wir es hier...*”¹⁶ Da Alemanha vieram os ornamentos, os barris de chope que abririam simbolicamente a festa, as bandas para darem o compasso da valsa e da marchinha alemães. De lá também chegaram 40 turistas, especialmente esperados,



¹² Sobre esta reflexão, ver: CANCLINI, Néstor García. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.113.

¹³ JSC, 24/08/1984.

¹⁴ “Deixem as preocupações em casa” (trecho de conhecida canção alemã). Jornal *A Notícia*, 23/09/1984.

¹⁵ *Jornal de Santa Catarina*, 23 e 24/09/1984.

¹⁶ “No céu não há cerveja. Por isso vamos bebê-la aqui mesmo” (verso de uma velha canção alemã). *Jornal de Santa Catarina*, 23 e 24/09/1984.

e um time de veteranos do *Hamburg Sportsverein*, cujas senhoras foram recepcionadas pelo Centro Cultural 25 de Julho. A intenção era reconstruir os vínculos com a Pátria-Mãe.¹⁷ No ano seguinte, na Oktoberfest-85, plantaram-se, solenemente, rosas trazidas da Alemanha em frente à Prefeitura de Blumenau.¹⁸

Na época da festa, a fantasia inunda toda a cidade, decorada com bandeiras de várias regiões da Alemanha, muitas guirlandas de flores e os símbolos da Oktoberfest: o *Vovô Chopão*, as cores verde e vermelha. O encantamento é reforçado pela presença das construções em estilo enxaimel (imitações externas) com gerânios nas sacadas, “que fazem transportar, os que visitam a cidade, para o antigo continente europeu...”¹⁹ As lojas decoram suas vitrines com “motivos da tradição germânica”.²⁰ O encontro com a imaginação é suscitado por todos os sentidos. Pela manhã é realizada uma alvorada festiva, apresentação de bandinhas típicas, retretas nas praças públicas e defronte aos hotéis. Duas vezes por dia, distribuição gratuita de chope pelo *Vovô Chopão*, através dos *Bierwagen* — carros da cerveja, que circulam pelas ruas da cidade animando a população nas calçadas.²¹

Assim, as reminiscências do passado são figuradas através de imagens, de símbolos, de práticas e atitudes. Tudo é mostrado como se fosse um retorno da história. Como se fosse a lembrança dos tempos da colônia, das antigas *Schützenfesten* (festas dos atiradores), promovidas pelos clubes de caça e tiro (*Schützenverein*), que reuniam praticamente toda a população para assistir as competições de tiro ao alvo, tiro ao pássaro e participar do grande baile, regado a cerveja, onde tocavam bandinhas de música alemães.²²

A verdade é que a festa-espetáculo, no contexto da cultura de massa, caracterizada pela integração progressiva de boa parte da população aos bens de conforto e de lazer, está relacionada com a institucionalização de um espaço de lazer para a consumação de bens culturais: o artesanato — meio utilitário, meio artístico — que o turista coleciona em sua casa, como lembrança de viagens (no caso de Blumenau, os produtos industriais tradicionais, como os têxteis, por exemplo, fazem o papel dos produtos exóticos de uma cultura estranha); o conhecimento de culturas distintas que, hoje em dia, faz parte do cabedal das *pessoas cultas*; o entretenimento e a diversão.

Podemos analisar a festa, ainda, na dimensão da temporalidade do lazer, ritmado segundo as estações, o fim de semana, o fim de ano, o fim de vida (aposentadoria). No caso de Santa Catarina, as festas de calendário municipal propiciaram a interiorização do turismo de massa, que já era uma realidade nos meses de verão em todo o litoral, atingindo amplas camadas da população nos períodos de baixa temporada e fora da orla marítima. O ano de 1984 é um marco da chamada *interiorização* do turismo neste Estado.

Portanto, as festas municipais recriadas, reinventadas, têm-se constituído num fato social e cultural de alta monta, com o aparecimento do turismo de massa e do lazer como um assunto que envolve questões econômicas, sociais, psicológicas e culturais. Ou seja, o turismo de massa e o lazer como fenômenos da sociedade pós-industrial, aparecem como um manancial econômico de primeira linha, além do uso do tempo do não-trabalho de forma administrável.

¹⁷ JSC, 24/08/1984.

¹⁸ JSC, 09/10/1985.

¹⁹ O Estado, 03/10/1986.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Sobre isto, ver PETRY, Sueli V. *Os clubes de caça e tiro da região de Blumenau*. Blumenau: FURB/ Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 19

A primeira Oktoberfest realizou-se em outubro de 1984, quase uma repetição do que havia acontecido em janeiro do mesmo ano na vizinha cidade de Pommerode — uma festa para mostrar ao país a *cidade mais alemã do Brasil*. Na região do Vale do Itajaí, habitada por muitos descendentes de alemães, multiplicaram-se as festas municipais: Fenarreco, em Brusque; Chuchopffest, em Gaspar; Kegelfest, em Rio do Sul. Em Joinville e Jaraguá do Sul, mais ao Norte, surgiram, respectivamente, a Fenachopp e a Schützenfest. Hoje o Estado de Santa Catarina é pontilhado de festas que se utilizam dos costumes locais — uma espécie de reciclagem, ou melhor dizendo, uma espécie de *bricolage* — para mercantilizá-los na forma de espetáculos ou produtos de consumo.

Após os anos 60 e 70, quando o Brasil passou por um processo de urbanização acelerada, na década de 1980, no país, há uma quase estagnação da economia, com elevadas taxas de inflação e de estímulos à realização de investimentos produtivos. Mas, em Santa Catarina, paradoxalmente, alguns grupos empresariais se fortaleceram e adquiriram significativa representatividade no nível nacional.²³ Sob outro aspecto, os pólos industriais habitados por populações de origem alemã, apresentaram um incremento (35% acima da média estadual), notadamente no contexto têxtil e de vestuário.²⁴ Ainda, ocorrem certas especializações das indústrias locais, com setores expressivos e dinâmicos, tirando Santa Catarina de seu clássico papel de economia periférica.²⁵ Acrescente-se a isso fortes correntes de êxodo rural e, como consequência, aumento do índice da população urbana, com uma projeção, para 1990, de um índice de urbanização de 71%.²⁶

Blumenau, famosa por sua produção têxtil, cristais e instrumentos musicais, já vinha se caracterizando como cidade turística, recebendo visitantes interessados em seus produtos. Na década de 1970, durante o governo do prefeito Renato Vianna, o turismo recebeu grande incentivo com a campanha de construção civil em estilo enxaimel. Estilo de *maquiagem*, pois a arquitetura não guardava nenhuma proximidade com a técnica tradicional, presente ainda em algumas casas remanescentes da antiga colônia, mas eram apenas imitações externas. Esta iniciativa esmerava-se em construir uma fisionomia da cidade alemã, européia, e assim atraía muitos turistas.

Com as grandes cheias de 1983 e 1984, o movimento turístico foi ameaçado, bem como o comércio e a indústria, já um tanto ressentidos pela conjuntura da economia nacional como um todo. Com as cheias, muitas empresas ameaçaram deixar a região e houve um esmorecimento nas atividades econômicas como um todo.²⁷ A partir da necessidade, portanto, de incrementar e reativar as atividades, o turismo passou a ser um dos carros-chefe, não só no caso específico de Blumenau, mas também do conjunto do Estado, com uso dos recursos naturais, históricos e culturais, com a intenção de oferecer “oportunidades de lazer a todas as camadas da população, especialmente as de menos renda”.²⁸ A intenção era atingir a baixa temporada, contribuindo para diminuir a ociosidade dos equipamentos turísticos, introduzindo-se, o que posteriormente veio a ser denominado *Turismo Quatro Estações*.

A meta era consolidar o turismo como atividade perene, criando um empresariado

²³ Ver CUNHA, Idáulo José. *O Salto da Indústria Catarinense*. Florianópolis: Paralelo, 27, 1992. p.228.

²⁴ Idem. p.229.

²⁵ Idem. p.231.

²⁶ Idem. p.1777.

²⁷ cf. “A festa saiu da encherete”. *Já*. Edição Especial, outubro, 1988.

²⁸ Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado de Santa Catarina. 1983-1986.



profissional e mão-de-obra permanente.²⁹ Além dos recursos naturais, aproveitados com a instalação de hotéis fazenda, campings, etc, um dos artificios mais frequentes utilizados para a atração de turistas são as festas municipais. Estas têm por característica a criação de um cenário onde expõem o povo do lugar, a cultura, os produtos industriais ou agrícolas específicos da região. Das festas municipais catarinenses, a Oktoberfest é a que mais tem atraído o turismo de fora do Estado, além de se constituir num modelo de festas municipais.

Esta atividade econômica, de grande importância em que se transformou a festa — David Harvey falaria de acumulação flexível, porque feito de imagens, difícil de manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo o fluxo e efemeridade,³⁰ homens e mulheres a incorporaram em seu cotidiano, como atividade de subsistência. A Oktoberfest desencadeou uma indústria artesanal ou não, na produção de suvenires, trajes típicos, guirlandas de flores, artigos para decoração, etc; a culinária, o serviço hoteleiro, os meios de transporte, são elementos que dinamizaram as atividades econômicas.

Neste evento de cultura como espetáculo, a volta mágica ao passado integra o jogo da ficção, do lúdico, à realidade do comércio. Os valores culturais, guiados pela lógica do capitalismo em sua fase pós-industrial, da tercerização e capital flexível, são reabilitados pela festa. Ou seja, a festa na *cultura de massa*, como cultura de consumo, é vendida como produto, por intermédio da publicidade e do turismo. Tem origem no fenômeno da multimídia, onde imagens, palavras, músicas, ações, dramatizações etc, compõem os cenários de construções de imagens-mercadorias.

²⁹ Plano SIM, Kleinübing/Konder, 1991-1994.

³⁰ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. p.273.

A imagem do desfile que abre a festa, e repete-se às quartas-feiras e aos domingos durante toda a temporada, por exemplo, é muito elucidativa. Interpretando este desfile, como faz Mary Ryan,³¹ ao refletir sobre as paradas norte-americanas, ele pode ser lido como um texto da dramatização da história apresentada como espetáculo para o turista. O passado representado transforma-se em obra de arte, num texto móvel que tem como palco a principal rua da cidade e, como platéia, a multidão de turistas. Não obstante, esta mercadoria, especial, estética, artística, feita de imaginação, memória e citação do passado, exige que os figurantes representem também para si. A *tradição* é apresentada no sentido *tradure* — tradução da antiga identidade cultural. Mulheres e homens, idosos, adultos, jovens, adolescentes, crianças e bebês são como pantomimas, vestidos não só com a *indumentária típica* da cultura, mas também com os papéis dos sujeitos da história local. Além das bandinhas típicas, dos grupos folclóricos e clubes de caça e tiro, dos carros com autoridades e *rainhas* da Oktoberfest, há diversos carros alegóricos, vários com *sentido histórico*. No carro *Os Imigrantes*, por exemplo, representa-se a barca que trouxe, pelo rio Itajaí-Açu, os primeiros 17 imigrantes para Blumenau; no carro *Família Colonial* aparece uma cabana (como as utilizadas nos primeiros tempos da colônia), de um lado vemos o homem trabalhando com uma enxada, de outro a mulher amassando pão. Outro carro, sobre a *vida social de Blumenau* mostra diversas formas de lazer dos antigos colonos. Além do bolão, do tiro e dos bailes, o carro mostra uma roda de homens jogando *skat* (jogo de cartas) e uma roda de mulheres em um *Kränzchen* (tomam café, conversam e fazem trabalhos de agulha).

Assim, a festa é uma mercadoria feita para os turistas, mas uma mercadoria especial, a saber, uma mercadoria que manifesta a cultura teuto-brasileira como obra-de-arte, como representação do passado, como reorganização da cultura de museu. A cidade se prepara confeccionando artigos não só para decoração, a culinária e os trajes típicos, mas também como mercadoria exposta à venda. A Oktoberfest espalha-se por toda a cidade e nela realiza-se a comercialização nas lojas e nas *barraquinhas* da festa ou da feira de artesanato. Encontra-se aí todo o tipo de manufaturas e artesanatos: bonecas tipicamente trajadas, bonequinhos de cerâmica, brochinhas para prender nos chapéus de feltro, alças para canecos, guirlandas de flores, camisetas com dizeres e imagens evocando a festa. Poder-se-ia refletir que o próprio artesanato encerra também as dimensões que viemos analisando aqui: constitui-se numa atividade econômica, na produção de valores de troca para o mercado; tem seu caráter de lazer, algo lúdico, prazeroso em sua realização; tem por fim, um conteúdo artístico, cujo artesão-artista, vê sua obra, o artesanato, como criação, como obra-de-arte.

Diríamos que, ao contrário dos atores num palco, os habitantes de Blumenau são, nesta festa, ao mesmo tempo executantes e espectadores. Ostentam nos símbolos materiais da indumentária, carros alegóricos, adereços, decorações, bem como nos semblantes, sorrisos e poses para as fotos, na alegria e coreografia da dança, na emoção diante da música, nos gestos de carinho com o turista, a germanidade que é expressa como espetáculo, é também sentida e vivenciada. Um espetáculo que é montado sem roteiro e papéis, mas no qual se percebe uma sincronia dos atores.

Neste cenário, onde a cultura é mostrada e consumida como espetáculo, os atores e espectadores, bem como os vendedores e consumidores se confundem, o que vale, em certa medida, também para o turista. Pois, na festa-espetáculo, o consumidor não se

³¹ RYAN, Mary. A Parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT Lynn (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 177-210.

comporta passivamente como mero espectador. Como afirma Umberto Eco, as festas de administração municipal, saindo das mãos de quem as improvisava, não perderam todo o sabor; tornaram-se, sem dúvida, outro gênero.³² O consumidor comporta-se, também, como ator, isto é, como participante ativo; vestindo personagens, seu corpo torna-se um discurso a ser lido, pelos adereços que usa, pela culinária que degusta, pela bebida que ingere, pela música que dança. O espetáculo da cultura se revela ao turista como *autêntico*, ao mesmo tempo em que, virtualmente, experimenta aquela cultura. Logo, a aparência da cidade preparada para a festa é confundida com a realidade cotidiana da cidade, hiper-realizada na tonalidade das cores, nos adereços da decoração, na imagem da arquitetura enxaimel. As fronteiras entre realidade e representação se desfazem; esvanece-se o véu que separa o ator do espectador, tudo e todos adornam o espetáculo.

Esta é a sedução da festa na *cultura de massa*, uma festa de consumação, sem rastros, sem futuro, sem prolongamentos, é feita para existir no presente, no lúdico que se experimenta no tempo do lazer em oposição ao tempo do trabalho. Ou expressando de outra maneira, a simbiose aí é perfeita, na clivagem do tempo de trabalho, do tempo do não-trabalho, do produtor e do consumidor, tudo e todos são tudo ao mesmo tempo.

Passamos agora a outro aspecto. A festa, nesse seu novo caráter, penetrada pela lógica do valor e concebida em função do consumo de mercadoria, deve ser pensada como objeto de consumo na sociedade do lazer, na época do turismo de massa e na linguagem da multimídia, que cria bens feitos de imagens. E para consumir-se, ela deve transmutar-se em objeto de desejo. É sabido que na linguagem da publicidade, a imagem valorizada é a sensual. Um automóvel, uma marca de bebida, de cigarro, etc, tornam-se vendáveis como objeto de desejo, quando acompanhados da figura de uma mulher bela, jovem, sensual.³³

Neste sentido, podemos afirmar que o *marketing* da festa é favorecido pela idéia de germanidade. A partir da figura da rainha e de todo material de divulgação da Oktoberfest, cartazes, folders, fotografias, etc, é possível perceber o quanto esta festa está centrada na imagem de uma mulher idealizada: loura, de olhos claros, sorridente e rosada, bela: aquela que poderá reproduzir os filhos louros e a cultura germânica que se vende como souvenir, além de constituir a festa numa mercadoria erotizada.

Aliás, este seria o grande papel destinado à figura feminina: a sua potencialidade enquanto vendedora de imagem, enquanto uma imagem que atrai, expressão do objeto de desejo de uma sociedade centrada no masculino. A publicidade da figura da mulher, bela, jovem, pele alva, feminina, carrega para a festa, como produto vendável, o caráter de objeto de desejo. É nesta função, na de erotizar a festa, que a mulher ganha publicidade em contraste com a invisibilidade de tantos outros papéis sociais. Todos os anos, por exemplo, é escolhida a rainha da Oktoberfest. As moças, geralmente louras de olhos claros, concorrem ao título de rainha para serem, ao lado do *Vovô Chopão*, o símbolo da festa. Elas têm "a responsabilidade maior em participar de todos os eventos que antecedem a Oktoberfest, divulgando-a pelas principais capitais do Brasil,"³⁴ acompanhando o *Chopptur*, uma espécie de mini-oktoberfest, que viaja para divulgar a festa. Um dos organizadores nos afirmou, em entrevista, que as mulheres fazem um papel muito importante na divulgação da festa. "O *Chopptur* leva o *chope*, a *salsicha*, a *rainha*, o *Vovô Chopão*, uma *banda*, pega

³² ECO, Umberto. Op.Cit. p.213.

³³ Cf. *Immagine Donna - Modelli di nei mezzi di comunicazioni*. Commissione Nazionale per la realizzazione pella parità tra uomo e donna. Roma: 1986, Istituto Poligrafico e Zecca dello stato.

³⁴ *JSC*, 20/04/1990.

um clube importante e faz uma noite Oktoberfest. Convida as autoridades, todo o segmento do turismo, a imprensa e promove uma festa. Assim vende a imagem de Blumenau e da festa e desperta a vontade das pessoas virem.³⁵

A imagem de mulher sensual, objeto de desejo, encarnado na figura da rainha, desempenha, pois, a função da publicidade: erotizar a festa, dando a ela este toque de objeto de desejo. Na linguagem do *marketing*, a rainha está classificada na mesma categoria das salsichas, do chopp, do Vovô Chopão, da banda. Ela perde sua humanidade para se transformar em uma *imagem* sensual.

Aliás, toda a linguagem da Oktoberfest é sexuada e sexual, desde a que envolve a publicidade e a divulgação, até a que está ligada ao trabalho de organização e infraestrutura. As camisetas expostas nas vitrines das ruas da cidade e vestidas por participantes da festa, especialmente turistas, têm um discurso explicitamente dirigido dos homens para as mulheres, embora muitas vezes até mulheres as vistam. É um discurso não somente sexuado como *sexual*: “Oktoberfest na onda ecológica. Nesta Oktoberfest adote um pinto enchopado” ou “Tem gente que vem fazer só isso: Vou faturar 1 loira, e bem gelada. Oktoberfest 92”, são apenas alguns exemplos de uma infinidade de frases com conteúdo sexual que inundam a festa.

O mesmo tipo de coisa ocorre com uma coluna diária do *Oktoberzeitung* (encarte do Jornal de Santa Catarina) chamada Horóscopo, assinada pelo jornalista e publicitário Horácio Braum. Com intenção humorística a coluna imita um horóscopo, fazendo previsões e dando conselhos. A cada verbete se pode distinguir claramente para que gênero está sendo dirigido, ainda mais que os estereótipos mais grotescos são aí reforçados: “Virgem - Por enquanto, né querida? Durante a Oktoberfest a gente conversa.”³⁶

Até para beber o chope foi inventada uma forma *sexuada*, ligada diretamente ao desejo sexual e separada por gênero. Primeiro houve a invenção do *mamicaneco*, um caneco de chope em forma de seio, com um furinho no mamilo por onde se pode sugar, dirigido aos homens.³⁷

O *mamicaneco* chegou a criar algumas rejeições; foi considerado *obsceno*, mas, inclusive mulheres pediram um modelo de caneco para elas.³⁸ Criou-se então um caneco inspirado em um personagem da novela Pedra Sobre Pedra. Tratava-se de um fotógrafo, sedutor de muitas mulheres, que ao ser assassinado teria se transformado em uma árvore que dava flores. Estas flores — parecidas com antúrios e com aspecto fálico, tinham o poder de trazer de volta o amante por algumas horas às mulheres que as comessem. O caneco idealizado é cor de rosa e tem incrustada uma flor semelhante à da novela, que forma um canudo por onde se pode sugar o chope. Ficou sendo conhecido por “caneco do Jorge Tadeu” que, embora idealizado numa figura metafórica, concebe as mulheres também como consumidoras desejantes.

Logo, nesta atividade econômica de grande importância em que se transformou a festa-espetáculo, a teatralização é montada num complexo simbólico e alegórico, entrosando passado e presente, que se expressam em discursos e imagens. Os estereótipos arquetípicos tão caros à linguagem da mídia, misturam-se às citações históricas, reatualizando significados.

As festas, de maneira geral, caracterizam-se pela repetição, pela sua particularidade em

³⁵ Entrevista com Adolfo Ern Filho, diretor da PROEB, Blumenau, 24/06/1993.

³⁶ JSC, *Oktoberzeitung*, 25 e 26/07/1989.

³⁷ JSC, 01/07/1991.

³⁸ JSC, 08/08/1991.

reunir a coletividade e pelo momento de exacerbação da vida social. Elas podem ser os lugares dos *bodes-expiatórios*, dos conflitos, das exclusões, de controle, disciplina, educação e reforma do povo, bem como de resistência a todos estes processos.³⁹ Os antropólogos sociais que estudam festas, mitos e rituais, têm assinalado que estes eventos desempenham funções sociais, quer os participantes tenham consciência disto ou não. A historiadora Natalie Davis, em seu ensaio *Razões do Desgoverno*,⁴⁰ mostra que Victor Turner e Mikhail Bakhtin estão próximos da verdade ao afirmarem a presença de atitudes carnavalescas em todas as culturas, mas conclui brilhantemente que estas atitudes podem evoluir de forma a servir tanto para reforçar quanto para sugerir alternativas à ordem vigente.

Em Blumenau, desde o início da colonização, segunda metade do século XIX, existiram as famosas *festas dos atiradores*, já citadas anteriormente, promovidas pelos clubes de caça e tiro em seus torneios anuais, no dia de Pentecostes. Estas festas envolviam toda a população da colônia: alguns homens vinham para competir, outros apenas assistiam às competições, mas divertiam-se nas barraquinhas ou na conversa com os amigos. As mulheres não tinham lugar nas competições, mas possuíam outros espaços, como a *barraca do café* e estavam geralmente envolvidas com os filhos. Na noite de sábado havia um grande baile, regado à cerveja e ao som de música alemã.⁴¹ Durante a festa, realizava-se com grande entusiasmo, o desfile em que era proclamado o novo *rei do tiro*.

Estas festas contribuíram para a criação da identidade na região, ligada à idéia de germanidade, com características de um imaginário étnico, divulgada nas colônias alemãs do Sul do Brasil pela imprensa em língua alemã, desde 1852. Foi particularmente intensa nos períodos de maior atividade da *Aldeutsche Verband* (Liga Pan-Germânica), de 1893 a 1918, e da propaganda nacional-socialista, durante a década de 1930. Conforme Giralda Seyferth, o conceito de germanidade ou *Deutschtum*, inclui tudo o que pode ser entendido como étnico por referência à idéia de origem comum, ancestralidade e herança cultural.⁴² Mas a referência à herança comum não deve ser vista como uma solidariedade prescrita, e sim como algo construído ao promover um conjunto de idéias e símbolos que reivindicam uma identidade oposta a outra.

A partir de 1935, o governo brasileiro acirra uma campanha de homogeneização nacionalista, elegendo, como alvo preferencial, as colônias alemãs do Sul do Brasil, embora também tenham sido atingidas as colônias italianas e japonesas. Proibiu-se a publicação de livros, jornais e periódicos em língua alemã⁴³ e criaram-se as leis de nacionalização do ensino, com caráter de orientação, fiscalização e repressão, no intuito de incentivar a *brasilidade*. O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) foi o órgão encarregado de combater sistematicamente os círculos ou quaisquer outras organizações alemãs no Brasil.⁴⁴ Em Blumenau, a campanha de nacionalização chegou a ser bastante violenta: foram fechadas escolas, clubes e associações desportivas e culturais, apreendi-

³⁹ Cf. FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Teatros da vida, cenários da história*. A Farra do Boi e outras Festa na Ilha de Santa Catarina. São Paulo: Programa de Estudo Pós-Graduados em História, PUC/SP, 1991. Tese de Doutorado.

⁴⁰ DAVIS, Natalie. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.106.

⁴¹ Sobre estas festas ver: PETRY, Sueli V. *Os clubes de caça e tiro da região de Blumenau*. Blumenau: FURB/Fundação Casa Dr. Blumenau. e GROSS-HERING, Gertrudes. *Recordações da Antiga Blumenau. Blumenau em Cadernos*, Tomo VII, no5, maio de 1965, p. 92-98.

⁴² Ver: SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC, 1982, p.3.

⁴³ Idem. p.15.

⁴⁴ MONTEIRO, J. op. cit., p.77.

dos livros e censuradas rádios, instalando-se na cidade um batalhão do Exército com o intuito de reprimir o uso da língua alemã e instigar o *amor à pátria*.⁴⁵

Como resultado do processo de nacionalização, as expressões públicas de germanidade foram abafadas. Deixou-se de falar a língua alemã em público; diminuíram as atividades das sociedades e clubes recreativos; a educação passou a ser feita na língua portuguesa; em certos meios, passou a ser uma *vergonha* ser de origem alemã. Pelo menos por uma geração, a memória dos antepassados, ou seja, os fios que teciam a germanidade foram silenciados. Ou, na expressão de Michel Pollak, constituiu-se uma “memória subterrânea”⁴⁶ que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. No entanto, a memória que não pode expressar-se publicamente, não significa que, na sua clandestinidade, ela não seja rememorada e revivenciada, transmitida de uma geração a outra. “O silêncio sobre o passado - diz Michel Pollak - longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impõe ao excesso de discursos oficiais”.⁴⁷

A memória silenciada, subterrânea, pôde, portanto, numa irrupção de sentimentos acumulados ao longo do tempo, encontrar o momento propício para vir à luz do dia e da esfera pública. O secretário do Turismo, Antônio Pedro Nunes, declarou: “Nós decidimos fazer a festa num momento delicado, muita gente foi contra, dizendo que era loucura. E realmente havia riscos, a festa deu certo, como poderia não ter dado.”⁴⁸

Num certo sentido, a Oktoberfest degradada pela indústria do turismo tem um lugar na memória e na imaginação dos habitantes de Blumenau. Decorre daí, em boa medida, os sucessos imediatos da Oktoberfest. Os *fazedores da festa*, tinham consciência da importância de ter o passado como referência para que os moradores da cidade, de um modo geral, se identificassem com a festa. O resultado não seria o mesmo se a festa trouxesse o samba, por exemplo, como dança característica. Era preciso tocar aquela “musiquinha alemã para que o cara chorasse ao ouvi-la”. Era preciso mostrar o elo que prometia a continuidade da história. A ligação com algo precedente. O prefeito Dalto dos Reis declarou: “Os jovens estão redescobrimo as tradições de seus avós e que por motivos políticos foram proibidos para uma geração inteira”.⁴⁹ A historiadora e arquivista Sueli Petry afirmou: “Foi uma coisa muito espontânea. Eu ajudei a montar o desfile das duas primeiras Oktoberfest. E se dizia muito — vamos mostrar o que é a cidade, o que é a nossa história. Quando o desfile se apresentava, as pessoas de idade ficavam na frente paradas, vendo com muita emoção.”⁵⁰ Os arquivos foram remexidos para tirar do confinamento os fatos que representassem as imagens do passado; os museus cederam suas peças para serem expostas no cortejo; o trabalho da historiadora foi solicitado para reconstruir as cenas.

Nos últimos anos, com o grande afluxo de turistas que invadem, disvirtuam e causam uma série de problemas com as bebedeiras e atos de violência, percebe-se um claro descontentamento da população local, com a perda da sua festa mais familiar, lugar de rememoração, de recriação de identidade, versão da sua história. Uma queixa que não

45 Cf. BRAUN, Horácio (Org.) *Blumenau, alles blau*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

46 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. vol.2, no3, Rio de Janeiro, 1989. p.3-15.

47 *Idem*, p.5.

48 *A Notícia*. /10/1988.

49 *A Notícia*. /10/1988.

50 Entrevistas das autoras com Sueli V. Petry. 21/06/1993.

questiona o caráter de *invenção* da tradição, mas, tão-somente, a sua utilização para fins comerciais.

Mas é justamente aí que se realiza o sentido desta festa-espetáculo-mercadoria. A adesão e o envolvimento dos habitantes na criação da imagem da cidade como um simulacro da Alemanha, foi um dos pilares do sucesso da Oktoberfest. Este simulacro, este falso absoluto, como diria Umberto Eco⁵¹, conservando e celebrando o passado em forma de cópia absoluta, em formato real, em escala um por um: a arquitetura enxaimel de *maquiagem*, as pessoas vestidas em seus trajes típicos, os adolescentes dançando as músicas dançadas por seus avós, etc, está bem ao gosto do turista. A mística da indústria da diversão, na sociedade da cultura de massa, reside na sua potencialidade em realizar esta realidade virtual, por onde o turista viaja e adquire os objetos-imagens de culturas distantes, que sinalizam o seu contato com todos os homens da terra. As fotos de viagem que coleciona é a imagem re-duplicada daquilo que voltou ao mundo dos vivos em forma de imagem, num grande espetáculo público. São fotos da dramatização histórica enquanto arte, na "era de sua reprodutibilidade técnica".⁵²



Esta festa, enquanto epifania simbólica e alegórica, comporta a dimensão do sonho, do desejo, da utopia, projeção de um inconsciente coletivo, forjando portanto, imagens do que aconteceu com o que se desejaria que acontecesse.⁵³ A Oktoberfest de Blumenau, dramatizando a história, apresenta sua parcela de intencionalidade, manipulação e ilusão.

⁵¹ ECO, Umberto. Op. Cit. p.12.

⁵² BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁵³ CHARTIER, Roger. I.e monde comme représentation. *Annales ESC*. novembre-décembre 1989, n° 6. pp.1505/1520.



HISTÓRIA, EXPERIÊNCIA, NARRATIVA

Joana Maria Pedro

Maria Bernardete Ramos Flores*

Resumo: Este artigo conta como se desenvolveu uma experiência de pesquisa integrada entre professores e estudantes de História, sobre o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis.

Palavras-chave: História, Sindicato, Memória, Pesquisa

Abstract: This article relates the development of an integrated research project between History professors and students regarding the Union of Electricity Workers of Florianópolis.

Key-words: History - Union - Memory - Research

J á se tornou lugar comum afirmar-se que, quem controla a memória, controla o governo. Os fazedores da história coletiva nacional sabem o quanto é trabalhoso e engenhoso o processo de enquadramento do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, excluído, silenciado, para se criar a memória de uma nação harmoniosa, com seus mitos e heróis, levando para os porões do inconsciente, tudo o que macularia a história oficial. A memória, portanto, é trabalho. A contrapelo da história oficial, isto significa o trabalho de tirar do esquecimento os antigos sonhos, as utopias, as histórias das lutas derrotadas, também as vitórias, mesmo que fugidias. Significa ressuscitar do passado o que possa alargar o nosso futuro, dando nova vida às promessas de projetos daqueles que nos antecederam.

Neste sentido, lançamos, recentemente, o livro *Re-Inventando a Cidadania - A História do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis*, resultado de um trabalho de equipe que envolveu vários professores e alunos do Departamento de História da UFSC, ligados ao Laboratório de História Social. Num trabalho conjunto entre este Laboratório e o Sinergia — Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis —, interessado em relembrar e registrar a sua história, compreendeu-se como uma iniciativa que deveria ser apoiada, tanto em

* Este é um trabalho coletivo, realizado por diversos professores e alunos do Laboratório de História Social do Departamento de História da UFSC, sob a coordenação das professoras Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Ramos Flores, com a seguinte equipe: Professoras Cristina Sheibe Wolff, Eunice Sueli Nodari, Laura do Nascimento Rotolo Moraes, Lígia de Oliveira Czeanet e professor Marcos Vinícios de Almeida Saul. Alunas bolsistas Joseane Zimmerman, Juçara Nair Wolff, Karen Christine Rechia, Maria Aparecida Lima, Miriam Aparecida Tesseroli, Miriam Marques Machado, Roberta Heloisa dos Santos e os alunos bolsistas Adriano de Oliveira e José Carlos Debus.



proveito dos historiadores, ligados à academia, quanto dos trabalhadores, ligados à empresa.

O sonho do Siner-gia, nesta década de 90, é o velho sonho da humanidade: o direito à cidadania. Apostando na direção de um projeto que considera seus filiados como um ser global, considera a cidadania como um direito real, conseguido através da radicalização da democracia, no intuito de propiciar vida digna para à maioria da população brasileira. Sonho, portanto, que se torna muito mais necessário sonhar num país em que grande parte dos trabalhadores anseia por direitos, justiça, participação, alimento, casa, educação, transporte, saúde e lazer condignos.

Sabe-se que o capitalismo, ao reinventar a cidadania, localizou os trabalhadores na sociedade através do mercado livre do trabalho, mas colocou-os fora da comunidade política, com o expediente da democracia representativa. Na Grécia, a cidadania era prerrogativa, apenas, dos homens livres, sexo masculino, dispensados por suas posses do trabalho produtivo. Para ser cidadão, e participar da *polis*, era necessário ter bens, e “não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro”. Não poderia também envolver-se com a acumulação de riquezas. “A liberdade situava-se exclusivamente na esfera política”.¹ A sociedade burguesa, por sua vez, ao constituir-se, considerou outros critérios: formação cultural e propriedade, que se tornaram requisitos para participar da esfera pública e, portanto, ser considerado cidadão.² Locke considerou os trabalhadores donos de seu próprio corpo, livres para trabalharem como assalariados, formando, em seu conjunto, um potencial real ou disponível para os objetivos da nação. No entanto, por viverem agarrados às necessidades vitais do dia-a-dia, seriam incapazes de qualquer antevisão, de qualquer previsão. Assim, a imagem pública do trabalho, no pensamento liberal, relaciona-se especificamente com o mercado, e não com a imagem do cidadão politicamente ativo.³

¹ BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no séc. XIX. O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1987.

² ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p 40-1.

³ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.105.

No entanto, o Sinergia, ao reivindicar a cidadania para todos, está dando um novo significado ao termo. O *sindicato cidadão* que está sendo construído, colocando de forma veemente o princípio da cidadania, quer estender os direitos civis para que todos tenham participação no âmbito da sociedade, como um cidadão politicamente ativo e com vida digna.

Movido por este desejo, o Sinergia foi à busca de sua história, pois, é na história que se situa a experiência dos que nos antecederam, a qual é preciso ser narrada como sabedoria e como experiência, para que as novas gerações dêem novo alento aos desejos e lutas não realizados. Foi preciso conhecer onde residia a potencialidade para inserir uma nova modalidade de sindicato - o *sindicato cidadão* - que se pautasse pela utopia dos direitos sociais. Tornou-se, assim, uma tarefa para o Sinergia, refazer sua trajetória, desde a sua criação, em 1960, até os dias atuais, abordando o perfil de suas lutas, as experiências de sua atuação, seus dilemas e contradições. Não se pode negar o passado, prenhe de expectativas, de experiências e de sabedoria, que possibilita ao presente atuar na direção de um novo projeto de história. Era preciso saber, portanto, quando e como surgiram os dilemas e as premissas que levaram o Sinergia a pensar a cidadania no interior de seus princípios.

Convém lembrar que o caráter destes trabalhadores de empresa estatal configura certas diferenças em relação ao operariado em geral. Sob certos aspectos, a admissão ao emprego nem sempre está sujeita aos meandros intransigentes do mercado de trabalho. Conjunturas políticas, concursos públicos, apadrinhamentos, etc, possibilitam o emprego de trabalhadores que passarão a atuar numa relação na qual as hierarquias e os antagonismos diferenciam-se das formas recorrentes entre patrão e empregado — capital e trabalho. Sob outro aspecto, os trabalhadores das indústrias de energia elétrica constituíram, em vários momentos, uma categoria melhor remunerada, cujos salários possibilitavam o acesso a vários direitos sociais; além de terem uma origem nos meios acadêmicos, com formação nas profissões liberais.

No entanto, o caráter específico desses trabalhadores não impediu que suas formas de organização e de luta fossem muito parecidas com as formas de luta e de organização dos trabalhadores brasileiros em geral. Atuando dentro da estrutura sindical brasileira, sua prática oscilou entre o que era permitido nos limites da lei e as possibilidades de maior autonomia e combatividade; compartilharam, assim, das experiências de luta dos trabalhadores no movimento sindical, oscilante em relação às conjunturas econômicas e políticas.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis surgiu em 1960 como Associação, num momento de efervescência do sindicalismo brasileiro, no ápice do período 1945-1960; nesta conjuntura, também havia grande investimento em energia elétrica no Brasil e em Santa Catarina, o que fortaleceu esta categoria de trabalhadores. Nos moldes do *sindicato assistencialista*, atuou dentro dos estreitos limites da lei, de acordo com uma tradição da organização dos trabalhadores brasileiros. Era o chamado assistencialismo que procurava garantir a seus filiados os direitos sociais negados pelo sistema, tanto na prática quanto no discurso. Posteriormente, no caldo dos novos movimentos sociais surgidos no país, a partir do final da década de 70, o Sinergia assumiu novos rumos, tornando-se um sindicato combativo. Na segunda metade da década de 80, empreendeu inúmeras greves, no bojo de um movimento que se alastrava por todo o país e que envolveu principalmente, o funcionalismo público. Atualmente, sua luta é pela construção do *sindicato cidadão*, o qual entende que não pode ser apenas *balcão de empregos e salários* e que deveria disputar valores na sociedade.

Para tal empreendimento, é preciso não fazer *tábula rasa* do passado. Nas perspectivas das abordagens da história das classes trabalhadoras, na esteira culturalista indicada por E.P.Thopson⁴, há que se considerar o passado, as experiências, a tradição, como cimentos das organizações, das identidades, dos desejos, motivações e justificativas para os empreendimentos das lutas e reivindicações. Esta sabedoria que vem do fundo do tempo, passa de geração a geração, na própria experiência cotidiana, mas também pela arte de narrar. O narrador benjaminiano conta a história para intercambiar experiências; para aquele que escuta, a tarefa é levar à frente uma experiência aberta, ansiosa por ser recomeçada e, talvez, realizar as promessas de libertação não cumpridas.

Esta tarefa do Sinergia, em contar a sua história, encontrou amparo no Laboratório de História Social da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, que tem, como prática costumeira, desenvolver projetos de pesquisa de tal forma que estes se constituam num aprendizado para os estudantes de história. Ou seja, o Laboratório de História Social, ao envolver grupos de alunos em projetos de pesquisa, não os deixa atuarem como simples mão-de-obra tarefeira, mas faz com que participem, efetivamente, junto com os professores, de todas as etapas da pesquisa, desde a concepção do projeto até a redação final. No caso da pesquisa sobre a história do Sinergia, a atividade tornou-se duplamente significativa. Num constante aprender a fazer, fazendo, os estudantes de história exercitaram a prática da pesquisa. Sob outro aspecto, envolvendo-se com um prática social presente, participaram de um projeto político para a sociedade atual.

Portanto, no intuito de envolver os alunos no projeto de pesquisa que daria conta da memória e da história do Sinergia — transformando este momento em prática de pesquisa efetiva e em engajamento social e político do historiador —, o grupo formado por professores e alunos participou de todas as suas etapas. Estas foram:

- 1) o estudo da bibliografia a respeito de sindicatos e das diversas lutas dos trabalhadores, para discutir sobre as diversas abordagens e a problemática que daria um fio às nossas reflexões metodológicas;
- 2) a coleta de dados nos arquivos do sindicato Sinergia, fase bastante trabalhosa devido ao emaranhado e à riqueza de sua documentação. Documentação rica por ser o suporte material das vozes que falam da atuação dos sujeitos sociais que fizeram o sindicato, mas que requer olhares inquiridores para extrair, do silêncio e do ostracismo, aquilo que é vivo por permanecer significativo na história. Uma das grandes dificuldades, ao se lidar com arquivos de sindicatos é, na maioria das vezes, sua precária estrutura organizacional; encontramos, misturados em pastas ou pacotes, tipos de documentos que requeririam uma outra classificação. Muitas vezes encontram-se dados repetitivos, falhas de documentos. No entanto, é sempre muito instigante percorrer as atas de reuniões, as correspondências, os boletins, materiais de propaganda, jornais e recortes; percebemos, neles, a existência de sujeitos reais que deram concretude à história, derrubando o mito de que o Estado foi o sujeito, o condutor e o manipulador das lutas dos trabalhadores no Brasil;

⁴ THOPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Crítica, 1984.

3) as entrevistas orais foram uma etapa instigante da pesquisa. Discutiu-se o perfil da entrevistado e do entrevistador. Este documento vivo da história deve ser tratado como o morto: com cautela. É preciso saber escutá-lo, saber dar significados às suas informações. Suas lembranças podem ser estimuladas. Elas não são involuntárias, nem espontâneas. Dependem de boas perguntas, de receptividade e de experiências comuns entre entrevistado e entrevistador, da comunidade de sentidos que se estabelece entre os dois. A transcrição das fitas requer tempo e paciência no registro da voz solitária, despojada dos gestos, das expressões fisionômicas e dos olhares.

4) a coleta de notícias sobre o sindicato nos jornais da cidade, no acervo da Biblioteca Pública. Trabalho também meticuloso, devido à massa de notícias diversas e ao silêncio da imprensa em relação à causa dos trabalhadores. Manipulam-se muitos jornais para encontrar, vez por outra, uma fala meio oblíqua, noticiando uma greve ou a formação de um sindicato. Colheram-se dos jornais, durante o período estudado, mais as questões da conjuntura econômica e política do que informações sobre o sindicato. Este é praticamente ausente; mas isso não nos trouxe maiores complicações, pois queríamos ouvir a fala do sujeito sindicalizado e suas experiências contadas por ele mesmo, e não ouvi-lo através das vozes dos outros.

5) e, finalmente, passamos à fase da redação, sempre num trabalho coletivo; alunos e professores, num aprendizado e envolvimento constante, manipularam os dados, classificaram as informações e deram a ordem da escritura. Formaram-se equipes, e cada qual elaborou uma versão preliminar de um dos capítulos. Por último, as coordenadoras do projeto reorganizaram a redação, a ordem da argumentação, deram as nuances e os acabamentos finais.



Esta trajetória de pesquisa, se por um lado é mais demorada por

adotar um processo onde tudo é discutido com todos, por outro, é bastante compensadora. Houve um crescimento intelectual, tanto individual como do grupo; a pesquisa propiciou o estreitamento de laços afetivos e fortaleceu a equipe.

No contato com as pessoas ligadas ao Sinergia, alunas e alunos, professoras e professores, envolvidos na pesquisa, puderam participar, em muitas ocasiões, da vida do sindicato. Desta forma, experimentaram o seu dia-a-dia: as reuniões, o entra-e-sai de gente, as discussões, a organização dos eventos, a preparação do jornal *Linha Viva*, periódico do Sinergia, enfim, as batalhas do cotidiano de um sindicato.

Por seu lado, também os membros do Sinergia freqüentaram a sala onde as pesquisadoras e os pesquisadores remexiam papéis, catalogavam assuntos, copiavam trechos de correspondências, atas, jornais, etc. Às vezes, até participavam do *lanchinho* que alguém trazia, e que dava mais *sabor* ao trabalho de fazer falar os documentos. Em outras ocasiões, foram as próprias pessoas do sindicato que vinham oferecer o *lanchinho*: De vez em quando alguém fazia aniversário...

Um outro momento importante foi o das entrevistas. O envolvimento estendeu-se para além do diálogo entre entrevistado e entrevistador, pois dele participaram as pessoas que transcreveram, as que corrigiram a transcrição, as que digitaram e as que fizeram essa correção. Todos acabaram se envolvendo com o relato de vida que estava sendo contado, sua voz e suas palavras permearam o cotidiano de várias pesquisadoras e pesquisadores.

Enfim, nesta pesquisa, além da construção da história do sindicato Sinergia, acreditamos que outras construções foram feitas: cada uma das pessoas envolvidas construiu-se em contato com as outras, estreitando a amizade, conhecendo-as melhor ao participar, por 16 meses, de alguns momentos de suas vidas.

Assim, este trabalho, além das finalidades didáticas na formação de historiadores, contribuiu para a história dos movimentos sociais — incluídos neles os sindicatos —, como os novos personagens que se propõem a construir uma nova sociedade: menos hierárquica e mais igualitária. Dimensão que se deve pensar também para a sala de aula. A experiência do mestre entrelaçada na experiência do aprendiz, torna o aprendizado mais efetivo e mais democrático; ganha a beleza da narrativa do artífice, que narra a sua técnica fundindo os gestos das suas mãos com a voz aconselhadora, cautelosa ao transmitir uma experiência que tem o sabor da prática refletida.

O tratamento a um doente chamado Brasil: a visão católica sobre a sociedade brasileira

Artur Cesar Isaia

Resumo: O artigo enfoca a percepção da Arquidiocese de Porto Alegre sobre a sociedade brasileira dos anos 30 e 40, voltando-se para a sua solução *profilática e harmonizadora*, fiel à tradição tomista e à matriz autoritária brasileira triunfante nos anos 30.

Palavras-chave: Igreja — Catholicismo — Eugenia — Rio Grande do Sul.

Abstract. The article approaches the perception of the Archdiocese of Porto Alegre regarding the Brazilian society in the 1930's and 1940's. A prophylactic and harmonious solution was found, true to a Thomistic tradition and to the triumphant and authoritarian Brazilian regime of the 1930's.

Key-words: Church — Catholicism — Eugenics — Rio Grande do Sul.

Para o estudo das representações do catolicismo rio-grandense sobre a realidade social brasileira é mister que nos detenhamos no referencial intelectual que matricia essas representações. O tomismo servia de ponto de referência, reafirmado como sistema de idéias capaz de emprestar identidade ao pensamento católico, por Leão XIII na encíclica *Aeterni Patris*.

De acordo com esta visão a sociedade terrena deveria estar em harmonia com o plano da criação divina. Em Deus, o mundo e a sociedade existem *sub specie aeternitatis*, de forma perfeita. A sociedade humana, vista como correspondente imperfeita ao arquétipo divino, manifestava a inadequação à vontade de Deus, fruto do pecado dos homens. Portanto, era justamente o banimento do pecado no mundo que a Igreja perseguia nessa época, como meio de adequar o mais possível a sociedade humana ao plano de Deus.

As medidas perseguidas pelos governos deveriam possibilitar essa adequação ao arquétipo divino, através de uma cruzada contra o pecado, obviamente sob inspiração da Igreja Católica, já que se reafirmava o princípio de que fora da igreja não havia salvação.

Portanto, não se partia para nenhuma reforma nas estruturas da sociedade. A sociedade, por si só, não era má. A injustiça social existia por causa do pecado humano. Portanto, é à alma do homem, à sua salvação, que se volta o trabalho pastoral da Igreja.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

Através da recristianização das consciências é que se chegaria a uma sociedade ajustada ao plano criador e perfeito de Deus.

Nesse plano criador e perfeito existente em Deus, a sociedade participa da organização perfeita do cosmos, onde *ordem, harmonia e hierarquia* convergem para Deus, princípio unificador da ordem imutável das essências. Dentro dessa visão, recorre-se à explicação orgânica da sociedade, como esquema explicativo capaz de trazer para o domínio do social a hierarquia imutável das essências, organizadas segundo o princípio da participação e da analogia.

A experiência histórica mais próxima desse ideal, onde a desigualdade natural entre os homens era vista como participante da interdependência hierárquica do cosmos, foi a Idade Média. A modernidade, introduzindo uma concepção imanentista do social retirou, pouco a pouco, os alicerces intelectuais nos quais repousava essa visão tranquila, harmônica e transcendente do homem, da sociedade e do seu destino.

Daí a recorrência ao modelo corporativo e ao ideal *cristianizador*, que irá caracterizar os pontificados dos papas, de Gregório XVI a Pio XII, guardadas as peculiaridades que matizaram seus discursos.

É dentro dessa visão que a Arquidiocese de Porto Alegre vai debruçar-se sobre a sociedade brasileira da primeira metade do nosso século. O equacionamento da questão social passaria, nesse olhar, pela necessária profilaxia do corpo social enfermo. A desarmonia social, como sintoma da anormalidade, deveria ser combatida, através da guerra ao seu fundamento — o pecado. A guerra ao pecado imporia medidas que iriam do esforço missionário pela conversão à extirpação pura e simples dos membros sociais capazes de comprometer a saúde do organismo social.

Assim, a questão prioritária de qualquer política social radicaria, para a Arquidiocese, no conteúdo que lhe emprestaria a observância do magistério católico. A política social não poderia existir desvinculada de um referencial mais amplo, representado pela doutrina católica. Voltava-se sempre, na argumentação da Arquidiocese, à problemática da procura de uma almejada unidade moral, capaz de articular os atos governativos ao ideal de salvação e conversão da Igreja.

Essa unidade moral mostrava-se em perfeita sintonia com o ideal corporativo. A utilização da metáfora do corpo como esquema explicativo da sociedade acenava para a existência de uma causa primeira que lhe dera vida. Essa vida, obviamente que não se restringia aos aspectos físicos e visíveis, mas apontava para uma realidade escatológica. Sendo assim, o ideal a ser buscado seria a simetria entre o corpo físico e a realidade espiritual, dimensionando “um conjunto social equilibrado, no qual as tensões e conflitos ficam fora de lugar pela natureza singular de sua constituição”.¹



¹ LENHARO, Alcir. *Serualização da política*. Campinas: Papyrus, 1986. p. 79.

Essa busca por tratar adequadamente o *corpo social* trazia para a discussão, a questão da eugenia. Isso era a consequência da autovisão somatizada da sociedade brasileira, capaz de requerer a fortificação do *corpo social* através de medidas profiláticas². A frequência com que a preocupação sobre medidas eugênicas aparecem nos textos oficiais ou de autoridades médicas e sanitaristas, inscrevendo-se até mesmo no texto constitucional de 1934, revela esta busca de equilíbrio, visto como sintoma do bom funcionamento do organismo. Dessa forma, a harmonia entre as partes do corpo social colocava-se como prioritária, da mesma forma que se buscava um corpo são, e apto para o trabalho, para o brasileiro. Assim, não é mera coincidência a utilização da metáfora do corpo como referencial explicativo para a sociedade e a disseminação oficial ou não dos argumentos eugênicos nas décadas de 30 e 40.

O Estado, visto como o cérebro de todo o organismo social, deveria coordenar as políticas sociais, visando estabelecer um verdadeiro equilíbrio entre ele e os movimentos parciais da vida social. Uma tal harmonia entre as partes hierarquicamente funcionando no corpo seria um sintoma da normalidade social. Por outro lado, qualquer espécie de conflito envolvendo as partes constituintes do corpo social, tais como classes, grupos, indivíduos e sindicatos em seu relacionamento com o Estado, seria considerado sintoma de anormalidade, de doença social³.

Alcir Lenharo, ao estudar a utilização das imagens como recursos discursivos, nota a organicidade buscada entre corpo social e individual, tendo em vista a concretização das metas do Estado. Atingia o chamamento entre o corpo individual e social uma clara conotação religiosa:

“O objetivo do projeto, portanto, visava neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras. Ao lado dessa referência, uma outra também ganha ressonância: toda uma pedagogia do corpo foi sendo detalhada, de modo a colonizá-la para a produtividade do trabalho. De uma aproximação estetizante generalizada, não será difícil acompanhar as passagens que levam à instrumentalização do corpo, também militarizado e cada vez mais apto para o trabalho. O que mais choca é o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica: cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário.”³

A preocupação com uma política de saúde que elevasse o nível do brasileiro, melhorando seus aspectos físicos, busca de uma população apta a cumprir os desígnios governamentais, remeteu diretamente a intelectualidade e os círculos oficiais à valorização dos estudos sobre eugenia. Esses estudos ganharam impulso no Brasil, particularmente a partir da segunda década do século XX. É a partir daí que os estudos de Galton (falecido em 1911) começam a disseminar-se no Brasil, com as obras pioneiras de Renato Kehl e Alexandre Tepedino⁴.

O interesse pela medicina social no Brasil acompanha as transformações sócio-econômicas advindas com o inchaço dos grandes centros urbanos, com o crescimento industrial e com o somatório de problemas trazidos com as migrações

² VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado), p. 119.

³ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 18.

⁴ VILHENA, Cynthia Pereira de Souza. op. cit., p. 110-111.

internas e como êxodo rural. A multiplicação dos cortiços, a proliferação de uma população colocada à margem da vida das *famílias honestas*, compostas por desocupados, crianças abandonadas, prostitutas, etc, tudo isso desorganiza o espaço urbano outrora ocupado de maneira bem mais tranqüila pelos pacatos cidadãos⁵.

Se nas décadas anteriores a 1930 a preocupação com a medicina social levou à proliferação de entidades civis, onde as propostas relacionadas com a eugenia tinham lugar, será com a institucionalização do modelo corporativo que as mesmas ganhariam maior impulso, chegando-se à aproximação entre discurso médico e conjuntura política⁶.

Em relação aos processos eugênicos, havia um posicionamento firmado no magistério católico, que impossibilitava a concordância da Igreja com a aplicação pura e simples dos ensinamentos galtonianos. A definição católica mais clara de uma posição frente à questão da moral familiar veio com a encíclica *Casti Connubii*, do Papa Pio XI. Neste documento há, entre outros pronunciamentos, a condenação dos métodos de interrupção da gravidez propostos pela eugenia ao advogar o aprimoramento da espécie⁷.

Na Arquidiocese de Porto Alegre, a eugenia merecia uma atenção especial, aparecendo muitas referências a ela nos pronunciamentos de D. João Becker. Admitindo a origem moral da crise social aprofundada durante os últimos anos do seu governo episcopal, D. João Becker propunha a adoção de medidas capazes de levar o homem brasileiro a uma conversão total aos princípios cristãos, como único caminho para o estabelecimento de uma sociedade justa e isenta de conflitos. Na profilaxia do organismo social, vítima do pecado e da disseminação das seduções modernistas, o plano do arcebispo ressaltava o trabalho de conversão individual, como princípio de regeneração coletiva:

“O desenvolvimento civil não é senão a perfeição da sociedade. Esta deve reformar-se pela perfeição dos sócios. Certamente, à medida que a sociedade se forma e progride, exerce sua influência sobre os próprios indivíduos: mas estas influências não aprovam, de fato, o sociologismo que faz do indivíduo o produto exclusivo da sociedade. Um simples pensamento não compreenderá jamais a civilização, como não se compreenderá o organismo sem recurso das células. A célula do organismo social é o indivíduo. Sem regeneração do indivíduo, qualquer pretendida renegeração da sociedade é fundada sobre nuvens”⁸.

Vê-se claramente a organicidade proposta entre a profilaxia do todo e de suas partes. Se o homem sofria a ação do meio, mesmo aquele sendo visto como a parte menor e decisiva do macroorganismo, para operar-se a reforma celular, necessário era sincronizá-la com a *regeneração social*. Isto acontecia porque, conforme o ensinamento de São Tomás, retomado por teólogos caros a D. João Becker como Suarez e Belarmino, uma vida digna, impunha-se como condição instrumental para a prática da virtude⁹. É inserida nessa linha de raciocínio que aparecia no posicionamento oficial da Arquidiocese de Porto Alegre a sua concepção de eugenia. Obviamente que não se tratava de transposição literal dos ensinamentos galtonianos, em oposição frontal ao magistério católico. Contudo, o substantivo eugenia aparecia decantado de suas proposições de seleção compulsória da espécie,

⁵VILHENA, Cynthia Pereira de Souza. op. cit., p. 110-111.

⁶Id., ibid., p. 119

⁷PIO XI. *Casti Connubi*. Colección Completa de Encíclicas Pontificias (1832-1965). Buenos Aires: Guadalupe, 1952, p. 12459.

⁸BECKER, D. João. *A decadência da civilização*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1940, p.110.

⁹BECKER, D. João. *A Igreja Católica e a pacificação mundial*. op. cit., p. 60-61.

aproximando-se mais de um ideal de remodelação mesológica, capaz de elevar a vida do homem a condições mais compatíveis à aceitação e preservação dos ensinamentos da Igreja. Era bem clara a posição do arcebispo sobre o problema.



“A Igreja, condenando a eugenia como é hoje praticada em alguns países, não condena o fim que ela visa: o melhoramento da estirpe humana. De fato, são poucas disposições canônicas referentes ao matrimônio, e mais ainda às virtudes ensinadas pela religião católica, têm, além do valor intrínseco moral, uma grande importância eugênica. Tais são os limites da idade dos nubentes, o consentimento dos progenitores, os impedimentos de consanguinidade, e, sobretudo, as virtudes da continência e da temperança.

A Igreja, pois, não proíbe que se prossiga o fim eugênico, mas quer que este, como qualquer particular, seja subordinado à finalidade suprema do homem, e que se estenda a ele, somente, por meios lícitos em si mesmos e consentâneos com a dignidade humana”¹⁰.

O aprimoramento da espécie humana não poderia ser realizado apelando-se para meios como a esterilização e o aborto. Os *fins eugênicos*, dizendo respeito ao homem, deviam subordinar-se ao seu destino sobrenatural. Por isso não poderiam fixar-se apenas em critérios físicos como indício de *melhoramento da estirpe humana*. Recomendava o arcebispo que um trabalho de esclarecimento conjunto entre médicos, sanitaristas e representantes da Igreja alertassem os indivíduos propensos a gerarem prole *degenerada* para que, através da abstinência sexual, santificassem suas vidas, não proliferando seus males. Ao Estado, recomendava D. João Becker uma atitude de vigilância contra os homens potencialmente propensos a gerarem filhos disfuncionais aos objetivos eugênicos:

“Como o Estado dispõe de muitíssimos meios razoáveis para impedir que os cidadãos defeituosos, alcoólicos, anormais e loucos venham a gerar filhos viciados, é evidente que não lhe assiste nenhum direito para submeter, por meio duma lei, todos estes homens à esterilização. Com efeito, o Estado pode vigiar esses homens, privá-los da liberdade, encerrá-los em lugar conveniente, para que não contraíam matrimônio. Assiste-lhe o direito de corrigir os maus hábitos, por leis oportunas, proibindo-lhes as bebidas alcólicas e a frequência aos prostíbulos. Em suma, o Estado pode reprimir todas as causas que alteram, profundamente, as condições físicas dos anormais, por meio de leis idôneas, em ordem aos reclamos da eugenia”¹¹.

A eugenia defendida pela Arquidiocese deveria levar em consideração, antes de tudo, o fato de estar frente a seres humanos, dotados por Deus de alma imortal e criados à Sua

¹⁰ BECKER, D. João. O futuro da nação brasileira. In: Unitas, Porto Alegre, 21 (8-9), p. 264.

¹¹ *Idem*, p. 256.

imagem e semelhança. Sendo assim deveria incentivar todas as formas de levá-los a condições superiores de vida, capazes de revelar um homem melhor. Eugenia teria, obviamente, que englobar todas as ações capazes de melhorar a estirpe humana, não prescindindo da idéia de reforma moral, sem a qual tudo seria incompleto. Contrária a uma *indébita limitação* pelo Estado do direito matrimonial, D. João Becker propunha uma eugenia baseada nos princípios educativos e preventivos, como o exame pré-nupcial (apenas como certificado médico informativo)¹², os programas de maternidade e paternidade responsáveis, a dissiminação da puericultura, a higienização das condições de vida do povo, pois o homem “não somente degenera em consequência de taras hereditárias, mas também, em virtude de moléstias e imperfeições adquiridas”¹³.

Em 1936, na Semana de Cultura realizada pela Associação dos Professores Católicos de Porto Alegre, D. João Becker encarregou o Dr. Raul Moreira de proferir palestra sobre *Condicionamento da Eugenia na espécie humana*. O conteúdo da palestra reitera o posicionamento oficial da Arquidiocese, que salientava, acorde com a orientação da Igreja, o papel do meio ambiente na índole dos indivíduos e na definição de suas características¹⁴. Seguindo a mesma diretriz, já na década anterior, em 1924, surgia um livro de puericultura, que conheceria sucessivas reedições, de autoria de um leigo bastante proeminente na Arquidiocese: Mansuetto Bernardi¹⁵.

A preocupação com o *aprimoramento da estirpe* por D. João Becker¹⁶ retoma mais uma vez o ponto central da argumentação sobre o homem e a sociedade: o da prioridade da idéia de perseguir-se uma unidade moral. Célula e organismo, homem e sociedade não poderiam realizar-se efetivamente fora de princípios, que perpassando todos os níveis de sua existência, apontassem para o plano do Criador e para a sua criação.

Essas representações do social apareceriam, igualmente, nas propostas arquidiocesanas de extirpação do convívio político de todos os que se colocavam em oposição ao ideal corporativo defendido pela Igreja, numa explícita filiação à matriz autoritária triunfante nos anos 30.

¹² Id., *ibid.*, p. 257.

¹³ *Idem*

¹⁴ VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 133.

MOREIRA, Raul. *Condicionamento da eugenia na espécie humana*. In: *Primeira Semana de cultura*. Porto Alegre: Selbach, s.d., p. 51-75.

¹⁵ BERNARDI, Mansuetto. *livro do bebê*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brinde/Sulina, 1981.

¹⁶ O posicionamento da Arquidiocese estava acorde com a opinião do governo estadual. O órgão oficial do partido no poder no estado era favorável aos processos eugênicos, colocando-os dentro das tradições e realidade histórica brasileiras. Assim, posicionando-se pela inexistência de uma raça brasileira e propondo as diretrizes da política eugênica a ser seguida, escreve: “Devemos dizer, antes de mais nada, que não temos uma raça a defender, sob o ponto de vista da estrutura orgânica — mas uma raça a constituir”.

Estas dificuldades, entretanto, não podem significar que o Brasil não chegará a ter jamais a sua raça — não como pureza étnica, mas como unidade nacional, suficientemente coesa e forte para arrancar da terra todas as suas possibilidades e para possuir uma identidade de tendências ou semelhança de tendências, capaz de criar novas normas, novos anelos e novos meios de civilização (...). Sob este ponto de vista, a eugenia brasileira pode ser resumida em cinco itens: a) seleção do imigrante, de modo que possamos atrair os melhores elementos, de moral e de corpo; b) impossibilidade de reprodução dos indivíduos degenerados ou portadores de moléstias transmissíveis; c) desenvolvimento e preparação dos bons espécimes, quer pela maior natalidade, quer pelos exercícios físicos; d) difusão de uma moral religiosa que se converta em moral social; e) difusão de uma consciência nacional”.

(Eugenismo Brasileiro, *A Federação*, Porto Alegre, 14 out. 1933, p. 1).

DESCAMINHOS DA MODERNIDADE: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil

Zilda Márcia Gricoli Iokoi*

Resumo: Aborda os descaminhos da modernidade no Brasil, os impasses provocados sobre os movimentos sociais no campo e as identidades que se produzem em distintos níveis.

Palavras-chave: Movimentos sociais - Modernidade - Campo - Identidades

Abstract: This article approaches the detours of modernity in Brazil, the restraints generated around the social movements of the countryside and the identities produced at different levels.

Key-words: Social movements - Modernity - Countryside - Identities

O sentido dos conceitos tem dupla determinação: ele se revela durante uma investigação e se relaciona com os sujeitos do conhecimento, uma vez que o investigador o apreende por um pressentimento positivo, assim como por uma crítica negativa dos elementos que anteriormente tomavam o lugar do conceito.

Os conceitos envolvem representações que, por sua vez, têm uma história filosófica complexa, que se inicia com Kant e que se desorganiza com o conceito de Ideologia formulado por Marx. No nível teórico, não basta a simples retomada da Teoria do Conhecimento, é preciso acrescentar a ela uma teoria do desconhecimento, que está presente na filosofia, mas que o filósofo no sentido tradicional não pode realizar por falta de experiências políticas, práticas e ideológicas. É preciso, entretanto, verificar como as representações escondem e revelam o sentido das experiências históricas e como elas próprias estão carregadas de historicidades. Deste modo, a crítica aos procedimentos e representações passam a ser parte significativa dos processos de trabalho e dão ao historiador responsabilidades nos desvendamentos das aporias e axiomas com os quais a produção do conhecimento tem se defrontado. É deste modo que na recuperação dos movimentos sociais torna-se condição estrutural a crítica do conhecimento já estabelecido e a do desconhecimento sobre esses mesmos processos, uma vez que a *ausência e o silêncio são carregados de presença e de significados históricos*.¹

Assim, por exemplo, na recuperação da problemática da terra e dos movimentos sociais no campo, que se constituem como um dos elementos centrais da longa duração no sentido

* Professora do Departamento de História da USP.

¹ LEFEBVRE, Henri. *La présence et l'absence*: Contribution a la théorie des représentations. Paris: Carterman, 1980.

braudeliano, têm escondido as distintas temporalidades que constituem essas relações nos remetendo à recuperação do sentido primeiro e original do seu uso. Milhares de famílias ocupam áreas rurais no Brasil desde os tempos remotos da colonização sem se preocupar com o valor, tanto da área em que vivem, como dos frutos que colhem, seja pelo trabalho ou pela dádiva da natureza, que permitem o sustento de suas famílias. Parte desses grupos são remanescente de ocupações de quilombos ou terras de santos e ainda vivem da mesma forma que seus antepassados longínquos. Outros, apesar de viverem de práticas produtivas não capitalistas, integram-se nessa estrutura devido ao processo de exploração que se realiza através da apropriação do excedente produzido, incorporado à dinâmica do mercado, ou por serem parte do tempo compungidos à categoria de trabalhadores² volantes da agricultura, os autodenominados bóias-frias. Percorridos os trabalhos historiográficos sobre os movimentos sociais ao longo do século, percebemos a ausência tanto do conceito de campesinato, quanto a própria existência desses grupos sociais. Uma questão se coloca imediatamente: existiriam produtores rurais no Brasil fora dos limites da compulsão ao escravo? Estariam esses grupos sociais articulados e integrados na economia colonial de tal modo que o silêncio revelaria a ausência dos problemas e dos conflitos? Entretanto, a literatura nos revela, desde os relatos dos viajantes, as obras dos memorialistas e os vários acervos documentais, a existência de inúmeros grupos que viviam fora dos parâmetros da lógica da acumulação e do mercado. Tratados por adjetivações às vezes desqualificadoras, os caboclos, caipiras, capangas, agregados, camaradas, caiçaras, etc, aparecem fora das relações da terra e do trabalho, mas em alguns casos como reações ao poder de mando ou resistências aos processos de homogeneização. Esses agentes de conhecimento, ficaram ausentes de representações políticas, ideológicas e práticas, exatamente porque o interesse dos contemporâneos e dos intelectuais detiveram-se apenas no campo da lógica da modernidade, ideologizando-a como fruto das relações contratuais. A ausência da recuperação do arcaico como constitutivo do moderno escondeu a sua negação e eliminou a crítica, tornando o moderno ideologia do controle social exercido pelo Estado e apologizado



² Sobre os bóias-frias ler: IANNI, O. Luta pela terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; MARTINS, J. de Souza. Expropriação e violência. Petrópolis: Vozes, 1985.

no papel do político. Detectava-se, contraditoriamente, a necessidade de incorporação dos grandes contingentes populacionais não-urbanos à modernidade, promovendo um amplo processo *civilizatório* na recuperação do atraso histórico da sociedade, tarefa a ser desempenhada nesta distorcida visão pela *intelligentsia*.

Deste modo, os projetos das elites políticas e intelectuais foram comuns no sentido de ignorar e desqualificar as relações sociais no campo, entendidas como fruto do arcaico que precisaria ser domesticado, controlado, uniformizado e dirigido por projetos articuladores que evitassem as diferenças gritantes, *razão de nossa vergonha frente aos países civilizados*. Essa dimensão está presente em Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Roberto Simonsen, mas também, nos vários textos de intelectuais como Otávio Guilherme Velho, Anibal Pinto, Nelson Werneck Sodré, além dos políticos, tanto os que ocuparam como os que questionaram o poder, desde a formação do Estado Nacional. As vozes dissonantes foram poucas e podem ser arroladas em pensadores como Manuel Bomfim, Mário de Andrade, que com *Macunaima* escancara a multiplicidade de tempos e valores de nossa identidade, mas também em Sérgio Buarque de Holanda, que na década de 1930, expõe com clareza os dilemas das nossas contradições em *Raízes do Brasil*, e depois em Caio Prado, que rearticula as várias dimensões de sua aguçada crítica histórica no texto *A Revolução Brasileira*.

Parece-nos, entretanto, que mesmo encontrando presença e ausência na produção do conhecimento histórico, o problema do desconhecimento no tema aqui destacado, esteve até meados da década de 1980 dominando a cena nacional. Alguns elementos devem ser ressaltados para que possamos retomar o tema da identidade nos movimentos sociais que estamos estudando. Em termos teóricos, as contribuições das várias críticas ao marxismo, a retomada do pensamento marxiano, com o retorno às fontes originais, um certo descrédito frente às análises estruturalistas e um olhar que deveria voltar-se para a parte e não para o todo. A globalização temida e homogeneizadora permitiu uma reação positiva, um retorno ao miúdo, ao próximo e ao cotidiano. Este movimento criou um certo otimismo da possibilidade de reencontro do elo perdido e o poema revela bem a ideologia autopreservativa dos intelectuais: *eu quero uma casa no campo, onde possa levar meus amigos, meus discos e livros e nada mais*. Um forte descaso ao mundo da mídia, da cultura de massa, da cibernética e da robótica, ao mesmo tempo em que os projetos e os programas procuravam levar esses valores a todos os recantos do país, rompendo assim com o arcaico, fruto do nosso passado, que deveria nesta perspectiva ser superado. Esse movimento de revisão do quadro histórico, entretanto, continuou a olhar o campo com os olhos do urbano, tendo dificuldade no entendimento das permanências e das mudanças dos valores culturais, opondo cultura popular à cultura erudita e desconsiderando as formas atuais da comunicação no estabelecimento de uma inter-relação nova e da necessidade de decodificação das representações dado o papel da mídia. Não se trata de trabalhar uma polaridade como se fossem lados opostos de uma mesma moeda, uma vez que falta nesta polaridade o terceiro termo, ou seja, a superação. O inimigo numa batalha não é apenas um pólo do conflito, ele permite a recuperação dos lados e também os possíveis naquele embate. O amor pode ser explicado pela ausência e pela presença do amado e em cada um dos pares é possível encontrar os possíveis da relação. A perspectiva do outro — as alteridades — só pode ser encontrada dentro da relação e o movimento do conhecimento tem procurado a crítica radical fora. Este movimento de negação da desconstrução leva, via de regra, ao encontro da sombra, do simulacro. Os descaminhos da modernidade estão relacionados à ausência do conhecimento crítico sobre a modernidade e não ao tema do pós-moderno que abandonou a reflexão do e sobre o conceito. Um dos

desafios colocados para o reencontro da superação está em reordenar de forma ativa os níveis do *vivido*, do *refletido* e do *concebido* procurando decodificar os diferentes e simultâneos tempos históricos que movem os movimentos sociais no campo.



As lutas rurais contra a lógica valor de uso e valor de troca

No campo da lógica — valor de uso/valor de troca — encontra-se uma série de grupos sociais, que vão do posseiro, parceiro, meeiro, ao pequeno, médio e grande proprietário, e finalmente, ao latifundiário. Este último pode ser simples remanescente das estruturas coloniais ou mesmo empresário moderno que ocupa grandes extensões de terras para entesouramento ou para se beneficiar dos incentivos fiscais que a esse segmento os vários governos republicanos têm destinado. Nesta categoria — latifundiários — estão também os grileiros, vinculados ou não às estruturas de poder governamentais, policiais e judiciárias, muitas delas envolvidas com o co-

mércio ilegal de armas e com o narcotráfico.

A agudização dessas diferentes temporalidades, em situações que supõem condições sub-humanas para a maioria da população rural do país, deu-se ao longo dos últimos 30 anos e como resultado do golpe militar de 1964, não apenas por ser essa a meta fundamental dos artífices daquele processo, como pelos estímulos aos abusos de poder e aos incentivos fiscais que vários grupos receberam para apoiar a geopolítica defendida pelos técnicos da Escola Superior de Guerra e pelos planejadores do Pentágono.

Este período pode ser estudado através do resgate de inúmeros relatos que colhemos em várias pesquisas realizadas, pelas notícias da violência, da repressão, da política do favor e pela recuperação dos documentos censurados que mostram como se impôs ao país o silêncio por mais de vinte anos.³ Procuraremos destacar três exemplos, com os quais empreenderemos a análise da problemática das representações sociais dos vários grupos

³ Os relatos aqui apresentados são parte do trabalho de campo realizado no período de 1984/89 por ocasião da pesquisa de doutorado e após 1990 para novos dados sobre a situação atual do campesinato obtidas pelas investigações do grupo de pós-graduandos sob minha orientação e constantes de seus relatórios de pesquisa. São eles os trabalhos de Maria Cecília Martinez, Lourdes de Fátima

que atuaram de forma ativa frente ao populismo e autoritarismo das classes dominantes nas relações sociais existentes no Brasil agrário. Não se tratam de problemas decorrentes das relações de conflitos em regiões de ocupação recente, como procuram explicar os defensores do plano militar, mas de situações que se dão em áreas de ocupações antigas, assim como nas áreas recém-abertas pela geopolítica de integração do território brasileiro. Procuraremos demonstrar, pelo relato dos participantes e pela análise dos resultados, a situação dos camponeses em algumas regiões do país, exatamente para que se possa perceber a problemática das identidades que foram sendo desenvolvidas em função das experiências históricas vividas pelos sujeitos da ação, assim como pelo entendimento produzido a partir das múltiplas mediações criadas nesses embates entre o novo e o velho, entre a presença e a ausência, entre o estranho e o conhecido. Em São Paulo, no Tocantins, no Paraná ou no Rio Grande do Sul, os vários casos aqui analisados permitirão a reflexão sobre os descaminhos da modernidade no país e os impasses dos movimentos sociais no campo.

1. As lutas dos canavieiros e dos trabalhadores dos cítricos em São Paulo

As lutas que mais acirraram os militares às vésperas de 1964 foram aquelas realizadas pelas Ligas Camponesas do Nordeste. Em Pernambuco, o grupo reunido em torno do Engenho Galiléia, responsável por uma ampla articulação na defesa da Reforma Agrária tinha como aliado nacional o Master no Rio Grande do Sul, os vários Grupos dos Onze articulados por Leonel Brizola, a ação parlamentar empreendida pelo deputado Francisco Julião e por Miguel Arraes, que movimentavam grandes contingentes populacionais, causando a ira dos coronéis acostumados ao mando pessoal, à super exploração do trabalho e ao exercício direto e sem mediadores da tirania.⁴

As ocupações de terras empreendidas pelos trabalhadores da cana-de-açúcar provocavam um temor generalizado nos oligarcas regionais, que estimulavam os militares a fazer cumprir os ditames do imperialismo norte-americano de não permitir a organização de uma nova Cuba. O discurso do desenvolvimento regional, da modernização do país, do processo de aperfeiçoamento técnico-científico freavam, ao lado de um poderoso aparato militar, os ânimos exacerbados dos trabalhadores rurais, que abandonaram a luta pela terra e passaram a reivindicar a regulamentação do trabalho e a extensão dos direitos sociais conseguidos pelos trabalhadores urbanos, e definidos em lei, para os camponeses. A alteração dos procedimentos centrais da luta desses camponeses foi articulada especialmente pelos mediadores, assessores intelectuais e parlamentares comprometidos com o processo de transformação social, mas cuja ótica urbana e moderna fizeram com que a quebra da alteridade derrotasse os sujeitos envolvidos naquelas experiências históricas. Momento em que o conhecimento e as referências de análise transplantavam-se através dos grupos políticos partidários e não por um debate teórico-filosófico radical; em que o encantamento com a possibilidade de desenvolvimento acelerado que se impunha, dado o forte aparato difusor da ideologia desenvolvimentista articulado inclusive à Presidência

Carril, e da pesquisa para Iniciação Científica de Paula Cristina Bernardo, Benialdo Donizetti Moreira e do Projeto de Aperfeiçoamento de Cláudia Araújo e Marcos Cesar Araújo. *A CAPES e ao CNPq nosso agradecimento pelo apoio financeiro ao Projeto Integrado Estado e Movimentos Sociais: Descaminhos da Modernidade.*

⁴ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e camponeses: a teologia da libertação e os movimentos sociais no campo, Brasil/Peru, 1964/86.* FFLCH-USP, mimeo, 1990.

da República, criava uma euforia geral e os valores da indústria, do urbano, da cidadania e do contrato apareciam nos discursos e nas práticas como lado oposto de uma moeda que permitiria a troca do atrasado pelo progresso; enfim, momento da idéia que os movimentos sociais rurais deveriam buscar alternativas de entrada no mundo do contrato por ser esta a porta dos direitos e da justiça social. As lutas pela terra foram canalizadas para lutas por salários, registro de trabalho, aposentadorias e demais concessões existentes para o trabalho urbano, fabril e consolidado na CLT, com todos os impedimentos existentes nesse conjunto de normas disciplinadoras do trabalho.

Parte significativa dos organizadores das ligas viviam condições híbridas de trabalho, sendo ao mesmo tempo posseiro e arrendatário ou trabalhador contratado e posseiro. A terra não era entendida como valor, uma vez que a posse não permitia ao camponês entrar no circuito das equivalências e das trocas. Terra de trabalho, de moradia, das festas dos vários santos, terra para dela tirar o prazer de viver, o sonho da fartura e não o salário. Julião pensava nesta problemática como algo que representava a cultura sertaneja, cabocla, e que seria substituída por novos valores com a possibilidade do recebimento das vantagens oriundas da luta contra os coronéis na Justiça do Trabalho, através dos sindicatos e do apoio jurídico dos advogados que passariam a ser intermediários entre esses trabalhadores e o Estado. A lógica positiva da modernidade permeava o pensamento de vários mediadores, imbuídos da ideologia do moderno como um tempo novo, de relações sociais coletivas e de possibilidades de derrotar os velhos coronéis exploradores dos sertanejos, considerando pobres no sentido amplo. Econômica, cultural e politicamente incapazes de compreender o mundo urbano, de participar dele e, deste modo, dependentes dos apoios e reorientações para traçar seus rumos, objetivos, estratégias e táticas. A desqualificação do vivido camponês, promovia uma ruptura no processo de conhecimento mútuo, autoconhecimento do urbano pela existência do rural e crítica do rural pela existência do urbano. O novo, que poderia se desenvolver dessa relação, dependia do reconhecimento da alteridade camponesa, cujo sentido demonstraria os limites e insuficiências da vida na cidade. A apologia do urbano como o espaço do novo tempo, impedia o conhecimento crítico do urbano e do mesmo modo o desconhecimento do rural. Presença e ausência se digladiando contra o novo modo de olhar que teria permitido um outro desfecho para aquele processo histórico. O deslocamento das lideranças camponesas para o sindicato desritualizou a luta, criou novos discursos, afastou os camponeses do lugar do encontro de seus valores, ancestralidades e problemas, de tal modo que a estrutura sindical burocratizada e afastada das bases sociais se fortalecia e não aparecia como ineficaz e incoerente para o trabalho desejado e a ser desenvolvido pelos vários camponeses ali existentes. As lideranças perdiam a dimensão dos problemas e a repressão chegou de forma efetiva sem que resistências e solidariedades pudessem ter sido realizadas no nível das necessidades criadas no encontro entre os níveis rural e urbano.

Vinte anos depois, os canavieiros de São Paulo fizeram em Guariba uma greve que envolveu cento e vinte mil trabalhadores bóias-frias, cujos objetivos principais foram a obtenção do contrato coletivo de trabalho e demais direitos sociais reconhecidos e ampliados.⁵

A organização dos trabalhadores se iniciou em Bebedouro e Guariba na disputa do controle sindical da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo,

⁵ Os militares procuraram aplicar o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1962, entretanto, esse instrumento servia mais para a obtenção de benefícios fiscais do que para a defesa do trabalhador. Uma das perdas imediatas provocada pelo novo código foi a perda da condição de morador, uma vez que o proprietário deveria pagar os encargos sociais pelos seus empregados e ao invés de fazê-lo demitia os "camaradas" e os contratava apenas sazonalmente. O fenômeno do bóia-fria intensifica a partir dessa época.

uma vez que os dirigentes sindicais desta organização sequer apresentavam aos proprietários as pautas de reivindicações dos plantadores de cana e de laranja da região. Os proprietários organizaram listas negras contra mais de duzentos trabalhadores que recorreram à justiça para receber salários atrasados. Um dos listados denunciou à Fetag-SP a existência do índice, afirmando que, depois de procurar inúmeras vezes o proprietário, Pedro Carmona Garcia, para receber seu salário, foi impedido de entrar na propriedade e teve seu nome incluído numa lista, antes mesmo de reclamar judicialmente seu direito.

Os proprietários, articulados e controlando os sindicatos e federações de trabalhadores agrícolas, dominavam as informações e identificavam as lideranças exigindo dos trabalhadores rurais novas formas de organização que lhes permitissem defender os perseguidos e, ao mesmo tempo, avançar nas conquistas de direitos sociais.

As greves de 1984 permitiram perceber que, entre as concepções abstratas de organização e as necessidades concretas de sobrevivência dos trabalhadores, o possível aparecia como um elemento importante na recuperação histórica. Os trabalhadores volantes da agricultura, como os da construção civil, vivem a dinâmica das *andorinhas*, em seus vôos de um lugar para outro em busca da sobrevivência. Nesse movimento, um pouso para descanso acontecia sempre. Realizando orações, procurando ajuda para o atendimento de um doente, pernoitando após uma viagem mais difícil ou mesmo denunciando a atitude escravista dos *gatos*, esses sujeitos sociais passaram a se encontrar e a participar de reuniões com objetivo de solucionar adequadamente os problemas derivados das precárias condições de vida a que estavam reduzidos. A igreja se constituiu num local adequado a esses encontros. Inicialmente interessada em ocupar os espaços dos partidos políticos e em lutar contra a militância do PCB, as igrejas progressistas passaram a viver um novo modo de relacionar a fé e a prática social.

Acrescente-se a esse novo cenário, a criação da Comissão Pastoral da Terra e da Central Única dos Trabalhadores, como peças importantes nesse novo campo de disputas. Os trabalhadores rurais, com sua prática, procuravam construir formas de enfrentamento que, apoiadas pelas direções sindicais urbanas, pudessem estabelecer relações com o direito, com o Estado e serem referências para os demais, uma vez que os proprietários eram levados a reconhecer e considerar o direito. Vera Lúcia Ferrante, em seu artigo na *Revista Tempo e Presença*, procura refletir sobre o sentido dessas lutas, e de certo modo toma como parâmetro dessa nova realidade o modelo pernambucano de sindicalismo rural, criado pela Ulta e transformado em Ligas Camponesas. A vitória do moderno colocou sombras sobre o arcaico e o simulacro da modernidade se espalhou ainda mais sobre o conjunto da sociedade brasileira. As normas do velho sindicalismo corporativista se mantiveram intocadas e o direito passou a ser restringido a processos cada vez mais burocráticos e lentos, inviabilizando as soluções legais sobre as demandas e conflitos.

As lutas empreendidas por esses homens, migrantes em diversas direções e ausentes ou estranhos⁶, construiu tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o da Terra, peças jurídicas inadequadas às várias realidades rurais brasileiras e que, mesmo tendo sido criadas para proteger o trabalhador, acabaram produzindo sua exclusão social e ocultando os elementos da própria exclusão. Foi fruto da aplicação do estatuto que o trabalho volante na agricultura se desenvolveu. Como o tempo de trabalho é menor que o de produção, os proprietários acabaram realizando operações de desocupação das fazendas, eliminando as figuras dos moradores colonos ou camaradas e passaram a se utilizar do temporário. A mecanização da agricultura e o desenvolvimento da agroindústria aperfeiçoaram esse

6 MARTINS, J. De Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.



processo. A presença do trabalhador bóia-fria no cenário político de São Paulo é importante para o entendimento da modernidade como constituída por dimensões arcaicas e modernas simultaneamente.

Num primeiro momento, os trabalhadores da cana tiveram que enfrentar as concepções urbanas das direções sindicais, fossem da Fetaeg ou mesmo da CUT. Preocupados em aumentar a produtividade do trabalho, os proprietários passaram a exigir o plantio da cana em sete ruas. Os dirigentes sindicais desconhecendo as condições de vida dos cortadores de cana, apenas propuseram uma complementação salarial para o novo arruamento. Os bóias-frias recusavam-se a aceitar essa medida, e um certo impasse ocorreu entre as lideranças e a base do movimento. Após inúmeros conflitos, os dirigentes perceberam que não interessava a reposição salarial, uma vez que com cinco ruas, os cortadores de cana

já enfrentam os mais altos níveis de mutilação no trabalho. Se aceitassem as sete ruas estariam aceitando o aleijamento como consequência natural no processo de trabalho.⁷

Desse embate entre os interesses dos proprietários — os objetivos das lideranças e o sentido do trabalho para os grupos de cortadores de cana — foi possível o reconhecimento do significado das várias dimensões do real, do sentido das representações e seu desvendamento. A constituição da identidade daqueles trabalhadores deu-se por esse processo e culminou nas greves que envolveram mais de uma centena de trabalhadores rurais, possibilitando o encontro de objetivos amplos, como o contrato coletivo de trabalho, a fixação dos trabalhadores numa mesma região, a luta por espaços de moradia, a organização de atividades culturais, experiências que permitiram vencer uma primeira etapa de isolamento desses homens. O contrato coletivo de trabalho passou a ser uma forma de garantia da preservação da força social do grupo. Por ele foi possível discutir e implementar as pautas de reivindicações desses produtores, com o cadastramento dos trabalhadores e uma certa fixação dos mesmos para aquela região. É evidente que em processos sociais tão recentes, apressar uma conclusão é arriscado. De todo o modo, a existência desse quadro de problemas e preocupações aproxima os camponeses das formas jurídico-institucionais, como os mediadores urbanos no reconhecimento das diferenças existentes nas relações de trabalho rural e no modo de vida camponês, já que não se pode separar esses dois níveis de referência entre o ser trabalhador volante da agricultura e ser posseiro ou arrendatário num mesmo ano agrícola.

As disputas dos vários grupos políticos sobre essa nova força social que se articulou frente às necessidades concretas, relembra também Pernambuco das décadas de 50/60. Entretanto, as novas condições de enfrentamento público e as demais lutas sociais desenvolvidas pela sociedade civil, colocaram os vários mediadores no debate e permitiram aos trabalhadores rurais a percepção dos vários encaminhamentos propostos. As oposições sindicais são um exemplo importante. O caso de José de Fátima, em Guariba, ilustra bem esse processo. Liderança que emergiu nas lutas contra o novo arruamento do plantio da cana, esse homem destacou-se tanto naquele momento que hoje é estigmatizado como herói e bandido. Aproximou-se da CUT, disputou a direção do sindicato na região, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, concorreu em eleições e acabou aderindo ao Partido Democrático Social, hoje PPR, convencido pela classe dominante a aceitar as regras do jogo tradicional. O próprio José de Fátima percorreu as trilhas do personalismo, de uma estrutura sindical de cúpula e da repressão, uma vez que grevista na região supôs uma perseguição muito forte empreendida pelas estruturas de mando pessoal, tendo como consequência um afastamento longo das possibilidades de trabalho.

Desse modo é possível perceber que o discurso da modernização proferido pelos ditadores civis/militares em 1964, não pretendia alterar a lógica da concentração da terra, mas sim dos usos que os proprietários pudessem fazer do fundo público para o atendimento dos interesses privados. Em março de 1964, quando o Presidente João Goulart assinou o decreto de Reforma Agrária, os oligarcas aproveitaram para pôr em marcha um projeto que havia sido forjado em 1954. Depor o Presidente Vargas e definir uma política de cooperação com o imperialismo norte-americano, cuja base de controle seria a preservação nas posições de privilégio das elites agrárias, como dos novos grupos urbano-industriais, valorizados ainda mais pela entrada do capital estrangeiro diretamente na produção. Um grande acordo para o capital monopolista articulava o discurso internacionalista e o aporia no mercado como vara de condão na solução dos impasses sociais colocados.

⁷ ACONTECEU. Trabalhadores rurais no Brasil, Especial, 1982/3, CEDL, Rio de Janeiro, 1983.

É por isso que em São Paulo, área de ocupação agrícola antiga, pode-se encontrar tanto trabalhadores escravos, vendidos ou simplesmente aprisionados em propriedades do Grupo Votorantim, dirigido por Antônio Hermírio de Moraes, como trabalhadores que vivem sem receber salários em moeda corrente, fato que os torna escravos por dívidas, já que só podem trocar os bilhetes que recebem nos armazéns do proprietário, como é o caso das terras em poder do Bradesco.

A modernidade aqui existente vive e se alimenta dos tempos arcaicos. Mas, contraditoriamente, procura impedi-lo quando essa temporalidade se revela no modo de vida camponês, quando o tempo da natureza se sobrepõe ao do capital. Assim, a racionalidade da técnica, da engenharia genética, atinge a vida na agricultura. Entretanto, o tempo moderno dos direitos civis está longe de chegar para a vida humana. Os vários estímulos à ideologia do "Brasil Grande", os desvios financeiros decorrentes dos projetos faraônicos da tecnoburocracia, que planejou e apoiou os vários governos militares ao longo da ditadura, foram também constituídos em plena modernidade. Nos momentos de impasse, o discurso do moderno aparece como redentor, como equivalente da justiça social e da democracia, quando de fato ele se dá num conjunto de representações que atende aos paradigmas das elites concentracionistas do país. Muitas foram as armadilhas propostas por esse jogo lingüístico, onde liberdade e distribuição de rendas estão confundidos com abertura de importações e livre concorrência. Desse modo, as frentes pioneiras, entendidas como conflituosas por servirem às transformações nas áreas agrícolas, seriam naturalmente pacificadas com as acomodações daí decorrentes e não têm bases empíricas numa investigação mais rigorosa.⁸

De todo o modo, as greves rurais não podem ser vistas de modo mecânico nos processos de lutas rurais, uma vez que, através delas, é possível perceber a verdadeira face do capital e desvendar seu sistema de signos e representações, seu jogo de luz e sombras. Elas permitem também compreender, pela relação dialética entre o vivido e o concebido, um nível às vezes esquecido das recuperações históricas, ou seja, o percebido, o possível manifestado por claras demonstrações do que ainda não foi apropriado, controlado, alienado negativamente pelo capital. As greves de Guariba e Bebedouro permitem ao historiador ir ao encontro da subversão em sua potencialidade reveladora dos descaminhos da própria modernidade.

2. As novas possibilidades da inserção dos camponeses no desenvolvimento

As experiências históricas dos grupos de seringueiros e indígenas que habitam as florestas no Acre, são outro exemplo para o entendimento da problemática da identidade. A organização do Conselho Nacional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas são centrais nesta discussão.

A vida do seringueiro foi sendo realizada através do aprendizado dos segredos e silêncios da mata. Seus sinais, seus cantos e ruídos podiam ser sentidos quando todas as manhãs, por volta de duas horas, saía o seringueiro e sua *poranga*⁹, para tirar o leite da

⁸ Os casos da Fazenda Primavera em Andradina, da Fazenda Pirituba e da Fazenda Reunidas entre outros, são altamente esclarecedores da continuidade do processo de expropriação e exclusão dos camponeses.

⁹ Lamparina de óleo usada na cabeça para iluminar o caminho da mata no sangramento da seringa.

seringa. Esse cotidiano, silencioso e isolado, foi alterado com a chegada das madeireiras e suas moto-serras, estimuladas pelos projetos de modernização propostos pelos militares e fruto da abertura de estradas na região. A vida do seringueiro alterou-se profundamente. Foi fruto desse processo que os rios passaram a ser contaminados, que a caça desapareceu, que os pássaros deixaram de fecundar, e que as seringueiras centenárias destruídas impediam a sobrevivência desses grupos.

A chegada do estranho aproximou os índios e seringueiros que, até aquele momento, eram inimigos e rivais na floresta. Os primeiros criaram a estratégia dos *empates de derrubadas*, organizando as mulheres e crianças para abraçar a área de seringa que seria atingida pelas moto-serras. Essas mobilizações simbolizavam a relação de amor e vida dos seringueiros com a mata, e acabaram sendo acolhidas pelos índios numa aproximação cooperativa, dado o entendimento do significado dos estranhos na região. Indígenas de diferentes grupos e tribos rivais aproximaram-se com vistas a uma ação conjunta. Os seringueiros conseguiram demonstrar o reconhecimento da importância dos grupos e nações indígenas, e através de sua articulação com vários caciques e sob a liderança de Raoni, criaram a estratégia de lutar pelas reservas extrativistas como forma de preservação e de desenvolvimento auto-sustentado para a região.

Proprietários, mineadoras e madeireiras opuseram-se a essa estratégia e um amplo processo de violência contra os povos da floresta iniciou-se entre fins dos anos 70 e ao longo da década de 80. O Conselho Indigenista Missionário, a Diocese de Xapuri, os grupos partidários ligados aos movimentos sociais urbanos e os intelectuais procuraram denunciar e apoiar a luta daqueles homens, mulheres e crianças embrenhados na mata, e muitas vezes esse apoio traduzia-se em desqualificação,

disputas e desconhecimentos, que agravavam ainda mais a situação vivida. É interessante lembrar que as figuras de Chico Mendes e Raoni, despertaram polêmicas de intelectuais



que queriam apoiar tutelando, dirigir, civilizar e mesmo modernizar aqueles sujeitos considerados restos de um tempo histórico a ser atualizado.

A existência de Chico Mendes só foi *descoberta*, depois que ele foi premiado como um defensor da ecologia pela Unesco. A idéia de organização de reservas extrativistas, que permitiu a união entre índios e seringueiros, foi rechaçada por todos os estranhos que procuraram impor formas novas como cooperativas ou mesmo coletivizações que firmassem a união absoluta entre os dois grupos. Entretanto, a idéia de reserva servia para estabelecer uma comunicação e uma linguagem comum entre índios e seringueiros, uma identidade agregadora e não uma forma de resolução dos problemas econômicos e da inserção dos grupos na estrutura do mercado.

As reservas serviriam como delimitações de áreas que seriam exploradas economicamente frente à lógica do seringueiro, com desmatamento e plantio, com utilização e preservação dos castanhais, e inclusive com liberdade de mercado e de circulação. A autodeterminação permitiu que hoje existam na área 30 reservas em condições de manter e preservar a exploração da borracha e da castanha, além de utilização e comercialização das ervas para produtos medicinais e para o fabrico dos cosméticos. É evidente que essas experiências são híbridas e envolvem também os aspectos positivos da chegada do estrangeiro. Pelo lado do moderno, o reconhecimento da importância da agricultura de sombra, onde a própria natureza protege os produtos mais sensíveis da economia tropical. Planta-se entre as altas seringueiras as árvores frutíferas como o melão e as uvas, e no meio destas os feijões de vara. No emaranhado daquela plantação, totalmente distinta da agricultura européia das regiões Sudeste e Sul, a cultura camponesa desenvolveu processos de trabalho que se permitem conhecidos e qualificados, soluções mais simples e adequadas ao desenvolvimento da economia do país.

Deste modo, os movimentos sociais têm produzido identidades que passam por níveis particulares e imediatos, por níveis simbólicos e religiosos, por níveis econômicos e estruturais. As identidades se realizam frente ao conhecimento e à análise dos desconhecimentos que as representações sociais passam a ter em sociedades controladas pela cultura de massas. A teoria das representações pode permitir um aprofundamento do conhecimento na medida em que se preocupa com os silêncios, as sombras, os não-ditos, os elementos do desconhecimento. Os desafios propostos hoje pelos agentes de conhecimento aos historiadores e demais cientistas sociais, estão vinculados à recuperação de processos que se revelam e se escondem no cotidiano, recolocando-se a necessidade de um repensar a totalidade uma vez que o fragmento por onde se olha é constitutivo do todo e se realiza como fragmento na totalidade. Neste momento, mais do que antes, os historiadores são responsáveis pelas dimensões históricas do tempo e dos vários tempos que na modernidade compõem o moderno.

Per speculum in aenigmate: construção de identidades culturais nas ficções de interpretação nacional

Raúl Antelo*

Resumo: Mostrando as faces do moderno e exibindo as suas fraturas, o autor trata de decifrar os enigmas na construção de identidades culturais nas ficções de interpretação nacional.

Palavras-chave: Ficção - Interpretação - Identidade - Representação

Abstract: The author shows the faces of the modern and displays its fractures to decode the enigmas of the building of cultural identities in the interpretations of national fiction.

Key-words: Fiction - Interpretation - Identity - Representation

A ficção, como signo que se destaca da significação corriqueira, conquista seu espaço, no campo da arte, como contestação da aparência harmoniosa em que significado e significante se fusionam e confundem. Ganha, assim, um estatuto de autoridade fictiva: distante, controlada, fria. As ficções de interpretação nacional (aparência da aparência, representação de uma representação) redobram, portanto, esse mecanismo; apresentam-nos *enigmas* embora neles, a rigor, não haja mistério. O enigma é uma verdade parcelada, um brilho que, somado a outro, permite armar ou enunciar um continuum plural e fragmentado. Já o mistério alude a um todo coberto, velado. No mistério a imagem do véu nos separa do objeto e nos remete, imediatamente, ao longínquo, quando o enigma, pelo contrário, nos fala de uma distância no interior da própria representação.

Embora variem ao longo de sua evolução, alegoria e crise da representação, como se vê, são interdependentes. Na emergência do nacionalismo oficial latino-americano, na segunda metade do século XIX, as ficções de interpretação nacional cumprem essa função: instauram um mistério, às vezes erigido à condição de mito, esquivando ou mesmo

*Professor do Depto. de Língua e Literatura Vernáculas do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC

recusando-se a tratá-lo enquanto enigma, o que faz com que apelem, conseqüentemente, a procedimentos narrativos que representam essa identidade, desconhecida ou alterna, mas em todo caso, camuflada, como profundamente anômala. Nesse sentido, a linha de demarcação imaginária, a fronteira, adquire função simbólica fundacional. Essas ficções, como diria Euclides da Cunha, traçam o limite da loucura, revelam a zona intermediária onde se confundem facínoras e heróis, normalidade e transgressão. Mas vejamos, para efeitos de análise, como se lê essa operação nos discursos. Os ensaios jornalísticos de Sarmiento, textos marginais e prévios ao *Facundo*, nos fornecem, por exemplo, material interessante para estudar essas representações.

Em *Ojeadas sobre el Brasil* (1842) Sarmiento alude ao fundo ficcional da operação histórica quando estipula a relação assimétrica entre ver e dizer, entre territorialidade e nacionalismo. Há, portanto, acompanhando seu raciocínio um paradoxo no fato de que

“el Brasil, a pesar de ser el estado sud-americano mas grande em poblacion, en riqueza i en territorio, es, sin embargo, el mayor embrion de nacion que tenemos en nuestro continente, i el pais que, a nuestro juicio, está destinado a pasar por mas alteraciones en su organizacion. Para conservar unidad en una periferia tan vasta de espacio i de relaciones, se necesitaria un gobierno apoyado en las mas remotas tradiciones, i que estuviese al mismo tiempo lleno de vigor i de fuerza: que las instituciones del imperio fuesen tan antiguas por el tiempo de su creacion, como nuevas o modernas por su consonancia con la época i las ideas reinantes; i se necesitaria tambien que el pueblo, que el cuerpo de la nacion, no adoleciese de ningun achaque, i fuese tan sano i homojéneo, como es fuerte i pujante.”¹

Mas essas condições não são as circunstâncias de 1840: o constitucionalismo brasileiro é fraco; a monarquia não é mais antiga que as repúblicas hispânicas; a população compõe-se de homens livres mas também de escravos e a ameaça de cisão rio-grandense não é diferente de outras reorganizações territoriais do continente como a separação do Texas, o desmembramento da Grã-Colômbia ou a autonomia do Uruguai e do Paraguai em relação a Buenos Aires. Mas é justamente analisando a política exterior argentina que Sarmiento elabora a equação histórica central neste debate, a tensão campo versus cidade ou América versus Europa, argumentação que, referida ao Brasil, ganha valor global e merece transcrição na íntegra:

“El Imperio del Brasil abraza uno de los mas estensos i preciosos territorios de la tierra; tomando en consideracion esta estension de tierras, no hay duda que el Brasil es, como casi todo los estados sud-americanos, un pais despoblado i desierto en su mayor parte. Nada dificil de comprender es que en un pais donde la sociedad se halla rodeada de grandes desiertos, haya ciertas condiciones de vida cercana por muchos puntos al estado salvaje e inculto; porque solo cuando el hombre se apiña, cuando se roza reciprocamente i se influye, es cuando se somete a la accion de la presion social, que lo refacciona i lo pule.”

O país ideal de Sarmiento deve ser construído à imagem e semelhança da cidade e esta, por sua vez, toma o modelo da máquina. Não é, entretanto, o caso do Brasil já que

¹ SARMIENTO, Domingo F. “Ojeada sobre el Brasil”. (*Mercurio*, 3-12 out. 1842). In *Obras*. Buenos Aires, F. Leujouane, 1887. (Vol. VI: Política Argentina 1841-1851, p.56).

“tomando, pues, los extremos, las orillas del territorio brasileiro, encontraremos pueblos pastores, movedizos, jinetes, hombres del desierto, acostumbrados a vagar, por las necesidades mismas de su industria, en la mayor parte del dia. Esto sucede precisamente en las provincias del sur, que es donde, por el contacto con la República Oriental, con la provincia de Corrientes i la República del Paraguai, se halla espuesto el Imperio a las influencias desorganizadoras del caudillo argentino. El Brasil, además, por una necesidad tradicional en su sistema de agricultura, usa del medio horrible, pero necesario allí, de la esclavatura; de modo, pues, que estos dos elementos, los esclavos i los pastores, forman una masa de sociedad peligrosa, preparada a recibir la accion insidiosa de un seductor político, por la naturaleza misma de la situacion social que tienen.”



Com cidades ocidentalizadas, o país conta também com

“una numerosa juventud educada en las principales ciudades de Europa, donde ha adquirido un singular adelanto i una simpatía por la vida europea, i que por esto mismo, vive en una especie de fuerte antagonismo con todo el resto de la poblacion negra, que sirve en la agricultura, i de la blanca que trabaja en el pastoreo. En el Brasil, mas que en ninguna otra parte, se diseñan las diferencias de la vida europea i de la vida indijena, porque ambas sociedades, permítasenos calificarlas así, viven frente a frente, mirándose con desprecio i con envidia, i aborreciéndose se, por razon de las ventajas i miserias relativas que gozan i sufren respectivamente. Estamos mui léjos de pensar que estas dos fuerzas se paralicen, i sabemos bien que los grandes centros, como el Janeiro, Bahía i Pernambuco, tienen un poder real, mas activo, mas eficaz que el elemento campesino; i que a medida que pasa el tiempo, ejercen una accion mas eficaz i mas decisiva sobre los campos, reformando rápidamente los malos instintos que en ellos se desenvuelven; pero sabemos tambien que mucho queda por hacer para poder alzar el grito de una victoria completa. Ningun pais mejor que el Brasil puede dar gracias a la monarquia constitucional; pues por ella sola se ha salvado hasta aquí i cuenta con grandes probabilidades de salvarse en adelante de la anarquía política que allí habria sido horrorosa, por razon de la situacion que acabamos de dibujar. La monarquía constitucional es en el Brasil el paladium de la civilizacion i de la libertad, no solo por accion gubernamental, sino por el feliz carácter personal i las tendencias i las tradiciones que han desplegado sus dos primeros monarcas.”²

² Idem, “Política exterior de Rosas” (*Progreso*, 2-8 out. 1844) *ibidem*, p.114-116.

A leitura de Sarmiento organiza-se em função de dupla alegoria: uma retrospectiva, outra prospectiva. A primeira apela a um governo de remotas tradições mas que tivesse, entretanto, vigor infinito. Essa seria, em resumo, a instituição consoante com a modernidade. A prospecção, por sua vez, lê o império de Dom Pedro como ressonância da política latino-americana. O próprio olhar crítico, voltado ao vazio que lhe faz face, mostra, nesse insólito interesse, a indiferença por um limite fixo ou preciso já que aquilo que olha e aquilo que é olhado, analista e modelo, permutam-se sem cessar e sem resto, remetendo-se mutuamente. Desse modo, perplexo diante da alteridade (afinal, o crítico lê ou é lido?) ao ver, no Brasil, o *outro* latino-americano, aquilo exterior à racionalidade modernizadora, Sarmiento retira o princípio das equivalências nacionais do campo da seleção dos possíveis e projeta-o, como diria Jakobson, sobre o eixo da combinação, isto é, das práticas sociais, desmaterializando a nacionalidade, ou melhor, concebendo-a enquanto *função*, mas uma função enunciativa. Não é o indivíduo Sarmiento, entretanto, que assim se exprime, mas é um campo de regularidades discursivas para diversas posições do sujeito que, através desse ato fundador, ganha uma visibilidade cada vez mais acentuada em outras ficções desse gênero. Tomemos, por exemplo, *Os Sertões*, essa ficção de interpretação do tipo nacional que define o sujeito, antes de tudo, como "um forte". A razão afiança aí um pensamento forte. Ora, após o exame meticuloso das determinações históricas, sociológicas e mesológicas dessa vontade de poder, Euclides da Cunha encerra, melancolicamente, seu relato com uma declaração de impotência e com a postulação de um narrador utópico: "é que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades".³ A frase é emblemática desse duplo movimento ficcional: um aponta para o momento em que alguma coisa é concebida, outro para sua resolução diferida. Assim, o futuro do Estado encontra-se no passado da ciência e a chance de um futuro e uma expectativa de resolução, na verdade existirem, depende da forma em que esse relato foi tramado, ou seja, constitui, de fato, a teoria dessa ficção.

É fácil constatá-lo, com efeito, se recorreremos a *O crime e a loucura* (1975) onde Maudsley ilustra de que modo a secularização modernizadora se contrapõe à maneira ingênua com que se representava a loucura antes dos dispositivos reguladores da psiquiatria.

Havia no antigo Peru, como nos refere Maudsley, baseado aliás no relato de um jesuíta, o padre José Acosta, *praepositus generalis* em Lima, havia lá um homem muito respeitado, sábio eclesiástico e doutor em teologia que era "o oráculo do Novo Mundo naquele tempo". Certa feita, porém, conhece uma mulher do povo e passa a acreditar em sua versão de ser detentora dos mistérios revelados por um Anjo, mistérios que a deixavam fora de si, totalmente em transe. A mulher, ora porque possuída pelo demônio, ora porque astuciosa e intrigante, tais as premissas psiquiátricas, vaticinava o futuro, interpretação que o padre Acosta repetiria mais tarde, pontualmente, em seus sermões. Atraindo a represália institucional por esses desregramentos hereges e judaizantes, o padre acaba preso pela Inquisição, durante cinco anos, até se demonstrar ao mundo sua loucura. Para validar o encerramento, a psiquiatria expõe o discurso do padre como dislate. Dizia ele que, com o tempo, viria a ser Rei e Papa, redentor do mundo, enfim, e criaria novas ordens religiosas, sem celibato nem confissão. Baseava sua doutrina nas Escrituras, ainda que, desprovido de qualquer tipo de leitura, nos cinco anos de confinamento, citasse, sempre de cor, as

³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. 30 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Brasília, 1981, p.409.

mesmas passagens inteiras dos Profetas, do Apocalipse ou dos Salmos para ilustrar sua pregação. Como não houvesse retratação nem arrependimento, o jesuíta foi finalmente, queimado em praça pública. Ele esperava um fogo que viesse do céu, *ignis ab deo illatus*, o anagrama inaciano, e no entanto, o fogo não devorou inquisidores nem espectadores mas ele próprio, um fogo censor, um fogo ao rés-do-chão.⁴

A história do padre Acosta, tomada por Maudsley do *Tratado sobre o entusiasmo* de Casaubon, traça uma linha de continuidade com a *História do Futuro do padre Vieira*. Mais ainda, de certo modo, Acosta é Vieira. Em ambos é fácil reconhecer uma prática de leitura de fundo hebraico, assimilada pelo cristianismo, que concebe a história universal, a partir de um pensamento milenarista e apocalíptico, como um fluxo catastrófico e, ao mesmo tempo, redentor, já que a queda é ponto de partida para uma era milenária de ascensão à beatitude angélica. Essa doutrina, intrincada e complexa, não é, porém, um mistério mas um enigma, uma linguagem através da qual é dado a alguns profetizar o fim dos tempos, ressaltando, entretanto, que a profecia não é adivinha mas construção iluminada de sinais. Tais indícios regulavam não apenas o tempo, o império sabático, apregoado pelos jesuítas, mas também o espaço milenarista, identificado com o Novo Mundo, onde Acosta, Vieira e, mais tarde, Antônio Conselheiro vaticinariam a catástrofe. A profecia, como vemos, aponta dualidades: tempos cindidos (o fim da história, o início do milênio) e espaços distintos (o reino condenado da última idade, o espaço utópico da



monarquia definitiva). Ela contraria o *unum ovile unus pastor* e critica tanto o poder totalizante quanto o poder individualizante do Estado; ela nos fornece, enfim, ora nos jesuítas barrocos, ora no milenarista republicano, uma gramática de leitura, um modo de apreender a estrutura da ficção e o peso do enigma na leitura que lhe é peculiar. A ficção de interpretação nos relata que a verdade se estrutura como silepse, essa figura por meio da qual a concordância se dá pelo sentido e não pela sintaxe. Em outras palavras, a lei do gênero viria da inércia de certos valores mais do que da emergência de novos arranjos, o que faz com que a verdade decorra de um trabalho utópico (um Maudsley futuro) que possa

⁴ MAUDSLEY, H. *Le crime et la folie*. 2 ed. Paris: Germer Baillière, 1876, p.33-37.

ler os enunciados como grafitos deixados por mãos anônimas. Alição é clara: se a verdade é siléptica, o que se constata, para além de um excesso de sintaxe ou de paradigmas constitutivos, é que ainda não existe sociedade para tal sentido, forma esperançada de afiançar o atraso originário americano.

No conflito de Canudos e quase fortuitamente, Euclides da Cunha descobre a obsessão *mallarmaica* da página disponível, “em cada parede branca de qualquer vivenda”. Há aí “uma página de protestos infernais. Cada ferido, ao passar, nelas deixava, a riscos de carvão, um reflexo das agruras que o alanceavam, liberrimamente, acobertando-se no anonimato comium” e

“a mão de ferro do exército ali se espalmara (...) fotografando exata, naquelas grandes placas, o *facies* tremendo da luta em inscrições lapidares, numa grafia bronca (...) Sem a preocupação da forma (...) aqueles cronistas rudes deixavam por ali, indelével, o esboço real do maior escândalo da nossa história (...), libelos brutos em que se casavam pornografias revoltantes e desesperanças fundas”.⁵

Mas como isso acontece? Porque a verdade é bifronte, nos diz o próprio Euclides em *Peru x Bolívia*.⁶ Ora, se a estrutura da verdade é cindida e siléptica, é porque duas causalidades, alternativamente políticas e culturais, enfrentam-se nela. Euclides sabe, portanto, que sendo a verdade bifronte, “os narradores futuros tentariam em vão velá-la em descrições gloriosas”; mas, para evitar a camuflagem do véu e do conseqüente mistério épico, ele próprio fornece o antídoto. Exige um Maudsley, embora saiba que contra os Maudsleys futuros, leitores oficiais de uma história hierarquizada, sempre permanecerão, abertos e disponíveis, “em cada página, indestrutíveis, aqueles palimpsestos ultrajantes”.⁷ Em suma, a verdade é bifronte porque ela se constitui de forma descontínua no espaço e no tempo. Sua sintaxe é aberta. Tomemos, a título de exemplo, para ilustrar essa descontinuidade da verdade, outro fragmento de *Os Sertões* que, em algumas edições, intitula-se “uma ficção geográfica”. Nele a paisagem aparece rasgada pelo trem como grafito da máquina moderna:

“A linha férrea corre no lado oposto. Aquêlé liame do progresso passa, porém, por ali, inútil, sem atenuar sequer o caráter genuinamente roceiro do arraial. Salta-se do trem; transpõe-se poucas centenas de metros entre casas deprimidas; e topa-se para logo, à fimbria da praça - o sertão (...)

“Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra. O vaqueiro encourado emerge da caatinga, rompe entre a casaria desgraçada, e estaca o *campião* junto aos trilhos, em que passam, vertiginosamente, os patricios do litoral, que o não conhecem.”

Esses soldados, percebem, de fato, dramaticamente, um corte violento, uma

⁵ CUNHA, Euclides da. Op. cit. p.352.

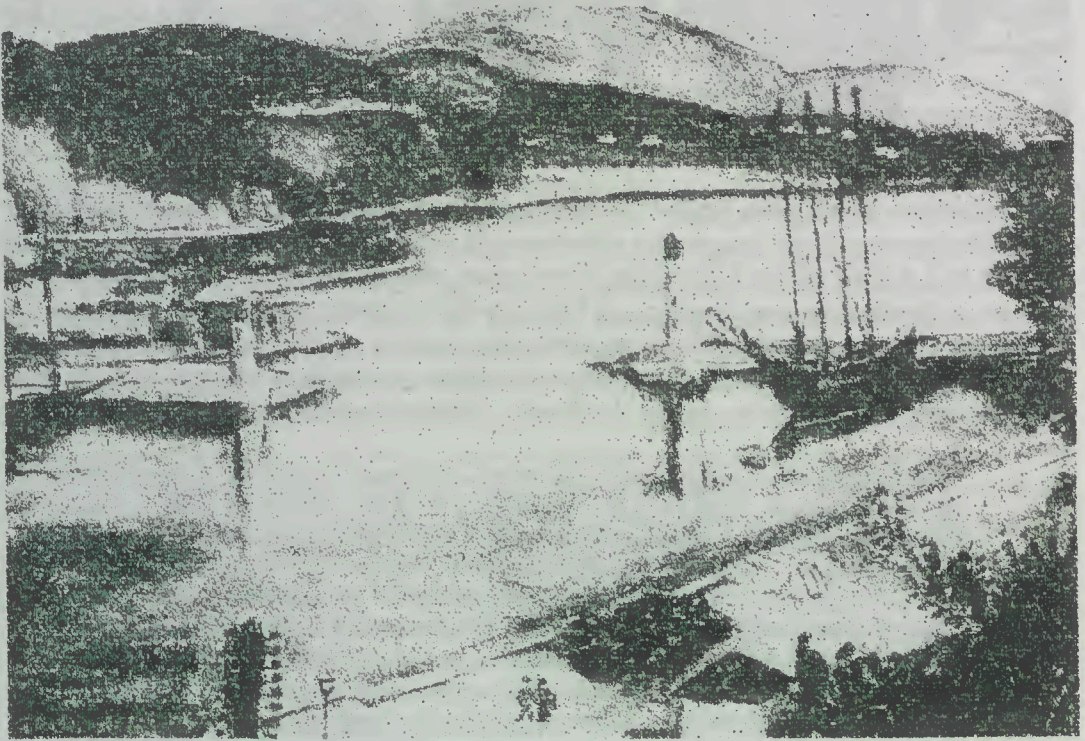
⁶ CUNHA, Euclides da. *Peru vs Bolívia*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p.48. Para o autor, “aprende-se a ignorar”, lendo os primeiros historiadores do continente, porque “cada um daqueles pequenos proprietários do Caos, como os estigmatizaria Carlyle, é um desordeiro que se faz mister afastar”. Biógrafo e biografados desdobram, assim, a ficção de interpretação nacional em autobiografia agônica.

⁷ Idem, *Os Sertões*, Op. cit. p.353.

“discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil”.⁸

Atente-se, no relato de Euclides, para o corte dos tempos. O vaqueiro emerge, os cidadãos o ignoram; vale dizer são ações históricas que ainda duram embora, mercê da silepse, a ação de ouvir e ver o outro passe, daí em diante, a se representar no passado, é bem verdade que imperfeito, mas um passado que transforma este tempo *naquele tempo*, o mesmo *no outro*. A consequência desse corte imperceptível, siléptico, é que se esta *outra gente* falava *outra língua mesmo*, nos encontramos como se, de repente, o Brasil não fosse o Brasil mas fosse, por exemplo, o Peru. A recíproca também é verdadeira e a encontramos em *A margem da história*, em um capítulo que tenta definir os “Brasileiros”:

“O Peru tem duas histórias fundamentalmente distintas. Uma, a do comum dos livros, teatral e ruidosa, reduz-se ao romance rocambolês dos marechais instantâneos dos pronunciamentos. A outra é obscura e fecunda. Desdobra-se no deserto. É mais comovente; é mais grave; é mais ampla. Prolonga, noutros cenários, as tradições gloriosas das lutas da Independência; e veio até aos nossos dias tão impávido e sem hiatos, apesar de seus aspectos variáveis, que pode acapitular-se sob o título único, geralmente adotado pelos melhores publicistas daquela República: *El Problema del Oriente*.”⁹



⁸ Idem, *ibidem*, p.347-8.

⁹ Idem, *A margem da História*. São Paulo: Lello Brasileira, 1967, p.80.



A estrutura siléptica das ficções de interpretação nacional (duas formas, dois valores; um relato que se arma em função dos valores e com relativa prescindência das formas) ela faz com que, a rigor, essas ficções não somem mas subtraíam já que nelas a verdade não se dá por acúmulo mas aparece graças ao hiato, muito freqüente na narrativa: “abramos um parêntese...” ou “— o sertão...” Esse intervalo, que contém, em última análise, o ensaio de elaboração do heterogêneo, simula ser não estrutural ou meramente adjetivo, embora ative sempre a função enunciativa. Ainda que longo, “abramos um parêntesis...”:

“A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocêso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento

trabalho seletivo. Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço — mulato, mamaluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possuía, é revelado casos de hibridismo moral extraordinários: espíritos fulgurantes, às vezes, mas frágeis, irrequietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida, Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações opostas, de que resulta, reflete-lhes os vários aspectos predominantes num jogo permanente de antíteses. E quando avulta - não são raros os casos - capaz das grandes generalizações ou de associar as mais complexas relações abstratas, todo esse vigor mental repousa (salvante os casos excepcionais cujo destaque justifica o conceito sobre uma moralidade rudimentar, em que se presente o automatismo impulsivo das raças inferiores".¹⁰

Esse parêntese, interposto e digressivo, escande a ficção. Diríamos que nos defrontamos aí com a ficção do mapa (ou carta) roubado que, embora evidente, foge da visão. Mesmo sendo uma detenção discursiva, o parêntese, entretanto, mobiliza a linguagem. É o momento em que a linguagem se despe do discurso; é o ponto em que o relato ambiciona a verdade. Em suma, o parêntese é o sintoma dessa ficção. Qual é esse sintoma? Uma concepção biologicista da sociedade, cuja matriz ficcional, radicalmente naturalista, vincula território e eugenia para assim afastar o fantasma da degenerescência. Conhecemos desse fantasma duas traduções fundamentais. A primeira é a degradação local (moralidade rudimentar, automatismo impulsivo das populações autóctones, em suma, a barbárie tropical) e a segunda, é a degradação cosmopolita, seja pela entrada desse elemento fecundo e fulgurante, porém inferior, trazido pela escravidão; seja pelo questionamento anti-naturalista do anarquismo que desconstrói a igualdade entre família e eugenia ao desvendá-la como mera equiparação infamante entre eugenia e zootecnia. O eixo da questão social (inferior x superior, passado x futuro) passa, entretanto, pelo menor, a função menor. É a mulher, com efeito, quem nessa narrativa regula a normalidade das trocas, ameaçadas sempre por um *plus* que lhe é inerente: procriação, previsão. Quem vê além, pode gerar alhures. Toda transgressão de marcas ameaça assim a homogeneidade da representação. Portanto, junto ao aspecto patriarcal, fundador do Estado latino-americano moderno, a ficção de interpretação nacional exhibe sua fratura, um princípio corrosivo e irrisório no modo de olhar, que se equipara à labilidade da mulher e ao desequilíbrio da histeria. O arbitrário da alegoria, pergunta-se Benjamin, não é por acaso irmão gêmeo da moda? Para salvaguarda do mesmo, essas alteridades anômalas devem então ser obliteradas, de tal sorte que a duplicidade da ficção de interpretação nacional bascula constantemente entre o instituinte, a universalidade da lei, e aquilo que passa, a particularidade dos sujeitos. Esse enigma da linguagem, disciplinada nos discursos, outorga ao *mistério* da cultura latino-americana *un destin si funeste*. Quando o espelho se parte e a alegoria é pura ruína, o fascínio é substituído pelo ódio e quando nem mesmo o ódio é viável, porque o outro tornou-se evasivo, instaura-se a histeria ou sua contra face, a melancolia. São essas as duas caras do moderno nas ficções de identidade.

Walter Benjamin, em carta a Horkheimer de janeiro de 1938, detém-se sobre o último texto, negligenciado, de Blanqui. Chama sua atenção uma especulação teológica, sob todos

10 Idem, *Os Serões*, Op. cit. p.77.

os aspectos inesperada no pensamento de um revolucionário e, no entanto, complementar da visão da sociedade em que ele se inseria e cuja vitória, sem dúvida, ele próprio sentiu agonicamente. É de uma submissão sem reservas — observa Benjamin — e, ao mesmo tempo, a requisitória mais terrível lançada a uma sociedade que projeta no céu essa imagem cósmica dela própria com uma pungência, conclui o crítico, que não está dissociada de um nítido relevo lingüístico muito próximo, aliás, das posições de Baudelaire e de Nietzsche. Quase paralelamente, Borges resenhava o estudo de Neil Stewart sobre Blanqui, censurando-lhe a nenhuma atenção dispensada às especulações cosmogônicas do *communard*, vindicação e ampliação, no dizer de Borges, da doutrina dos ciclos por ele exposta na *História da eternidade*:

“Esa doctrina (que su más reciente inventor llamó del Eterno Retorno) afirma que la historia del mundo se repite ciclicamente, y en nuestras vidas individuales. Es común atribuirle a Nietzsche, que pensó haberla descubierto en Silvaplana, un mediodía del agosto de 1881: ‘a seis mil pies del hombre y del tiempo...’. La conocieron los discípulos de Pitágoras; la pronuncian los hexámetros de Lucrecio; San Agustín y Orígenes la refutan; Browne, hacia 1640, la nombró en una de las notas de la *Religio medici*; Moore hermosamente cierra con ella sus *Memoirs of my dead life*. De tantas exposiciones, la más radical y más vasta es la de Blanqui. Nietzsche (y Heine y Le Bon y ese problemático Thomas Tyler que Bernard Shaw conoció en el British Museum) encaran una *sucesión* de ciclos idénticos; Blanqui abarrota de infinitas repeticiones, no sólo el tiempo, sino también el espacio infinito. Imagina que hay en el universo un infinito número de facsímiles del planeta, y de todas sus variantes posibles. Cada individuo existe igualmente en infinito número de ejemplares, con y sin variaciones. ‘Todo lo que se hubiera podido ser en la tierra’, afirma Blanqui, ‘se es en alguna parte. Además de esta vida desde el nacimiento a la muerte, que hemos vivido y viviremos en una muchedumbre de mundos, existimos en otras quince mil versiones distintas’.¹¹

Dobrando-se inesgotável em torno de si, a história não se esvai em auto-referências; antes, porém, desenvolve aquilo que é exterior a si — o volume da linguagem, a trama da ficção — que devêm, por esse meio, representação. O mesmo Benjamin nota, assim, que Marx, ao descrever a constituição de repúblicas na América, frisara ser a república menos uma forma de revolução da sociedade burguesa do que uma forma conservadora da vida. Desse lado do Atlântico, embora já existissem classes, elas ainda não se fixaram. Os modernos meios de produção compensaram aqui a relativa escassez de cabeças e de braços ao passo que o movimento da juventude, que tem um novo mundo pela frente, não deixou nem tempo nem oportunidade para abolir a velha ordem espiritual. É justamente esse recurso de Marx à *ordem espiritual* para explicar o conservadorismo republicado na América o que assombra Benjamin a ponto de concluir, deleuzianamente, que o cronista envolve-se com o véu da massa como com uma capa, apresentando as numerosas relações que dela decorrem como dobras sedutoras e ao mesmo tempo fantasmagóricas:

¹¹ BORGES, Jorge Luis. “Neil Stewart: Blanqui”, *Sur* n.65, Buenos Aires, fev. 1940, p.112. Desenvolvendo idéias já presentes em “La doctrina de los ciclos”, redigidas em 1934 e publicadas por *Sur* em 1936, Borges escreve para “negar la realidad del pasado y del porvenir. Lo anuncia este pasaje de Schopenhauer: ‘la forma de la aparición de la voluntad es solo el presente, no el pasado ni el porvenir, éstos no existen más que por el concepto y por el ordenamiento de la conciencia, sometida al principio de la razón’”. Alude, nesse texto, a várias propostas de retorno dos ciclos, entre elas, a do retorno dos átomos de Le Bon e a de Blanqui, de longe, a mais perfeita para Borges. Cf. “Tres formas del eterno retorno”, *La Nación*, Buenos Aires, 14 de dez. 1941. É bom lembrar de outros textos esparsos correlatos, como “Algunos pareceres em Nietzsche” (11 fev. 1940) ou “El propósito de Zarathustra” (15 out. 1944), todos de *La Nación*.

“L'historicisme du XIX siècle se renverse lui-même dans l'idée de l'éternel retour, idée qui ramène toute tradition, y compris la plus récente, à celle de quelque chose qui c'est déjà déroulé dans la nuit immémoriale des temps antérieurs. La tradition prend ainsi le caractère d'une fantasmagorie dans laquelle la préhistoire (Urgeschichte) est jouée dans un accoutrement ultramoderne.”¹²

O narrador, notadamente o das ficções de interpretação nacional, arranca dessa dispersão as variáveis narrativas que não se reduzem a reproduzir o sensível mas desenvolvem o sensível e a própria sensação até atribuir-lhe um novo infinito: a leitura. O artista, dizem os pensadores da transversalidade, passa ao criar por uma catástrofe e deixa, no próprio material, o traço dessa passagem, como um salto que o leva do caos à composição. Cabe então à leitura elaborar o rijo para nele reencontrar o maleável e o móvel. Mesmo a teoria estética de Adorno nos persuade que, ao recompor o enigma, a leitura discrimina essa construção de todo conteúdo já formado (o além ou o mistério) e postula, entre a ficção e o discurso, uma mútua e complexa pressuposição, vale dizer, uma distância ou diferença que não se esgota na experiência empírica nem subjetiva nem inconsciente e que poderia ser entendida à maneira de Foucault, como “la nervure verbale de ce qui n'existe pas, tel qu'il est”.¹³



Os discursos de interpretação nacional foram habitualmente lidos enquanto ensaios, uma versão ascética da identidade. Creio, porém, poder ler esses textos como autênticas ficções que não resgatam uma identidade esquecida ou esquiva mas um sistema complexo, de elementos contraditórios, elementos que resistem à síntese, atravessam nosso corpo e tangenciam, enfim, a linguagem. Tomemos, pois, para concluir, uma dessas operações que iluminam a lógica do sistema narrativo das interpretações nacionais. Para evitar a coerência de *uma* história, a das versões liberais, escolho a passagem de um monarquista católico, o conselheiro Eduardo Prado, para além da fronteira. Em *Viagens*, ao relatar uma

¹² BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XIX e. siècle. Le livre des Passages*. Trad. J. Lacoste. 2 ed. Paris: Les Editions du Cerf, 1993, p.141.

¹³ FOUCAULT, Michel. “Distance, aspect, origine”, in *TEL QUEL-Theorie d'ensemble*. Paris: Seuil, 1902, p.19.

visita aos teatros portenhos, o autor de *A ilusão americana*, espanta-se com uma curiosa instituição, a “que chamam a *coguéla*. É a terceira ordem, que só pode ser ocupada por mulheres”. E define:

“A *coguéla* é freqüentada pelas senhoras que não têm quem as acompanhe, pelas senhoras da meia elegância, que não podem apresentar todas as noites um vestido novo, e pelas famílias que perdem algum parente, ou grande parte de sua fortuna.

“Conta-se que uma estróina de Buenos Aires se disfarçou uma vez de mulher e conseguiu penetrar na *coguéla*. Dez minutos não eram passados, e já se dava o sinal de alarma: mourô na costa! Isto é, homem na *coguéla*”.¹⁴

A *coguéla* — aceitemos a definição do cronista — é o limite. Por ela “distingue-se a grande da pequena elegância”, a grande da pequena burguesia. É um tópico, um dêictico. Indica a função menor. Nessa alegoria social, que é o recinto fechado do teatro, a *coguéla* assinala os não-remediados, os não-poderosos, os não-travestidos, os não-cristãos. Pressupõe transparência e retidão. Entretanto, a discriminação mimetiza uma forma geral de transgressão, o interdito da linguagem, por meio do qual os discursos sociais se implicam mutuamente e enunciam, não só através de, mas no próprio enunciado, a língua que lhes faculta a enunciação. Eduardo Prado grafa a inexistente *coguéla* quando lhe dizem *cazuela*, a galeria reservada, no teatro, às mulheres. *Cazuela*, um pequeno *cazo* ou concha (em português: caço) vincula-se à *caça*, que sempre remete ao inferior (rechaçar, percalço), ao rebaixado (caçoar) ou aos esforços por abandonar essa posição degradante (alcançar). Não é descabido imaginar que, pelo viés do *inferior*, a expressão se associe ao italiano *cazzo*, de emprego tão difundido no Rio da Prata, usado não apenas em seu sentido genital, no figurado, de algo de pouco valor ou importância.

Referida especialmente à indumentária, *coguéla* repercute termos como o platino *cachirula* (lenço usado na cabeça) ou o brasileiro *cogula* (túnica com capuz), estratégias ambas do encobrimento, do mistério. Desse étimo derivam o *cogulo* (aquilo que, numa medida, ultrapassa as bordas, portanto, o excesso, a demasia) e o *cogulho* (um adorno de folhas encrespadas, como as do repolho). Nessa galáxia significante reencontramos o que vai de ouvir a escrever, ou de ver a dizer. Nesse intervalo, portanto, as ficções de interpretação nacional definem um lugar para o menor; mas a própria enunciação discriminatória se rearma, na genealogia, como um sistema de possíveis narrativos a desdobrar-se no processo da leitura. A capa alegórica, entre pregas e fendas, deixa ver *el cogollo* da questão, a cena primitiva: a proto-história travestida com roupagens ultra-modernas, seu totem do véu.

¹⁴ PRADO, Eduardo. *Viagens, América, Oceania e Asia*, São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1902, p.56-7.

O primeiro grande êxito da Agência Central de Inteligência (CIA) na América Latina

Waldir José Rampinelli*

À Rigoberta Menchú: mulher, indígena, guatemalteca, latino-americana e prêmio Nobel da Paz. Pela sua resistência e luta em favor de uma Guatemala livre e soberana. E a todos aqueles que caíram assassinados, depois de 1954, pelo exército guatemalteco, com o apoio do governo norte-americano.

Resumo: A *Revolução de Outubro* estabeleceu como estratégia primordial a democratização da Guatemala, depois de mais de um século de opressão e dependência. Para isso, fazia-se necessário vencer a oligarquia local, lugar-tenente do imperialismo norte-americano.

Palavras-chave: Guatemala – Revolução – Classes dominantes – CIA

Abstract: The October Revolution set the democratization of Guatemala as a primary strategy, after a century of oppression and dependency. In order to achieve this goal it was necessary to defeat the local oligarchy, a puppet regime of United States imperialism.

Key-words: Guatemala – Revolution – Dominat classes – CIA

Introdução

A Capitania Geral da Guatemala, que se tornou independente da Coroa espanhola em 1821, esteve ligada até 1839, ainda que de modo incerto, às Províncias Unidas da América Central.¹ A partir de então, a Guatemala foi governada por uma série de ditadores, até eclodir a *Revolução de Outubro* em 1944.²

* Professor do Departamento de História da UFSC, com mestrado em Estudos Latino-Americanos na Universidade Nacional Autónoma do México.

¹ Sob o ponto de vista histórico pertencem a América Central os seguintes países: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica. Belize e Panamá não fazem parte da história centro-americana.

² No mês de junho de 1944, estudantes universitários e professores da cidade da Guatemala desafiaram o poder do ditador Jorge Ubico com uma greve e manifestações públicas, nas quais pediam a sua renúncia, sendo imediatamente apoiados pela maioria da sociedade. Ubico respondeu violentamente, mandando metralhar a multidão. A ira popular aumentou e ele não teve outra saída a não ser abandonar o poder. O triunvirato militar que o substituiu entregou a presidência ao general Federico Ponce V., nomeado presidente provisório pela Assembléia Nacional. Como Ponce, no entanto, dava sinais de se tornar outro ditador, foi derrubado no dia 20 de outubro pela oficialidade jovem do exército, com apoio popular. Dava-se início a um processo de democratização da Guatemala que passou a chamar-se de “*Revolução de Outubro*”.

Os trinta anos de conservadorismo na Guatemala, cujo principal expoente foi o governo de Rafael Carrera (1841-1871), foram substituídos pela reforma liberal, que teve em Justo Rufino Barrios (1873-1885) seu principal idealizador. Adotou este governante uma política de reformas para dissolver as instituições herdadas da época colonial, bem como a sua organização social. Pôs fim ao latifúndio eclesiástico, distribuiu terras, multiplicou o número de camponeses, fomentou e introduziu cultivos, acabando assim com diversos sistemas seculares de posse da terra.³

O século XX encontrou a Guatemala governada pelo ditador Manuel Estrada Cabrera (1898-1920), sendo a imagem perfeita daqueles tristes anos descritas com perfeição pelo Nobel de Literatura Miguel Angel Asturias em *El Señor Presidente*. Cabrera abriu as portas para a *United Fruit Company* fazendo-lhe então grandes concessões.

Finalmente, o general Jorge Ubico (1931-1944) realizou melhoras materiais e deu ao país um estado de solvência econômica. Educado, porém, na velha escola liberal, entendia que governar era impor a vontade do presidente sem levar em consideração a opinião pública e a constituição. Sua ditadura foi derrubada pelos movimentos populares de junho de 1944, dando início à *Revolução de Outubro*.⁴

A Revolução de Outubro

A *Revolução de Outubro*, comandada inicialmente por uma junta de governo,⁵ e logo por Arévalo e Arbenz, foi

“uma revolução democrático-burguesa, nacionalista e antiimperialista, que lutava para tirar seu povo de um atraso secular, qual seja, a miséria e a ignorância a que havia sido submetido desde a Conquista espanhola; foi um movimento que buscava substituir a estrutura semi-feudal e semi-colonial de seu anacrônico sistema econômico por outra moderna, ainda que de tipo capitalista, porém, mais avançada.”⁶

O início deste período de democratização (1944-1954) significava mudanças transcendentais para a Guatemala, tendo-se em vista que a mesma fora totalmente atrelada aos interesses norte-americanos, assim como a grupos estrangeiros aliados a uma oligarquia local, os quais se beneficiavam de toda a riqueza do país. Com a *revolução*, a burguesia se via coagida a modernizar-se e a oligarquia, lugar-tenente do imperialismo, sofreria sérias perdas econômicas e políticas. Por sua vez, a democracia representativa passava a reger-se pelo equilíbrio dos três poderes, na tentativa de abandonar um século de ditaduras personalistas.

Era uma *revolução* nacionalista, porque reivindicava para a Guatemala e seu povo a riqueza do país, a qual era vergonhosamente subtraída por alguns monopólios norte-americanos, especialmente a *United Fruit Company (UFCO)*,⁷ a *International Railways of Central America (IRCA)* e a Companhia de Energia Elétrica da Guatemala. A *revolução*

³ Veja-se GUERRA-BORGES, Alfredo. Guatemala: tres tiempos de una historia inconclusa. In: CUEVA, Agustín. (org.) *Centroamérica: una historia sin retoque*. Editora O Dia, México, 1987, p. 115-154.

⁴ Veja-se CONTRERAS R. J. Daniel. *Breve História de Guatemala*, Editora Pedra Santa, 3ª edição, Guatemala, 1983, p. 123.

⁵ Jorge Toriello, civil; Francisco Javier Arana e Jacobo Arbenz Guzmán, militares.

⁶ TORIELLO GARRIDO, Guillermo. *Trás la Cortina de Banano*. Fundo de Cultura Econômica, México, 1976, p. 22.

⁷ A *United Fruit Company* constituía um vasto império econômico, pois além de terras na América Latina (Colômbia, Costa Rica,

tentava sair do esquema *banana republic* e das decisões econômicas de Boston⁸, que afetavam a maioria da população guatemalteca.

Era uma *revolução* antiimperialista, porque buscava frear a rapina do império mais forte e voraz do mundo, tentando impedi-lo em seus avanços de conquista e exploração e questionando a tese de que ao sul do rio Bravo os povos necessitam da *proteção* do Norte.

Era uma *revolução* que pretendia tirar a Guatemala de seu atraso cultural, da falta de organização social, do não-direito de associação dos trabalhadores, da dependência e do isolamento internacional em que se encontrava o país. Os principais agentes desta mudança eram burgueses liberais ou progressistas e militares nacionalistas.

Era uma *revolução* de mudanças conjunturais e não estruturais.⁹ No entanto, não foi permitido à Guatemala buscar um desenvolvimento independente, pois isto significaria uma *ameaça* aos interesses econômicos norte-americanos.

O que na realidade ocorreu, foi uma ampliação das bases sociais de poder, chegando a classe média à estrutura administrativa do governo. Como se viviam os efeitos do pós-guerra — renovação econômica, política e cultural — não foi difícil buscar um projeto que inicialmente agradasse a quase todos.

A eleição do coronel Arbenz

Uma vez promulgada a nova Constituição da República (1945), redigida e aprovada por uma Assembléia Constituinte da qual participaram representantes de todas as classes sociais e credos políticos, começou o governo de Arévalo a fazer as reformas necessárias ao país. A nova Carta permitia a organização social, concedia autonomia à Universidade Nacional, criava o cargo de chefe das Forças Armadas e apresentava avanços nos setores político, econômico, social e cultural.¹⁰ Foi um período difícil, marcado pelo perigo do golpe de Estado e tentativas de subversão.¹¹

Ocorre que a ampla coalizão de forças que derrubou o ditador Ubico em 1944 começa a se erosionar na proporção em que o governo de Arévalo, representante típico da intelectualidade pequeno-burguesa, avança no campo das reformas. O setor conservador

Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua e Panamá), possuía investimentos na Europa e África. Abriu sua primeira divisão na Guatemala em 1906, e com o apoio dos ditadores de então, passou a dominar a economia do país, sendo um estado dentro de outro.

⁸ A matriz da *United Fruit Company* estava sediada na cidade de Boston, nos Estados Unidos.

⁹ Assim define Edelberto Torres Rivas a *Revolução de Outubro*: "Foi o começo de um novo ciclo econômico que sem debilitar, como em outras latitudes, a economia cafeeira, eixo indiscutível da vida nacional, apresentou como possibilidade não atingida ainda, o desenvolvimento industrial e a diversificação agrícola; inaugurou também uma nova forma de convivência política, qual seja, uma vida democrática e as possibilidades de organização e participação popular ampliadas". Guatemala: Medio Siglo de História Política. In: GONZALEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de medio siglo*, vol. 2, 4ª edição, Editora Século XXI, México, 1987, p. 152.

¹⁰ Concedeu-se o direito de voto ao analfabeto e à mulher; a livre organização de partidos e entidades sociais; a autonomia municipal; a representação de minorias eleitorais e a liberdade de imprensa, criando-se um clima de tolerância e estímulo para o debate ideológico, o que contribuiu, no meio rural, a erosionar a estrutura patriarcal-autoritária. *Idem*, p. 153.

¹¹ Apenas o governo de Arévalo sofreu 28 tentativas de golpe de Estado, sendo uma delas, a de 18 de julho de 1949, comandada pelo próprio chefe das Forças Armadas.



anti-Ubico — composto por profissionais ligados à riqueza agrária, comerciantes importadores, empresários médios e alguns políticos — se opôs à candidatura popular de Juan José Arévalo e fez uma forte oposição ao seu governo (1945-1951).

Em 1950 houve eleições para a presidência e, pela primeira vez, depois de muitas décadas, um governo entregava democraticamente ao seu sucessor o comando do país. O coronel Arbenz foi eleito presidente da Guatemala com 65% dos mais de 400.000 votos emitidos.¹² Era o homem mais qualificado para aprofundar e dar continuidade às reformas de base iniciadas por Arévalo. No entanto, encontraria a oligarquia local altamente irritada pelas reformas do primeiro governo revolucionário, a burguesia já em franca oposição, setores da classe média descrentes, alguns chefes militares não aceitando os avanços democráticos e a Guerra Fria desencadeada pelos Estados Unidos defendendo a estratégia da *contenção global*. Daí que qualquer reforma democrático-burguesa fosse apresentada como obra do *comunismo internacional*, principalmente se a mesma acontecesse no *quintal* dos Estados Unidos. O próprio Arévalo reconhecera que seu sucessor ou abandonaria os ideais da *Revolução de Outubro*, ou enfrentaria pressões quase intransponíveis para consolidá-los. Arbenz, um militar nacionalista, optou pela segunda alternativa.

¹² Nas eleições livres de 19 de dezembro de 1944, a primeira acontecida na história do país, Arévalo obteve 86% dos votos emitidos.

As reformas de Arbenz

Jacobo Arbenz Guzmán tomou posse da presidência em 15 de março de 1951. Sabia da difícil tarefa que o esperava, porém tinha esperanças de transformar a Guatemala e estava decidido a levar a cabo o programa de reformas para o qual fora eleito.

“Nosso governo propõe-se a iniciar o caminho do desenvolvimento econômico da Guatemala, tendendo para os três objetivos básicos: 1) transformar nosso país, de uma nação dependente e de uma economia semi-colonial, em um país economicamente independente; 2) transformar a Guatemala, de país atrasado e de economia predominantemente feudal, em um país moderno e capitalista; 3) fazer com que estas transformações aconteçam de tal forma que elevem ao máximo possível o nível de vida das grandes massas populares.”¹³

Como o governo de Arévalo havia investido muito nos setores político-sociais, a Arbenz coube o desafio maior: a reforma agrária. Para efetuar-la, o governo teria que enfrentar a oligarquia latifundiária, pois 2,2% da mesma ainda era proprietária de 70,5% das terras cultiváveis do país, sendo que 57% dos camponeses nada possuíam. Além do mais, a *United Fruit Company* (e sua subsidiária, a Companhia Agrícola da Guatemala) dispunha de 230.000 hectares sem cultivar, o que equivale a 7% das terras aráveis do país. Levando-se em conta que 259.169 propriedades, todas inferiores a 3,5 hectares, cobrem 8% das terras da Guatemala, a empresa norte-americana tinha uma preponderância assustadora sobre o território nacional.¹⁴ Grande parte destas terras foram presenteadas pelos tiranos *fruteros* em troca de apoio às suas ditaduras.

A reforma agrária era imprescindível para tirar a Guatemala de uma situação de dependência estrutural, de economia de enclave,¹⁵ pondo-a em um sistema capitalista moderno e produtivo. Por isso, Arbenz buscou um desenvolvimento nacional independente e, estrategicamente, usou a burguesia para uma tarefa dupla, qual seja, a de fortalecer o mercado interno contra os interesses dos latifundiários e o de ampliá-lo, enfrentando os imperialistas.¹⁶ Isto com base em uma ativa mobilização e em favor das massas populares. No dia 17 de junho de 1952, o Congresso Nacional aprovou a iniciativa do Presidente e decretou a Lei de Reforma Agrária, o tão conhecido e famoso Decreto 900.¹⁷

A reforma agrária afetava unicamente as terras não cultivadas das grandes fazendas. As propriedades com menos de 90 hectares não estavam sujeitas à reforma, tampouco aquelas entre 90 e 270 hectares que fossem cultivadas em seus dois terços. As fazendas de qualquer

¹³ ARBENZ GUZMAN, Jacobo. Discurso pronunciado no dia em que tomou posse da Presidência da República e citado em *Transformación económica de Guatemala*, Edições Estrela da América Central, 1951, p. 7.

¹⁴ *Censo Agro-pecuário*, Guatemala, 1950.

¹⁵ “ (...) O enclave é a base econômica do poder político do governo oligárquico. Ao mesmo tempo, é a cadeia mais visível de sua dependência a respeito do imperialismo. Na medida em que o enclave é próspero, cresce a penetração imperialista no país dependente e aumenta o poder e a tenacidade do governo oligárquico. Quando estas condições econômicas se combinam com o apoio do clero, das forças armadas e da burocracia pública, o regime pode ter uma longa vida, como nos casos de Díaz no México, Gómez na Venezuela e Leguía no Peru, para mencionar apenas estes casos notáveis”. IANNI, Octávio. *La Formación del Estado Populista en América Latina*. Editora ERA, México, 1973, p. 72-73.

¹⁶ Cabe lembrar que uma das causas do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos foi o fortalecimento de seu mercado interno. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República* (Das origens a 1889), Editora Alfa Omega, 4ª edição, Nº 1, São Paulo, 1982, p. 25-38.

¹⁷ A reforma agrária de Arbenz não foi apenas um ato administrativo, mas teve a participação efetiva das bases na estratégia de realização da mesma. Criou-se, por exemplo, ao redor de 1500 comitês agrários locais para debater democraticamente o processo expropriatório e assegurar uma mobilização política para a consecução da mesma.

extensão que fossem totalmente produtivas também não seriam expropriadas. O Decreto 900, em seu artigo 1º, assim definia a reforma agrária: "...liquidar a propriedade feudal no campo e as relações de produção que dela se originam para desenvolver uma forma de exploração e métodos capitalistas de produção na agricultura, preparando o caminho para a industrialização da Guatemala."¹⁸

A *United Fruit Company*, proprietária da maior parte das terras ociosas em todo o país, não participava do esforço de produção nacional, sendo, portanto, necessário expropriá-las.¹⁹

Enquanto o governo de Arbenz confiscava as terras da oligarquia local, não houve nenhum atrito mais sério com os Estados Unidos. O conflito começou exatamente quando se deu a primeira expropriação da *United Fruit Company*, em março de 1953.²⁰ Cabe lembrar que em janeiro do mesmo ano chegava ao poder o partido republicano, cujos líderes visíveis da nova administração eram: o presidente general Dwight Eisenhower, o vice-presidente Richard Nixon, o secretário de Estado John Foster Dulles e o chefe da Agência Central de Inteligência Allan Dulles. Alguns deles estavam diretamente envolvidos com os negócios da *United Fruit Company*.

Tanto é verdade que, de imediato à primeira confiscação de terras da *United Fruit Company* (vinte e um dias depois), o Departamento de Estado fez um protesto formal ao presidente da Guatemala. Dizia que "o governo dos Estados Unidos via com preocupação a aplicação da Lei de Reforma Agrária nas terras da *United Fruit Company*" e expressava sua desconfiança sobre as intenções do governo guatemalteco ao aplicar tal lei "tornando impossível a continuação das operações da *United Fruit Company*".²¹

O Departamento de Estado (DE) e a *United Fruit Company* (UFCO) começam, então, uma articulação para derrotar a reforma agrária de Arbenz, bem como o seu governo. A estes dois juntou-se a Agência Central de Inteligência (CIA) formando o triângulo (DE-UFCO-CIA) que vai torpedear a democratização guatemalteca. Além da reforma agrária,²² desagradava muito aos Estados Unidos a presença e influência de comunistas no governo de Arbenz.²³

A reação do imperialismo

À medida que a reforma agrária avançava, expropriando cada vez mais terras da oligarquia local, da Igreja Católica e principalmente da *United Fruit Company* - indenizando-os com obrigações do governo guatemalteco a um prazo de vinte e cinco anos e com taxas de juros de 3% — as forças reacionárias internas e externas passaram a planejar a queda de Arbenz e de seu projeto democrático.

¹⁸ Decreto 900, *Lei de Reforma Agrária*, Guatemala, Tip. Nac., 1952, p. 5.

¹⁹ O governo de Arbenz expropriou 495.843 hectares de terras ociosas, entregando-as - em propriedade, usufruto ou forma de cooperativa - a mais de 100.000 camponeses e concedeu-lhes créditos no valor de 18 milhões de dólares.

²⁰ Foi a primeira grande desapropriação, e a maior de todas, pois retirou da *United Fruit Company* 239.624 acres em Tiquisate, perto da costa do Pacífico.

²¹ TORIELLO GARRIDO, Guillermo. op. cit., p. 79 e s.

²² Também estavam os Estados Unidos preocupados com as greves de operários nas plantações da *United Fruit Company* e a expulsão do embaixador norte-americano Patterson por interferência nos assuntos internos da Guatemala.

²³ Daniel James escreveu em 1954 um vasto trabalho denunciando a presença do comunismo internacional na Guatemala como estratégia para sua penetração na América Central, e por extensão, em toda a América Latina. *Plano Vermelho para as Américas*. Editora Ipanema, Rio de Janeiro, 296 p.

O triângulo DE-UFCO-CIA, com a ajuda subsidiária dos agentes de Franco, da Igreja Católica²⁴ e da oligarquia local — sob a liderança do procônsul John Peurifoy, embaixador norte-americano na Guatemala — realizam todo tipo de artimanhas contra o governo constitucional de Arbenz, tais como: acusa-se sistematicamente a Guatemala de estar favorável ao *comunismo internacional* e de que a União Soviética começa a montar uma *cabeça-de-praia* como estratégia para chegar ao continente americano; nega-se o Departamento de Estado a autorizar a venda de equipamento militar à Guatemala, alegando que esta restrição obedecia à Lei de Ajuda Mútua para a Defesa e ao mesmo tempo pressiona a que os países europeus façam o mesmo, sendo Arbenz obrigado a comprar armas da Tchecoslováquia para preservar sua *revolução* ameaçada; faz-se propaganda em toda a América Latina contra a Guatemala, por haver comprado armamento de um país socialista; enfim, prepara-se (DE-UFCO-CIA) a invasão do país, tendo sempre a preocupação de apresentá-la como uma rebelião interna.²⁵

Paulatinamente, os Estados Unidos conseguem isolar a Guatemala dos demais países centro-americanos e estimulam os governos regionais a tomar atitudes agressivas e provocadoras contra a democratização de Arbenz. Honduras e Nicarágua²⁶ são os primeiros a aderir aos planos intervencionistas de Washington e preparam, sem nenhum constrangimento, a invasão armada.

A imprensa conservadora da América do Sul, comandada pela estadunidense, apresenta a terra de Miguel Angel Astúrias como um *perigo vermelho* para todo o continente, sendo necessário extirpá-lo o mais rápido possível e a qualquer preço.

Depois desta constante e sistemática campanha contra a Guatemala na América Latina e nos Estados Unidos, acrescida das divisões internas nas instituições provocadas pela Agência Central de Inteligência, tudo estava preparado para a queda de Arbenz. Começa então, comandada pela Agência Central de Inteligência, a invasão armada a um país cujo governo apenas desejava um capitalismo mais moderno para seu povo, e soberania e independência para o Estado. A Guatemala ficou absolutamente só na América Latina, nesta luta de um grande país pequeno contra o maior *estado imperial* do mundo.

A resistência de Arbenz

O presidente Arbenz teria condições de resistir e inclusive vencer os mercenários armados e treinados pelos Estados Unidos. Infelizmente, porém, cometeu muitos erros que lhe custaram o cargo e com isso a esperança de uma grande maioria: a *Revolução de Outubro*.

²⁴ No mês de janeiro de 1954 realizou-se uma fervorosa cruzada de fé em defesa da propriedade privada, da tradição e da família. A 13 de maio do mesmo ano, fase final do governo de Arbenz, entrou no ar uma potente rádio clandestina a serviço da contra-revolução. Esta emissora estava instalada no Santuário do Senhor Jesus de Esquipulas, Cristo negro da época colonial e a imagem mais venerada pelo povo católico da Guatemala, na cidade do mesmo nome, perto da fronteira de Honduras. Veja-se TORRES-RIVAS, Edelberto. *La caída de Arbenz y los contratiempos de la revolución burguesa. Historia y Sociedad*, n° 17, p. 38. México.

²⁵ Sobre os planos da CIA para a invasão da Guatemala vejam-se SCHLESINGER, Stephen & KINZER, Stephen. *Fruta Amarga - La C.I.A. en Guatemala*, Século XXI, várias edições, México, 1987 e NEUBERGER, Günter & OPPERSKALSKI Michael. *La CIA en Centroamérica y el Caribe*. Editora José Martí, Cuba, 1985.

²⁶ Uma suposta ingerência da Guatemala em uma greve dos trabalhadores da *United Fruit Company* em Honduras foi o pretexto usado pelo governo de Juan Manuel Gálvez para participar da invasão ao país vizinho e a Nicarágua estava nas mãos do tirano Anastácio Somoza, responsável direto pelo assassinato de Sandino e representante dos interesses norte-americanos desde 1937.

Seu primeiro grande e decisivo equívoco foi o de confiar cegamente na lealdade do exército. Pretendia a *revolução* reorganizar o exército nacional, transformando-o em uma instituição apolítica do Estado, com o fim de torná-lo o guardião das instituições, o defensor da Constituição e o garantidor da ordem pública. Assim, tentava-se mudar a sua função de antigo defensor das tiranias, repressor do povo, apoiador das oligarquias e monopólios estrangeiros, para o de protetor de uma Guatemala moderna. Não sendo possível atingir tais objetivos devido à brevidade do tempo, Arbenz deveria avaliar melhor que tipo de exército possuía em um momento de crise.²⁷

Como homem nacionalista que era, e tendo sido educado em uma academia militar, acreditava na hierarquia das Forças Armadas. Jamais pensou que a instituição militar desobedecesse ao comandante-em-chefe da mesma. Allende cometera o mesmo erro, mais tarde, no Chile.

Arbenz deveria reestruturar o exército, educando-o dentro dos princípios nacionalistas, e organizar as forças revolucionárias (partidos políticos, sindicatos, estudantes, camponeses, professores, profissionais liberais, a pequena burguesia) para a defesa do projeto de democratização. Ele previu que seu governo seria marcado pela crise permanente e que a reforma agrária seria o *leit motiv* da contra-revolução. E somente é possível avançar e aprofundar as reformas de base quando se dispõe de forças suficientes para garanti-las. A uma revolução, tenha o caráter que tiver, somente se a defende com as armas nas mãos de um povo organizado. Infelizmente, não se desenvolveu a luta política no seio das classes e de suas organizações. Portanto, não houve presença e tampouco ação das massas para conter a estratégia contra-revolucionária²⁸. O Estado ficou isolado por fora e quebrado por dentro.

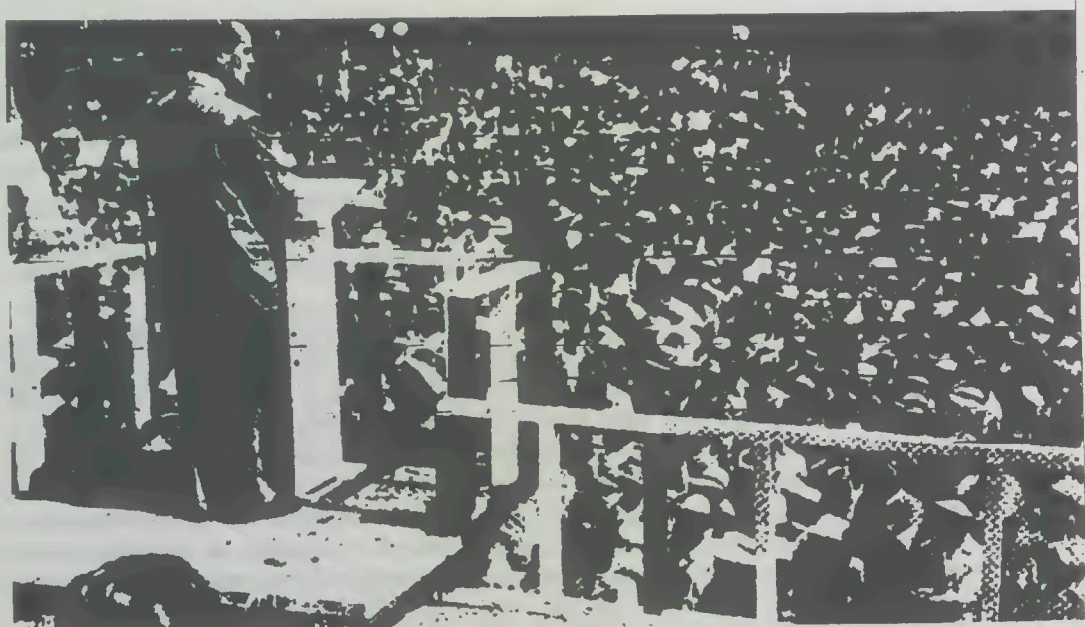
O segundo erro do coronel Arbenz, apesar do exército de que dispunha, foi o de não tentar a resistência na capital e, se derrotado, transferir a luta para algum ponto do país, já que nas forças armadas haviam muitos oficiais leais ao presidente. Muitos deles, inclusive, estavam dispostos a lutar até as últimas conseqüências para salvaguardar a constitucionalidade e a democratização. Tanto isto é verdade, que uma vez derrotado o governo, muitos se retiraram para a clandestinidade, organizando a luta armada contra o novo ditador.

Caso Arbenz não conseguisse o efeito desejado, poderia lançar mão da resistência através de uma força guerrilheira, pois o mesmo possuía forte base de apoio no campo, devido ao seu programa de reforma agrária.

O terceiro erro do governo da *Revolução de Outubro* foi o de permitir, à plena luz do dia, as maquinações intervencionistas da embaixada norte-americana. Nenhum governo soberano, e além do mais *revolucionário*, poderia sofrer tamanha ingerência externa por parte do embaixador John Peurifoy ou interna por conta do bispo *frutero* Mariano Rosell Arellano. Arbenz deveria expulsar o diplomata norte-americano e neutralizar a oposição reacionária interna, eliminando as bases de apoio que encontrariam os mercenários invasores da CIA.

²⁷ Uma vez desatada a invasão, muitos chefes militares desertaram, pressionados pelo embaixador norte-americano, ocasionando um efeito desmoralizador entre líderes políticos e o próprio presidente.

²⁸ A queda de Arbenz, segundo publicações de um Comitê Especial do Senado norte-americano, foi o primeiro plano bem sucedido da Agência Central de Inteligência, perpetrado contra vários governos estrangeiros. Um tema de nacionalização foi convertido em um problema político-militar-ideológico com a União Soviética. É a montagem do primeiro processo contra-revolucionário que mais tarde vai tomar conta de toda a América Latina, sendo a política externa norte-americana incompetente para tratar com os movimentos progressistas da região. Veja-se TORRES-RIVAS Edelberto. *La caída de Arbenz y los contratiempos de la revolución burguesa*. op. cit., p. 32.



Finalmente, o governo da Guatemala, ao fazer uma *revolução*, ainda que democrático-burguesa, no *quintal* dos Estados Unidos e perto do Canal do Panamá, deveria buscar apoio em algum país fora do continente.²⁹ Bolívar já havia defendido esta tese no processo de emancipação das colônias espanholas, e caso Fidel Castro não se equipasse com armas soviéticas, provavelmente a Revolução Cubana estivesse condenada ao fracasso.

Posição da OEA e da ONU

Tanto o organismo regional como o internacional adotaram uma atitude pró-imperialista frente à crise guatemalteca. Na X Conferência Inter-Americana de Caracas — março de 1954 — os Estados Unidos manobram as delegações conseguindo uma condenação da OEA à “intervenção do comunismo internacional no Continente”³⁰ e que o governo da Guatemala estava impregnado dele. Na realidade buscava-se o apoio político dos países da região para por em prática seu plano contra-revolucionário, já em estado avançado. Pretendia a delegação estadunidense, sob o comando de John Foster Dulles, pôr a Guatemala de Arbenz no banco dos réus, apresentando-a como uma ameaça a todo o continente e assim ter as mãos livres para derrotar um governo que havia questionado o “condutor do mundo ocidental”, “o defensor da civilização cristã”, “o campeão da democracia”, “o paladino de todas as liberdades” e o único a ser protagonista de uma “verdadeira

²⁹ A Revolução Mexicana, o governo de Lázaro Cardenas (1934-1940) bem como a propaganda contra os ditadores europeus montada pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial influenciaram os guatemaltecos a lutar pela sua democratização. No entanto, qualquer avanço além da *democracia representativa* causaria apreensão aos Estados Unidos. Daí a necessidade estratégica de buscar apoio externo para garantir as futuras pressões lideradas pela Casa Branca.

³⁰ A OEA, organismo político regional destinado a defender os interesses norte-americanos durante a guerra fria, tem-se manifestado a favor de um anti-comunismo cego e torpe. Em 1948, na cidade de Bogotá, a OEA aprovou uma resolução em que o comunismo internacional, por sua “natureza anti-democrática e suas tendências intervencionistas”, não se ajusta ao “conceito americano de liberdade”. Já em abril de 1951, em Washington, numa reunião de ministros de Relações Exteriores, a resolução de Bogotá

revolução”. Basicamente em torno destas idéias trabalharam todo o tempo os representantes norte-americanos.

A delegação guatemalteca, porém, preparada para este tipo de pressão, inverteu os papéis pondo os Estados Unidos no banco dos acusados. Guillermo Toriello Garrido, ministro de Relações Exteriores da Guatemala, em um discurso que se tornou famoso, fez uma magistral defesa da *Revolução de Outubro*, condenando a ingerência norte-americana nos assuntos internos de seu país, anunciando os planos da invasão armada, desmascarando o pan-americanismo e conclamando a América Latina a juntar-se à causa de seu povo.

“Estes mesmos privilegiados (refere-se aos Estados Unidos, WJR) também têm recorrido ao incentivo e sustento de complôs e atos subversivos para derrubar pela força um governo que conta com o verdadeiro respaldo de seu povo e que não necessita de apadrinhamentos externos para manter-se no poder. Têm aconselhado o boicote e agressão econômica contra a Guatemala a partir da imprensa e até de tribunas de parlamentos. Não contentes ainda, e em vista do fracasso de todos os seus intentos, agora, invocando novamente a palavra sagrada da democracia e repetindo o pretexto absurdo de que a Guatemala é uma *cabeça-de-praia do comunismo na América*, e que a pequena república constitui uma ameaça à segurança de todo um continente, se atrevem a cometer o último atentado, já não somente contra a Guatemala, mas sim contra o mais sólido cimento do pan-americanismo, propiciando uma intervenção aberta no governo guatemalteco.³¹

Ao final, todas as delegações votaram favoravelmente aos Estados Unidos condenando o *comunismo internacional e sua ingerência na Guatemala*, com exceção do México e da Argentina, que se abstiveram, e da Guatemala, que logicamente se posicionou contrária. Apesar de estar perdida a luta política, este discurso teve uma grande repercussão, pois até então nenhum governo latino-americano se atrevera a contradizer os delegados de Washington em uma reunião internacional, menos ainda a atacar a sua política imperialista. A grande maioria dos governos latino-americanos deixou a Guatemala absolutamente só frente ao *gigante de sete léguas*.³²

Mais tarde, quando o país já estava sendo invadido, apelou o governo de Arbenz à ONU e esta, manobrada pelos Estados Unidos e seus aliados, fez caso omissivo da situação, afirmando ser ela competência da OEA. A Comissão de Inquérito do organismo regional, que partiria para a região centro-americana, propositalmente retardou sua viagem, fazendo com que a situação se deteriorasse e Arbenz fosse coagido a renunciar. A única voz a protestar na ONU contra a invasão armada foi a do representante da União Soviética.

Os dois organismos — OEA e ONU — nada fizeram para evitar a invasão a um país soberano com um governo legitimamente constituído. Foi um ato de traição da OEA e da

foi reforçada ao se pedir uma cooperação internacional “visando à erradicação de qualquer ameaça de atividade subversiva que possa pôr em perigo a democracia e o estilo de vida livre nas Repúblicas Americanas”. Finalmente, em Caracas, a OEA afirmou “que a dominação ou controle das instituições políticas de qualquer Estado Americano pelo movimento comunista internacional, estendendo a este Hemisfério o sistema político de uma potência extracontinental, constituiria uma ameaça à soberania e à independência política dos Estados Americanos, pondo em perigo a paz da América, e exigiria a convocação de uma Reunião de Consulta destinada a considerar a adoção de uma atitude apropriada, segundo os tratados vigentes”. Veja-se JAMES, Daniel. op. cit., pp. 264-265.

³¹ TORIELLO GARRIDO, Guillermo. op. cit., p. 114.

³² Houve manifestações populares pelo menos em dez países da América Latina, aumentando na região o sentimento antiimperialista. No Brasil, por exemplo, cujo governo apoiou os Estados Unidos na X Conferência Inter-Americana de Caracas e na ONU, o Partido Socialista promoveu um ato público de apoio à Guatemala e três membros da Câmara Municipal do Rio de Janeiro defenderam abertamente o governo de Arbenz. Veja-se JAMES, Daniel. op. cit., p. 8.

ONU que manchou suas histórias, pôs em dúvida suas existências e questionou a operacionalidade de tais organismos quando estão em jogo interesses imperialistas. Dag Hammarskjöld, então secretário-geral da ONU, ficou tão indignado diante das maquinacões norte-americanas que ameaçou renunciar.³³

Por que fracassou a *Revolução de Outubro* ?

Primeiro, por uma questão geopolítica, já que a Guatemala está na América Central, região completamente dominada pelos Estados Unidos e qualquer mudança, por menor que seja, não pode afetar os interesses hegemônicos de Washington.

Segundo, no contexto político internacional se vivia a paranóia da Guerra Fria³⁴ e a da Coréia apenas havia terminado, o macarthismo estava no seu auge e seria muito difícil ao *estado imperial* assimilar uma mudança, ainda que democrático-burguesa, em uma área considerada de inteira influência de Washington. Ademais, o movimento guatemalteco se encaixava dentro da conhecida versão leninista das etapas revolucionárias, proclamada na III Internacional Socialista: “Que primeiro haja capitalismo para poder destruí-lo”

Terceiro, as soluções da revolução eram reformistas e como tais debilitavam sua base de apoio e resistência. As burguesias nacionais são mais burguesas que nacionais, sendo antiimperialistas apenas enquanto auferem vantagens. Quando as classes marginalizadas se organizam e adquirem poder, a burguesia também passa a acusá-la de comunista. E na Guatemala de Arbenz alguns indígenas já haviam sido eleitos para cargos políticos no interior do país.

Quarto, esqueceu-se da luta de classes.

Conclusões

Enganam-se aqueles que pensam que a *Revolução de Outubro* foi ao exílio com Arbenz, e que a esperança do povo guatemalteco desapareceu. Uma vez derrotado o governo, os princípios revolucionários passaram a orientar as pessoas, grupos, partidos políticos e inclusive países. A *fracassada revolução* guatemalteca deixou lições históricas.

Os diversos grupos guerrilheiros existentes até os dias de hoje são filhos ideológicos da *Revolução de Outubro* que, uma vez fechadas todas as possibilidades de mudança através da legalidade, optaram pela via armada. Tais grupos, às vezes mais organizados e fortes e outras menos, buscam uma unidade (Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca-URNG) na luta contra os governos ditatoriais que sucederam a este período de democratização. O exército, apesar da grande ajuda norte-americana, não consegue exterminá-los.

A *Revolução de Outubro* desempenhou um papel importante sobre a Cubana, principalmente por estar Ernesto Guevara de la Serna (*El Che*) na Guatemala quando da queda de

³³ CONNELL-SMITH Gordon. *El Sistema Interamericano*. Fondo de Cultura Económica, México, 1971, “El caso de Guatemala”, p. 271-280.

³⁴ A Guatemala, ao aceitar o apoio do bloco soviético em maio de 1954 – ainda que tímido – levou os Estados Unidos a movimentar suas forças nucleares estratégicas, enviando bombardeiros à Nicarágua para tranquilizar a dinastia dos Somoza. HALLIDAY, Fred. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. Fondo de Cultura Económica, México, 1989, p. 56-57.

Arbenz, alertando mais tarde Fidel Castro a tomar medidas exatamente contrárias às do país centro-americano. "Cuba não é Guatemala", disse depois Castro.

O anti-norte-americanismo se acentuou muito na América Latina depois dos acontecimentos da Guatemala, a tal ponto que quando Richard Nixon, vice-presidente dos Estados Unidos, e Nelson Rockefeller, governador do Estado de Nova Iorque, fizeram viagens de trabalho ao continente, houve manifestações violentas em todos os países visitados por ambos.

Depois da derrota de Arbenz, aumentaram a unidade e a consciência dos povos da região para enfrentar as intervenções imperialistas e seus monopólios econômicos. Hoje é Guatemala, amanhã poderá ser qualquer outro país.

Por último, a *Revolução de Outubro* obrigou os governos da América Latina e os organismos regionais e internacionais a tomar uma posição frente a um pequeno grande país que, através de uma revolução democrático-burguesa, buscava um sistema capitalista mais moderno e avançado, com um Estado soberano e independente.

Michel Foucault en el espejo de Clio*

Carlos Antônio Aguirre Rojas**

"...Michel Foucault es un hombre de primerísimo plano, un hombre excepcional... su característica es la de ser el pensador de una época, quieralo o no".

Fernand BRAUDEL, Entrevista en *Mondoperaio*, num. 5, mayo de 1980.

La complejidad de la obra de Michel Foucault

Michel Foucault comparte, con toda una serie de grandes pensadores críticos que han trabajado sobre lo social, la condición de ser un personaje intelectual difícilmente clasificable. Y así, al igual que autores como Wilhelm Reich, Walter Benjamin o Fernand Braudel, Foucault resulta uno de esos intelectuales cuya lectura es al mismo tiempo imposible de *encasillar* dentro de una sola de las diferentes ciencias sociales hoy vigentes, dentro de ese limitado *episteme* cuadrículado que hoy constituye este universo de las diferentes disciplinas que se ocupan de lo social humano en la historia, y cuya obra resulta también complicado adscribir a alguna de las grandes tendencias o corrientes de pensamiento, establecidas por la categorización consagrada y simplificada en torno a la mucho más compleja historia de las ideas del propio siglo XX.

Pues frente a la dificultad de captar ese pensamiento que intentair hacia el develamiento de las profundidades últimas, subyacentes dentro de las estructuras de construcción de los discursos, en los mecanismos de constitución de los poderes, o en los dispositivos de estructuración de ciertos comportamientos y de ciertas prácticas desplegadas en el campo de la sexualidad o de la formación del *yo*, se han multiplicado entonces las caracterizaciones y los calificativos, que nos hablan de un Michel Foucault que sería, según estas diferentes miradas que intentan connotarlo, uno de los representantes principales del *estructuralismo*

* Exposición presentada en la Mesa Redonda *Michel Foucault y la Historia* realizada en el IFAL el 1 de junio de 1994.

** Investigador de Tiempo Completo en el Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México
- UNAM

francés, o también un pensador de derecha y antimarxista, o luego el filósofo de la generación francesa del 68, pero igualmente y en otras interpretaciones, un pensador que no habría sido estructuralista y que iría más bien más allá del estructuralismo y de la hermenéutica, o el autor de una obra crítica que incidiría radicalmente en el campo de los conocimientos admitidos, o también un verdadero *maitre à penser* para los intelectuales contemporáneos.¹

Pensador entonces que ha recorrido un complejo itinerario intelectual, en el que ha ido afinando, profundizando y hasta modificando en cierta medida importante sus conceptos, sus temas y sus problemáticas centrales, a la vez que va incorporando en su propio pensamiento los resultados de los debates y las críticas que su propia obra ha suscitado, Michel Foucault se presenta también como un autor particularmente sensible a las distintas experiencias, coyunturas y atmósferas culturales en las que se ha visto envuelto, y al ritmo de las cuales evoluciona y madura también el conjunto de sus diversos resultados y aportes intelectuales más importantes.²

Además, y para complicar todavía un poco su personalidad intelectual, y con ello la aprehensión de su obra, Foucault ha incursionado en varios campos diversos, trabajando lo mismo en el tema de las condiciones de formación de los discursos, que en el de las redes



¹ Para estas distintas interpretaciones de la figura de Michel Foucault, cfr. por ejemplo François DOSSE, *Histoire du structuralisme*, (2 vols.), Ed. La Découverte, Paris 1991 y 1992; Michel Foucault, "Foucault responde a Sartre" en el libro *Saber y Verdad*, Ed. Las ediciones de la Piqueta, Madrid, 1991; François DOSSE, "Foucault face à l'histoire" en revista *Espaces Temps*, num. 30, Paris, 1985; Hubert L. DREYFUS y Paul RABINOW, *Michel Foucault: más allá del estructuralismo y la hermenéutica*, Ed. UNAM, México, 1988; Rosário G. DEL POZO y Francisco VAZQUEZ, *Perspectivas de Foucault*, Ed. Imp. Gomez Caro y Gráfica Los Palacios, Villafranca, 1987 o Fernand BRAUDEL, "Entrevista a Marco d'Eramo" en revista *Mondoperaio*, *Revista mensile del Partito Socialista Italiano*, num. 5, mayo de 1980.

² Para una reconstrucción global y mas bien descriptiva de este itinerario intelectual cfr. la biografía de Didier ERIBON, *Michel Foucault. 1924-1984*, Ed. Flammarion, Paris, 1989. Para un ejemplo de la maduración de los conceptos y de las hipótesis generales de Foucault, en torno a su importante concepto de *episteme* y su reelaboración en el concepto de *dispositivo* cfr. la entrevista diálogo "El juego de Michel Foucault" en el libro *Saber y Verdad*, cit.

y dispositivos de las relaciones de poder, pero también en el estudio de los procedimientos regulados de expresión de la sexualidad, abordando desde estos horizontes cuestiones como la locura, la formación del yo, la prisión, la clínica o el saber.

La obra de nuestro autor se muestra así como un complejo y variado universo de hipótesis, teoremas, análisis y exploraciones, susceptible de múltiples entradas y aproximaciones, como un pensamiento crítico, vivo y en movimiento del que pueden extraerse claves fructíferas y siempre novedosas para la interpretación de un gran número de problemas.

Dentro de este vasto y rico universo, quisieramos abordar solamente dos puntos, relativas a dos distintas conexiones de la obra foucaultiana con el territorio iluminado por Clío. La primera cuestión, la de una posible comparación general de ciertos trabajos de Michel Foucault, con los resultados de la historiografía francesa que le ha sido contemporánea, y frente a la cual se ha visto conminado a definirse en un momento determinado de su periplo intelectual. La segunda en cambio, respecto del rol específico que tanto nuestro personaje como su obra han jugado dentro de la historia real de la cultura y de la vida social francesas en torno de esa coyuntura, excepcional en tantos sentidos, que se ha inaugurado en el emblemático año de 1968.

A partir de estos dos puntos, creemos, será entonces posible esbozar algunas hipótesis respecto de las filiaciones que pueden establecerse entre el aporte de Foucault y el pensamiento crítico, a la vez que se acota la posible herencia del primero hacia el segundo. Igualmente y desde el segundo punto considerado, también intentaremos avanzar alguna posible explicación, tanto de las potencialidades como de los límites del pensamiento de nuestro autor, desde la ubicación de sus fundamentos históricos reales, que lo han convertido en el pensador más representativo y característico de una cierta época y de una singular generación.

Michel Foucault y la historiografía francesa

“Se trata de hacer de la historia una contra-memoria, y de desplegar en ella por consiguiente una forma totalmente distinta del tiempo”

Michel FOUCAULT, “Nietzsche, la genealogía, la historia”, 1971.

Si observamos el itinerario *global* de Michel Foucault, podremos darnos cuenta de que si bien todo su trabajo se aproxima y en ocasiones se vincula directamente con la historia, en cambio su conexión y su diálogo más explícito con la historiografía francesa, así como su intento de definición epistemológica respecto de ella, va a concentrarse de manera más intensa y determinante en la década de los años 60 y más particularmente en el período que abarca desde 1964 hasta 1971. Es decir, en esos singulares años que anteceden, coexisten y prolongan a dos fechas importantes de la historia cultural del hexágono francés: primero, a la fecha de 1966, que según algunos autores marca el punto de clímax de los distintos proyectos cobijados dentro de la nebulosa del estructuralismo francés³, y luego a la crucial

³ Cfr. el libro de François DOSSE, Histoire du structuralisme, cit., y en particular el tomo I, Le champ du signe, 1945-1966.

fecha de 1968, esa fecha de la gran ruptura cultural y civilizatoria, que habiendo alcanzado una difusión de dimensiones planetarias, ha tenido sin embargo en París a uno de sus epicentros más importantes.⁴

De este modo, si los primeros trabajos de Michel Foucault se encuentran mucho más cercanos a esa importante tradición francesa de historia de las ciencias, representada por las obras de Gaston Bachelard o de Georges Canguilhem, y deudores de los debates y de los desarrollos venidos de los horizontes de la filosofía impulsada por M. Merleau-Ponty, J. P. Sartre o J. Hypolitte, y sus obras de los años 70 y 80 se despliegan en los campos poco analizados por la historiografía francesa de nuestro siglo, de la historia de las tecnologías del poder y del disciplinamiento o también de la historia de la sexualidad o del cuerpo, los trabajos, artículos y hasta proyectos inconclusos que Michel Foucault elabora y publica entre 1964 y 1971, van en cambio a estar concentrados en su mayoría, en áreas o en problemáticas que tocan mucho más de cerca a los debates y a los horizontes de la historiografía francesa entonces en boga.

El segundo lustro de los años 60, será entonces para Michel Foucault un período de intenso diálogo y confrontación con los historiadores y con la historiografía franceses, a la vez que un momento de definición importante frente al proyecto filosófico de Jean Paul Sartre, y también al interior de la nebulosa de la moda estructuralista. Período importante de la biografía intelectual de nuestro autor, este es también el momento de su lanzamiento *mediático*, pues con la publicación de su libro *Las palabras y las cosas*, en 1966, Foucault va a convertirse en uno de los intelectuales franceses más conocidos dentro del hexágono y fuera de él. Con lo cual, estos años mencionados de 1964 a 1971 serán también, y desde todos esos diálogos polémicos ya referidos, años en los que Foucault se verá forzado a definir de manera más precisa sus propios perfiles intelectuales, situando a su propia obra en relación a esos horizontes de la filosofía, del estructuralismo y de la historiografía francesa de aquellos tiempos.

Y es en este contexto que debem ser leídos, tanto el ya citado libro de *Las palabras y las cosas* y su obra titulada *Arqueología del saber*, como los distintos artículos y entrevistas de esta misma época, e incluso, su proyecto no completado pero si concebido e iniciado de escribir una *Arqueología del saber histórico* que hubiese contemplado este problema desde el siglo XVI y hasta el presente.⁵

En todos estos textos, que van desde *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas* hasta el artículo *Nietzsche, la genealogía, la historia*, Foucault va tomando posición respecto de la historia, esclareciendo de esta manera el sentido de su proyecto intelectual dentro del horizonte de la producción historiográfica en curso. Y entonces, va a definir su trabajo como un eslabón nuevo dentro de una vieja cadena, que

⁴ Sobre este punto véase el artículo de Immanuel WALLERSTEIN, "1968, revolution in the world-system: theses and queries" en *Theory and Society*, vol. XVIII, num 4, 1989; Fernand BRAUDEL, "Domina la parola cambiamento, en el periodico *Corriere della Sera*, 7 de mayo de 1982 y Carlos Antónío AGUIRRE ROJAS, "1968: la gran ruptura" en el suplemento cultural *La Jornada Semanal*, num 225, México, octubre de 1993.

⁵ Vale a pena recordar el hecho de que el libro *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*, tenía originalmente el título de *El orden de las cosas. Una arqueología del estructuralismo*, que fué luego cambiado por Foucault. El libro no escrito sobre *la arqueología del saber histórico* tenía como título proyectado el de *El pasado y el presente. Otra arqueología de las ciencias humanas*. Es de desear que la Asociación Michel Foucault, que funciona hoy en París y es depositaria de todo el legado intelectual de Foucault, publique pronto los borradores de las partes que Foucault haya podido concretar sobre este proyecto. Sobre estos puntos, cfr. Didier ERIBON, *Michel Foucault. 1924-1984*, cit., y Francisco VAZQUEZ GARCIA, *Foucault y los historiadores*, Ed. de la Universidad de Cadiz, Cadiz, 1987. También en este último libro puede verse la bibliografía de los principales textos del periodo 64/71 a los que aquí hacemos referencia.

es precisamente la tradición de la *historia crítica*, esa historia marginal y a contracorriente del discurso dominante que tendría otros de sus representantes importantes en las obras de los historiadores ingleses marxistas de los años cincuentas y en adelante, o también en el proyecto revolucionario de Marc Bloch y de Lucien Febvre, tradición que el mismo Foucault hace remontar, en sus orígenes, al propio trabajo teórico realizado por Marx.⁶

Criticando entonces a la *historia de los filósofos* o al *mito de los filósofos sobre la historia*, lo que nuestro autor realiza es justamente una crítica de la historiografía positivista y empirista, de esa historia tradicional que en sus diversas variantes ha sido también confrontada por toda esta línea del *pensamiento crítico contemporáneo* que se inaugura efectivamente con el proyecto teórico de Marx, y que se prolonga de múltiples maneras, y en los diferentes campos del saber sobre lo social, en la teoría crítica de la escuela de Frankfurt, en ciertas variantes del psicoanálisis freudiano o en la misma historiografía de los primeros y segundos Annales, entre otros.⁷

Pues al definir por ejemplo, las diferencias entre la historia y la genealogía, lo que Foucault hace es acotar varios de los perfiles fundamentales de esa historia esencialmente *crítica*, vinculándose ciertamente con los autores que el mismo refiere. Entonces, frente a la continuidad lineal y simple de la historia tradicional, Foucault va a defender una historia o genealogía cuya clave es la discontinuidad, y en consecuencia, una historia compleja y llena de encrucijadas sucesivas, en la que el pasado que *ha acontecido* lo ha hecho solamente sobre la *negación y derrota* de muchos otros pasados virtuales, que habiendo sido también caminos posibles del devenir histórico en un momento dado, han terminado por ser dejados de lado, luego de sucumbir dentro del conflicto, frente a esa línea del presente/pasado que ha resultado finalmente dominante y victoriosa.

Retomando de esta forma esa enorme densidad del pasado, oculta siempre a la mirada de la historia tradicional, y proponiendo su restitución necesaria, Foucault avanza en la idea, también cara a la tradición del pensamiento crítico, de ver esa historia *a contrapelo*, a contracorrientes de sus líneas dominantes. Y así, en vez de partir de *hechos evidentes* como hace la historiografía positivista, se tratará de *disolver las evidencias*, convirtiendo lo inmediatamente dado y *aparentemente* lógico y natural en un *problema*, en un acertijo o pregunta *abierto* que solo puede ser respondido desde la crítica fundada y desde la disolución de esas *apariencias/evidencias* cuya verdadera función es la de expresar/ocultar a las reales esencias de los fenómenos históricos.⁸

Historia crítica opuesta al modelo de la historia convencional, que se desplazará también de los procedimientos y de los marcos conceptuales de esta última, reconstruyendo nuevas formas y horizontes desde los cuales abordar el análisis histórico. Y entonces, a la causalidad lineal y al modelo del tiempo continuo y también unilineal, la historia crítica

⁶ Cfr. el artículo "Foucault responde a Sartre" cit., y también la "Introducción" del libro *La arqueología del saber*, Ed. Siglo XXI, México, 1970.

⁷ Sobre estos puntos véase Carlos Antonio AGUIRRE ROJAS, "Between Marx and Braudel: making history, knowing history" en *Review*, vol. XV, num. 2, 1992, "dalle Annales rivoluzionarie alle Annales marxiste" en *Rivista di Storia della Storiografia Moderna*, año XIV, num. 1/2, 1993 y "Convergencias y divergencias entre los Annales de 1929 a 1968 y el Marxismo. Ensayo de balance global" en *Historia Social*, num. 16, Valencia, 1993.

⁸ Sobre estos puntos véase el artículo de Michel Foucault "Nietzsche, la genealogía, la historia" en el libro *Microfísica del poder*, Ed. Las ediciones de la Piqueta, Madrid, 1992. No es casual, por lo demás, que la lectura de este texto nos recuerde inmediatamente las "Tesis sobre la filosofía de la historia" de Walter Benjamin (cfr. este ensayo, en su libro *Essays 2, 1935-1940*, Ed. Donoel, Paris, 1983), texto donde se defiende esta misma historia vista a contracorriente.

opondrá una visión de múltiples causalidades imbricadas y una nueva teoría de las diferentes temporalidades sociales.⁹

Finalmente, y frente a la pretensión de los positivistas de rescatar *todo el pasado*, buscando siempre obsesivamente los orígenes de los fenómenos históricos y ordenándolos según el modelo del relato y en un esquema de análisis evolutivo, Foucault va a proponer una historia conscientemente selectiva, que se interesa solamente por aquellos hechos que resultan fundamentales para la explicación del problema abordado, y que establece, más que orígenes procedencias, exponiéndose a través de un modelo mucho más comparativo y descriptivo, y dentro de un análisis arqueológico mucho más puntual y construido en función de los recortes de los puntos analizados.

Historia pues profundamente diversa del mito filosófico sobre la historia o de la historia tradicional, que efectivamente entronca el proyecto de Michel Foucault con esa profunda y siempre innovadora tradición del pensamiento crítico contemporáneo. Además, y marcando con ello la singular contribución de Foucault a esta misma tradición crítica, su obra se despliega dentro de un terreno o área del análisis histórico que no había demasiado abordado por los autores anteriores de esas mismas expresiones del pensar crítico, quedando entonces, a decir de nuestro propio autor, *retrasado* respecto de las mutaciones y avances vividos por los restantes campos de la historiografía: el área de la historia de las ideas.¹⁰



⁹ Temas ambos que como sabemos han sido renovados profundamente por los trabajos de Fernand Braudel. Sobre esta renovación, cfr. Carlos Antonio AGUIRRE ROJAS, "Dimensiones y alcances de la obra de Fernand Braudel" en el libro *Primeras Jornadas Braudelianas*, Ed. Instituto Mora, México, 1993 y la ponencia "La longue durée: in illo tempore et nunc", ponencia presentada en las *Secondes Journées Braudeliennes*, realizadas en París, enero de 1994.

¹⁰ Cfr. la *Introducción a La arqueología del saber*, cit. y también el libro de Francisco VAZQUEZ GARCIA, *Foucault y los historiadores*, cit.

Con lo cual, Foucault asume que la empresa intelectual desarrollada por él mismo durante estos años 60, está nucleada en torno de este objetivo de *constituir*, también en el dominio de la historia cultural e intelectual, ese mismo proyecto de historia crítica compleja que ya ha sido establecido desde antes en otras esferas y campos de la historia social y de la historiografía en general.

Volviendo entonces la vista hacia el itinerario intelectual cumplido por Michel Foucault desde sus orígenes y hasta este segundo lustro de los años 60, y analizando en su conjunto los resultados de este tramo de su esfuerzo intelectual, llama la atención el hecho de que su obra, que ha sido originalmente gestada dentro de los horizontes de una formación filosófica, y que se ha acompasado luego con el nacimiento y auge de la curva del desarrollo del pensamiento estructuralista francés, se haya definido finalmente, no obstante, en términos epistemológicos y de su significación más general, en torno de ese *otro* centro de gravedad intelectual que representan tanto la historiografía francesa como las tradiciones del pensamiento crítico desarrolladas *dentro* del terreno de la historia.¹¹

Algo que en nuestra opinión obedece, no solo al carácter ecuménico y globalizador de la historiografía francesa de la coyuntura de la segunda posguerra, sino también a su rol *dominante* dentro de las ciencias sociales francesas de entre los años de 1945-1968. Pues igual que en el caso de la obra de Michel Foucault, también en los proyectos de otras ciencias y otros grandes pensadores franceses de esta misma época, la historia ha funcionado como un *referente obligado*, frente al cual era necesario definirse, si se trabajaba dentro del más vasto campo de las ciencias humanas o sociales producidas dentro del hexágono.

Y así, desde el mismo Levi-Strauss y su proyecto de una antropología estructural, hasta la ambiciosa e interesante *Crítica de la Razón Dialéctica* de Jean Paul Sartre, y pasando por los debates amistosos entablados desde la sociología por Georges Gurvitch, o por la colaboración de la geografía francesa de Maximilien Sorre, muchos son los proyectos intelectuales que, venidos de los más diversos horizontes de las distintas ciencias sociales contemporáneas, se han visto forzados a tomar posición frente a la historiografía francesa de los años 50 y 60, historiografía que en aquellos tiempos afirmaba progresivamente ese rol central y hasta dominante que llegó a conquistar dentro de ese mismo espectro de las ciencias del hombre.

Foucault sitúa entonces su obra, al igual que los autores recién mencionados, en torno al referente específico de la historiografía francesa. Y al hacerlo, la concibe, para seguir su propia metáfora, como una nueva variante de la historia crítica, como el descubrimiento de un *nuevo inconsciente*: el de las estructuras profundas subyacentes al conjunto de los posibles discursos que una época determinada puede elaborar. Con su noción de *episteme*, Foucault delimita el *campo de los posibles* de la construcción discursiva de una sociedad: ¿qué es lo que es posible pensar y que es lo que *no* es posible pensar desde el episteme renacentista o clásico o moderno? ¿y *cómo* se construye ese mismo pensamiento, a través de que funciones, correlaciones, asociaciones y mecanismos mentales específicos *y cuáles* son entonces, las problemáticas, los conceptos, las lógicas, y los discursos *pensables* dentro del particular campo epistemológico que recorta ese episteme determinado?

¹¹ Lo cual es válido solo dentro del período de los años 1964-1971, que es el que aquí analizamos. Pues la obra de Foucault de los años 70 y 80 vuelve a alejarlo, en nuestra opinión, de los centros de gravedad principales de la historiografía francesa, igual que de la curva de evolución del estructuralismo.



Se trata de toda una *nueva manera* de abordar ese viejo campo conocido como la historia de las ideas, la historia de la ciencias o la historia cultural. Pues desde esta noción de los epistemes como *campo de los posibles* discursos construibles o pensables en una época dada¹² es justamente posible construir todo un *nuevo modelo* de investigación y de interpretación de esa *historia de las mentalidades* que precisamente durante los años 60 y 80 va a invadir a la historiografía francesa, caracterizando al proyecto intelectual de los terceros Annales, desplegados entre 1969 y 1989.¹³

Sin embargo, y paradójicamente, si en la obra de Foucault de los años 60, se contiene todo el programa, los elementos y hasta los primeros estudios ejemplares de una novedosa y original línea de historia de las mentalidades, es claro que *no* ha sido esta línea la que ha sido seguida por los historiadores franceses que en los años 69/89 se han ocupado de este vasto campo de lo mental dentro de la historia. Lo cual explica la afirmación repetida en varias ocasiones por Fernand Braudel, en el sentido de que el *único* verdadero heredero de la historia de las mentalidades practicada por Lucien Febvre, ha sido precisamente Michel Foucault.¹⁴

Sin embargo, si la obra de Foucault

¹² Por lo demás, resulta curioso comprobar con esa noción del *campo de los posibles* y de las *estrategias de respuesta a ese campo*, teorizada explícitamente por Jean Paul Sartre en su *Crítica de La Razón Dialéctica*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1963, es una idea que de modo más o menos implícito puede también encontrar-se en la tesis de Fernand Braudel sobre la *geohistoria*, en ciertos planteamientos de Claude Levi-Strauss sobre los *sistemas* que son el objeto a reconstruir de la antropología social y en este concepto de *episteme* de Michel Foucault. (Sobre los casos de Braudel y Levi-Strauss, cfr. el punto *Geohistoria y determinismo*, punto conclusivo de la primera parte de la primera edición de *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, Ed. F.C.E., México, 1953, y la Lección Inaugural de entrada al College de France de Levi-Strauss, del 5 de enero de 1960, incluida en el libro *Antropología Cultural*, Ed. Paidós, Barcelona, 1987).

¹³ Sobre esta historia de las mentalidades, pueden verse los artículos de Carlos BARROS, "Historia de las mentalidades, historia social" en la revista *Temas Medievales*, Buenos Aires, 1992, "Historia de las mentalidades, posibilidades actuales" en revista *Secuencia*, num. 27, México, 1993, y "La contribución de los terceros Annales y la historia de las mentalidades. 1969-1989" en el libro *La otra historia: sociedad, cultura y mentalidades*, (Editor: Cesar Gonzalez Minguez), Ed. Universidad del País Vasco, Bilbao, 1993.

¹⁴ Lo que resulta claro si comparamos la obra de Lucien Febvre, *El problema de la incredulidad en el siglo XVI. La religión de Rabelais*, Ed. UTHEA, México, 1959, con el texto de Michel Foucault, *Las palabras y las cosas*, Ed. Siglo XXI, México, 1968. Pues si Febvre se ha preguntado acerca del *utilaje mental* específico de los hombres del siglo XVI, definiendo sus perfiles, y

puede vincularse por todas estas vías a las mejores tradiciones del pensamiento crítico desarrolladas dentro de la historia y la historiografía de los últimos ciento cincuenta años, también es cierto que la misma encierra, dentro de los mismos textos foucaultianos, una línea que tal vez en el intento de subrayar mejor la distancia entre la historia tradicional y el análisis *arqueológico-genealógico*, puede sin embargo desembocar en una postura *posmoderna* dentro de la historia, vinculándose así a ciertas interpretaciones exageradamente *relativistas* del oficio del historiador.¹⁵

Pues junto a los trazos hasta aquí señalados, que conectan efectivamente el proyecto de Foucault con los trabajos de Bloch, Febvre y Braudel, pero más allá también con las obras de W. Benjamin, de G. Lukacs, de T. Adorno y M. Horkheimer, de H. Pirenne o de K. Lamprecht, y todavía más allá del propio trabajo de Marx, coexiste también una clara posición crítica a lo que Foucault considera un proyecto *antropocéntrico* dentro de la historia, y del cual él va a derivar la descalificación de todo intento de construir una historia global, explicativa y dotada de sentido, historia que a través de todos los procedimientos del pensar genuinamente *crítico* antes enunciados, fuese capaz de restituir la continuidad compleja del entero devenir histórico humano. Porque para Foucault no hay historia global posible, y en su lugar lo que hay que perseguir es solo una historia *general* con múltiples centros de estructuración, y por ende también de dispersión, historia que es necesariamente *pluralidad de sentidos* y que no obedece "ni a un destino ni a una mecánica, sino al azar de la lucha", y en la cual lo que predomina por encima de todo es la discontinuidad.

Historia entonces discontinua, sin un sentido de evolución general y que multiplica sus explicaciones posibles sin optar por una sola de ellas, que al dispersarse en torno de los muchos centros postulados de la historia general, va a terminar vinculándose directamente con las posiciones del *relativismo histórico posmoderno* desarrollado y defendido por autores como Paul Veyne o Michel de Certeau.¹⁶

¿De donde deriva este filón posmoderno e *irracionalista*¹⁷ presente dentro de la obra foucaultiana? ¿y de onde la tensión interna de este pensamiento rico y original que ha permitido coexistir dentro de un mismo proyecto intelectual a este polo posmoderno con la vena crítica antes señalada? Precisamente, de la condición que la obra y el esfuerzo intelectual de Michel Foucault tienen en tanto que expresiones conspicuas y características de una generación determinada: la generación de ruptura que en Francia protagonizó esa enorme revolución cultural y civilizatoria que fué el movimiento de 1968. Veámoslo con más detalle.

demonstrando como el ateísmo moderno *no es pensable* o posible desde esse utillaje o dentro de él, Foucault por su parte ha tratado de reconstruir el *episteme* o *utillaje mental* de la época clásica y luego de la época moderna, delimitando igualmente los *campos de los posibles* discursivos de esas mismas epistemes.

15 Una vena del pensamiento de Foucault que ha sido muy bien percibida y también explotada, precisamente por uno de los representantes de esta visión posmoderna dentro de la historia, Paul VEYNE (cfr. el texto "Foucault révolutionne l'histoire" en el libro *Comment on écrit l'histoire*, Ed. du Seuil, Paris, 1978). Para una explicación más general del vínculo entre el estructuralismo y la visión posmoderna en la historia, y una crítica de esta última cfr. François DOSSE, "Clio en exil" en *L'Homme et la Société*, num. 95-96, Paris, 1990.

16 Cfr. el artículo de Paul Veyne, "La historia conceptualizante" en el libro *Hacer la historia* (coordinado por Jacques Le Goff y Pierre Nora), vol. I, Ed. Laia, Barcelona, 1978 y el libro *Comment on écrit l'histoire*, cit. y de Michel DE CERTAU, el artículo "La operación histórica" en *Hacer la historia*, vol. I cit. y *La escritura de la historia*, Ed. Universidad Iberoamericana, México, 1985.

17 Una crítica radical de este filón *irracionalista* de la obra de Foucault puede verse en el Prefacio del libro de Carlo GINZBURG, *El queso y los gusanos*, Ed. Muchnik, Barcelona, 1981.

Un pensamiento de la generación *soixante-huitard*

"Que la revolución europea, occidental, casi mundial de 1968 ha fracasado políticamente, lo sabemos todos a casi quince años de distancia. Pero triunfó y no volverá atrás por lo que conierne a las costumbres, a la relación entre los sexos, a la crisis aguda de la familia..."

Fernand BRAUDEL, "Domina la parola 'cambio'", *Corriere della Sera*, 7 de mayo de 1982.

Curiosamente, Michel Foucault no ha vivido directamente los simbólicos acontecimientos del mayo francés de 1968. Lo cual no le ha impedido, en tanto que pensador crítico y sensible a las coyunturas en las que ha vivido, convertirse justamente en el pensador que expresa del modo más acabado y representativo a esa misma generación protagonista de la revolución cultural más importante de todo el siglo XX.

Porque como es fácil constatar ahora, con la distancia de un cuarto de siglo transcurrido, la fecha de 1968 no es otra cosa que el momento emblemático de una ruptura planetaria y civilizatoria que ha trastocado radicalmente las formas globales del funcionamiento de la cultura moderna, así como las estructuras de ciertos planos básicos de nuestra actual civilización.

Pues adaptándose a la muy desiguales circunstancias y niveles de desarrollo de las distintas zonas del planeta, la ruptura de 1968 ha transformado todo el rostro de los universos y de los comportamientos culturales del orbe, haciéndose presente lo mismo en la Gran Revolución Cultural China que arranca en 1966, que en la lucha por la democracia y por una nueva cultura política desplegada en México, pero también en el interesante experimento de la Primavera de Pragay de su apuesta por un socialismo con rostro humano o en las contestaciones de los estudiantes y obreros parisinos que intentaban llevar la *imaginación al poder* para subvertir de raíz las figuras y las modalidades de la vida cotidiana consumista y enajenada entonces imperantes.¹⁸

Porque más allá de las primeras interpretaciones de este acontecimiento/ruptura, que intentaron *reducirlo* a las dimensiones de una simple protesta estudiantil, nucleada en torno a los esquemas de funcionamiento del aparato escolar y también expresión tal vez más abierta del eterno conflicto generacional, ahora resulta claro que lo que 1968 puso en cuestión fué todo el conjunto de las *formas de funcionamiento y vigencia de la cultura dominante*, así como de las principales instituciones que soportan y hacen posible la *reproducción de esas mismas configuraciones culturales*, y que incluyen sin duda a la escuela, la familia, los medios de comunicación masivos o la industria cultural en general, pero también a ciertas zonas del mundo de las relaciones políticas, económicas y sociales más en general.

Por eso no es casual que 1968 haya representado la crisis definitiva de los movimientos y de las organizaciones de la vieja izquierda, reformista y burocratizada, que reivindicaba solo demandas de orden económico y político y que había reducido el complejo discurso crítico marxista a un conjunto de fórmulas y apotegmas vacíos de contenido explicativo, crisis que es al mismo tiempo el punto de arranque y el signo de emergencia de las nuevas izquierdas y de los nuevos movimientos sociales, que politizan y teorizan desde una renovada perspectiva *crítica*, todo un nuevo abanico de contradicciones sociales importantes, generando así los movimientos y los discursos ecologistas, anti-racistas, pacifistas y

¹⁸ Además de las referencias citadas en la nota 4, puede verse también sobre este punto el artículo de Giovanni ARRIGHI, Terence K. HOPKINS e Immanuel WALLERSTEIN, "1989, the continuation of 1968" en la revista *Review*, vol. XV, num. 2, 1992 y François DOSSE, "Mai 68: les effets de l'histoire sur l'histoire" en *Les cahiers de l'IHTP*, Cahier num. 11, Paris, 1989.

anti-nucleares, feministas, anti-psiquiátricos o anti-represivos que van a florecer durante los años 70 y 80 recién vividos.¹⁹

Y es también 1968, el parteaguas que ha representado la también evidente crisis del *modo del saber* sobre lo social que fué vigente durante todo el siglo XX, y que construido a partir de 1870 en adelante, cuadrículó y desmenuzó el territorio de lo social en un conjunto de espacios analíticos fragmentados, separados y autonomizados que fueron los distintos *objetos* de conocimiento de las también parceladas y especializadas ciencias sociales que se afirmaron o se estructuraron a lo largo de los últimos ciento veinte años. Luego de 1968, todas las fronteras disciplinarias, los métodos específicos, los objetos claramente delimitados y las teorías exclusivas de cada una de esas ciencias sociales *particulares* han comenzado a difuminarse y a revelar los enormes límites cognoscitivos que su mantenimiento implica, empujando entonces a los científicos sociales más lúcidos hacia la búsqueda de una nueva y más compleja *unidisciplinarietà* en el estudio de lo histórico-social.²⁰

Haciendo inoperantes las viejas formas de la cultura pre-68, y transformando radicalmente el funcionamiento de las instituciones que coadyuvan a esa reproducción cultural de una sociedad, el movimiento del 68 en el mundo ha modificado también varios de los comportamientos y de las dimensiones civilizatorias básicas de nuestras sociedades, creando entonces nuevas formas de expresión de la sexualidad, nuevos roles de la mujer en la familia y en la sociedad, un nuevo esquema de los vínculos entre padres e hijos y nuevas formas de educación y de transmisión de los conocimientos, a la vez que actitudes también inéditas frente a lo político y a la politicidad, frente a la naturaleza y a los diversos modos de aproximarse a ella, nuevas actitudes y posturas respecto de la alteridad y respecto de los *otros*, sean estos, sociales, culturales, raciales o de cualquier otro tipo, igual que nuevas formas de conciencia y de percepción de distintos ámbitos de la realidad social.

Con lo cual resulta claro el vínculo del pensamiento de Michel Foucault con todos estos cambios protagonizados y vividos por la generación francesa *soixante-huitard*. Pues varios de los problemas y de los temas centrales que han sido recogidos por esa nueva izquierda y por esos nuevos movimientos sociales nacidos del 68, han sido precisamente teorizados y des-construidos en sus lógicas más esenciales por el propio Foucault. Y es también a partir de su reflexión epistemológica sobre esos *inconscientes* de los discursos, científicos o no, de una determinada época, que puede también encontrar en parte su explicación esa crisis del *episteme* parcelado y especializado de las ciencias sociales del siglo XX, que hoy se manifiesta tan aguda y evidentemente.

Pues desde esta perspectiva de consideración, salta a la vista la conexión casi espontánea, entre el proceso a través del cual la generación del 68 abría nuevos y múltiples frentes de lucha, en contra de las omnipresentes figuras de la dominación capitalista moderna, y las reflexiones foucaultianas acerca de la presencia también cuasi-ubicua del poder en los intersticios diversos del tejido social. O también el correlato más que obvio entre los estudios de Michel Foucault en torno a las distintas lógicas de disciplinamiento del cuerpo social que acompañan al desarrollo del proyecto de la modernidad, y los cambios y revoluciones de las estructuras de la vida cotidiana enarbolados en los años 70 y 80, y dirigidos justamente contra su naturaleza vertical, autoritaria y unilateral. O finalmente, el nexo también claro entre la revolución sexual de los últimos veinticinco años, y los estudios no concluidos de nuestro autor en torno a la historia de la sexualidad.

¹⁹ Sobre este punto, véase el texto de Perry ANDERSON, *Tras las huellas del materialismo histórico*, Ed. Siglo XXI, Madrid, 1986.

²⁰ Sobre esta línea de investigación puede verse la compilación de ensayos de Immanuel WALLERSTEIN, *Unthinking Social Science*, Ed. Polity Press, Cambridge/Oxford, 1991.

Pero junto a estos puntos de contacto señalados, a través de los cuales la obra de Foucault se convierte en la clara expresión intelectual de muchos de los cambios, inquietudes o centros de interés prácticos de los jóvenes franceses participantes en el movimiento de mayo de 1968, se encuentra también y de modo más profundo, una conexión que proyecta el destino paradójico y contradictorio de esta generación soixante-huitard, en el mismo pensamiento de nuestro autor:

Porque la generación del 68, en Francia y en el mundo, ha sido al mismo tiempo derrotada y victoriosa. Pues habiendo sufrido una derrota política inmediata, ha triunfado sin embargo en el mediano plazo al desatar un conjunto de transformaciones culturales e institucionales *revolucionarias e irreversibles*. Y entonces, es una generación que ha oscilado, durante cinco lustros, entre el escepticismo y la renuncia derivadas de la derrota, y el espíritu crítico y el optimismo que nacen de la evidente constatación de que en muchos planos fundamentales las cosas *ya no son como antes* y han mutado radicalmente de forma en un sentido progresivo y más encaminado hacia una futura emancipación total.

Y es esto lo que explica entonces también, la propia paradoja o tensión interna y contradictoria que igualmente podemos reconocer dentro de la obra y el pensamiento de Michel Foucault. Pues si de un lado, como ya hemos visto, su trabajo se conecta sin dificultad a las distintas líneas del pensamiento crítico contemporáneo sobre lo social, que arrancan de Marx y que se despliegan después en los diferentes ámbitos de las ciencias sociales actuales, del otro lado su obra contiene también elementos y afirmaciones importantes que pueden muy bien ser *leídas* y recuperadas como punto de partida y apoyo de ciertas visiones posmodernas hoy todavía en boga.

Con lo cual tenemos, legítimamente constituidas — en tanto que pertinentemente derivadas de los propios textos de nuestro autor —, tanto la figura de un Michel Foucault *proto-posmoderno*, que corroe hasta el final y sin alternativa posible, todas nuestras certezas cognoscitivas, dejando al descubierto la relatividad y historicidad, en esta interpretación absoluta, de nuestros discursos específicos, como también y en el otro extremo, los perfiles de un Michel Foucault representantes del pensamiento crítico, que nos enseña a desconfiar de los discursos dominantes, proveyendonos de los medios y de los mecanismos para desconstruirlos, para mirarlos a contrapelo o a contracorriente, y para reconstruir desde los márgenes y desde los silencios de esos discursos vigentes *otras* interpretaciones, otras lecturas y explicaciones genuinamente críticas y complejas de los hechos sociales e históricos analizados.

Retrato pues duplicado y contradictorio de Foucault, cuya imagen se corresponde perfectamente con la equivalente película del también doble y desgarrado destino de la generación del mayo francés de 1968.

Pero, tal y como Fernand Braudel ha señalado, existen ciertos hechos y trazos históricos que se gestan y afirman con las diferentes coyunturas vividas, desapareciendo cuando estas concluyen, frente a otro tipo de rasgos y elementos cuya vigencia y duración trasciende de la coyuntura, para inscribirse en el registro más profundo y permanente de las estructuras. Y una de las tareas principales del historiador, es justamente la de distinguir entre esos distintos órdenes de fenómenos históricos, cuya densidad y duración históricas son también diversas.

Partiendo entonces de esta perspectiva braudeliiana, creemos sin duda que en la apuesta entre la profundización y el rescate creativos del Michel Foucault *crítico*, y de otra parte el cultivo y la recuperación del Foucault proto-posmoderno, habrá de ganar a la larga aquél que haga jugar su esfuerzo del lado de la línea del pensamiento foucaultiano que se asume a sí misma como la heredera y continuadora, por lo demás bastante digna y brillante, de ese espíritu crítico que desde Marx y hasta Braudel, le ha claramente alimentado y precedido.

Luteranismo e Germanidade em Santa Catarina

Valberto Dirksen*

KLUG, João. Imigração e Luteranismo em Santa Catarina. A comunidade alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994. 240 p.

É sabido que na segunda metade do século XIX ocorreu um grande fluxo migratório de alemães para Santa Catarina. Muitos se estabeleceram no Vale do Itajaí e Joinville, enquanto os demais se localizaram em outras áreas do Estado, inclusive em Desterro/Florianópolis e redondezas.

Quando se faz da imigração alemã um objeto de pesquisa é preciso tomar em consideração a religião. Dos imigrantes alemães que aqui aportaram, proximadamente 60% eram evangélicos de confissão luterana. Esta observação é de fundamental importância para se conhecer a especificidade da realidade cultural catarinense.

João Klug é professor de história na Universidade Federal de Santa Catarina e vem, há vários anos, realizando pesquisas em torno da questão da imigração alemã em Santa Catarina. Em suas investigações tem dedicado especial atenção à Igreja Luterana, instituição que reunia



* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

a maior parte dos imigrantes alemães. Esta obra soma-se a outros notórios estudos sobre o assunto como os de Giralda Seyferth, René E. Gertz e Martin N. Dreher.

Neste livro *Imigração e Luteranismo em Santa Catarina* o autor procura estabelecer uma relação entre a confessionalidade luterana e a germanidade, tendo em vista que a Igreja era um dos pilares de sustentação do germanismo entre os imigrantes alemães em Santa Catarina.

O autor faz uma revisão historiográfica a respeito dos alemães neste Estado e aborda sua distribuição geográfica nos principais núcleos disseminadores. Ao mesmo tempo faz uma análise de alguns pontos relacionados ao elemento germânico, tais como o aspecto associativo, o trabalho, a realidade dos repatriamentos e a apologia e crítica que se fazia da imigração alemã em geral e do indivíduo germânico em particular.

Pelo fato de ser a Igreja Luterana uma instituição aglutinadora de um grande contingente de alemães em Santa Catarina, o autor estuda os primórdios do luteranismo neste Estado. Neste sentido, dedica especial atenção a Joinville e Blumenau por serem os núcleos coloniais mais populosos, e a Santa Isabel, por ser o núcleo mais antigo de maioria luterana.

O estudo da Igreja Luterana de Florianópolis ocupa a maior parte da obra. Se em Santa Catarina os imigrantes alemães se caracterizam essencialmente como rurais, a comunidade germânica de Desterro/Florianópolis, no entanto, reveste-se de características urbanas com feições peculiares num meio sócio-cultural eminentemente luso-brasileiro. A obra constitui importante contribuição para a compreensão da história da capital do Estado, visto ser, até o presente momento, o único estudo sobre o grupo germânico nesta cidade.

O autor analisa a *escola* e o *cemitério* alemão por servirem de base para a comunidade eclesiástica e estarem intimamente relacionados com esta ao longo de sua história.

Com relação à *comunidade*, estuda-a em suas diversas manifestações, desafios e problemas. Analisa seus primeiros estatutos, o significado da construção da casa pastoral e igreja, os problemas que a comunidade enfrentava com os repatriamentos, seu relacionamento com a Igreja Católica, a 1ª Guerra Mundial e reflexos na comunidade, suas crises e a atuação de seus diversos pastores.

Destaque especial o autor dá à *mulher imigrante*. Quanto a este aspecto, estuda a Associação de Senhoras Alemãs de Florianópolis e sua atuação na área da saúde e assistência social.

A produção histórica relativa à imigração alemã em terras catarinenses ainda é pequena e tem se ocupado basicamente com os núcleos coloniais mais expressivos. Esta obra traz novas e originais contribuições para a compreensão das particularidades que a imigração alemã em Santa Catarina oferece ao pesquisador. Nesse sentido constitui-se numa valiosa contribuição para superar a "tendência à repetição de certos conceitos e arquétipos que envolvem o indivíduo germânico, fruto mais da improvisação estereotipada e tendenciosa que propriamente resultado de pesquisa histórica".¹

¹ KLUG, João. *Imigração e Luteranismo em Santa Catarina. A comunidade alemã de Desterro-Florianópolis*. p. 22.

Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de história

*Cristina Scheibe Wolff**

PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. 210 p.

Talvez não haja melhor definição para este livro de Joana Maria Pedro do que a que ela mesma indica em sua introdução: uma "tramóia", como as que são feitas nas almofadas das rendeiras da Ilha de Santa Catarina. Sob as hábeis mãos da rendeira-historiadora, o leitor vê tramarem-se imagens de mulheres, a sociedade de Desterro em transformação e mulheres reais, em uma renda-história instigante, engajada e consistente.

Ao reconstituir as imagens das mulheres de Desterro, antigo Florianópolis, no período que vai de 1880 a 1923, a autora vai nos mostrando como estas estavam ligadas aos jogos políticos e sociais de uma elite que se formava e transformava. Os jornais da capital, porta-vozes dos diversos grupos dessa elite, publicavam inúmeros textos como piadas, pequenas notícias, notas das colunas sociais e conselhos às próprias mulheres e a seus maridos, cujo tema central era o comportamento feminino. Sobressaem-se em todos os textos os estereótipos

*Mulheres honestas
e mulheres faladas*



Joana Maria Pedro

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

clássicos da cultura ocidental e da brasileira, reforçando os papéis de mãe, esposa e dona-de-casa como os mais adequados às mulheres. Ao historicizar essas imagens tão recorrentes, mostrando-as como instrumento da elite no estabelecimento de distinções sociais, a autora realiza uma de suas mais estratégicas tarefas, como ressalta Maria Odila Leite da Silva Dias em seu interessante prefácio.

O livro pode ser dividido em duas partes. Os três primeiros capítulos se referem às imagens femininas em sua relação com a sociedade local e os meandros políticos de uma elite em transformação e constante necessidade de afirmação. O quarto capítulo, por outro lado, faz o contraponto necessário a estas imagens, mostrando o cotidiano das mulheres de Desterro. É somente através deste contraponto que se pode compreender o quanto as imagens estão distantes da vida de muitas mulheres e, apesar disso, o quanto elas interferem nestas vidas.

Os três primeiros capítulos mostram momentos distintos das construções das imagens femininas nos jornais de Desterro, em diversos momentos da constituição e transformação da elite local. A Proclamação da República e a Revolução Federalista, por exemplo, levam a rearranjos nas elites e refletem-se em uma preocupação muito grande com as atitudes das mulheres que deviam assegurar a honra e a distinção das famílias em tempos tão conturbados. A autora entremeia a reflexão com trechos dos jornais, bem como com o contexto político e econômico da época, mostrando as ligações dos diversos segmentos da elite com os periódicos. Aliás, este é um dos muitos méritos do trabalho, o de situar os jornais, utilizados como fontes, frente a sociedade que os produzia.

É no quarto capítulo, *As mulheres na história de Desterro/ Florianópolis: sobrevivência, imagens e resistências* que aparecem as mulheres “em carne e osso”, envolvidas nos seus trabalhos cotidianos, indo e vindo na cidade ou em suas demandas às autoridades públicas. Em um verdadeiro trabalho de investigação, cuja semelhança com o método detetivesco já foi ressaltada por vários historiadores, a autora buscou os arquivos da polícia, os processos judiciais, os relatórios, ofícios e correspondências de diversas autoridades, além de realizar entrevistas orais e de consultar memorialistas e viajantes. Apesar de servirem de parâmetro para julgá-las socialmente e até criminalmente, as imagens propaladas nos jornais não correspondiam à realidade da maioria das mulheres, o que demonstra o quanto ser uma mulher honesta ou uma mulher falada, em Desterro do fim do século XIX e início deste, era uma questão de classe.

Este livro deixa sua marca na historiografia tanto por seu conteúdo de história social das mulheres como por sua contribuição à história catarinense. Como tantas vezes ressalta Michelle Perrot em suas obras, a história das mulheres não se refere a elas como “objeto em si” da história. Ao contrário, é apenas no campo de suas relações e de seus papéis sociais, bem como das imagens e representações que se referem a elas e que são construídas em relação constante com as formas de agir e de viver das próprias mulheres, que esta história torna-se interessante: “História decididamente relacional que interroga toda a sociedade e que é, na mesma medida, história dos homens.”¹ É este caráter relacional que torna o livro tão atraente e rico ao leitor que busca a história de Santa Catarina. Uma história que, na procura de novos sujeitos e novos objetos, não perde de vista o compromisso nem com a seriedade da reflexão e da documentação de cada perspectiva, nem com a luta empreendida pelas mulheres na intenção de um mundo em que ser mulher não signifique ser menos ou mais que alguém, apenas ser diferente.

1 DUBY, Georges e PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Afrontamento, São Paulo: EBRADIL, s/d, p. 7.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

100 EAST EAST
CHICAGO, ILL.

1950

1950

1950





UFSC
35
anos

fortalecendo
a cidadania

A Universidade Federal de Santa Catarina atende mensalmente através do Hospital Universitário mais de 26 mil pessoas, além de oito mil nas clínicas odontológicas, 500 na clínica psicológica e mais de duas mil pessoas no Fórum Judiciário.

Presta assessoria a várias empresas do Estado, e tem centenas de laboratórios em várias áreas do conhecimento pesquisando para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Visite a UFSC.